

**UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – UNIARP  
PROGRAMA DE MESTRADO ACADÊMICO EM DESENVOLVIMENTO E  
SOCIEDADE - PPGDS**

**SUZANA ALVES DE MORAIS FRANCO**

**AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, ECONÔMICA E SOCIAL  
PRATICADAS POR FUNDAÇÕES COMUNITÁRIAS DE SANTA CATARINA: UM  
ESTUDO COMPARATIVO**

**CAÇADOR  
2020**

**SUZANA ALVES DA MORAIS FRANCO**

**AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, ECONÔMICA E SOCIAL  
PRATICADAS POR FUNDAÇÕES COMUNITÁRIAS DE SANTA CATARINA: UM  
ESTUDO COMPARATIVO**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento e Sociedade - PPGDS, Linha de Pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Educação, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Sociedade.

**Orientador:** Professor Doutor Adelcio Machado dos Santos

**Coorientador:** Professor Doutor Levi Hülse

**CAÇADOR  
2020**

Catálogo Fonte, elaborada pela Bibliotecária: Célia De Marco / CRB14 -692 da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP – Caçador – SC.

---

F 8 2 5

Franco, Suzana Alves De Morais

Ações de sustentabilidade ambiental, econômica e social praticadas por fundações comunitárias de Santa Catarina: um estudo comparativo. Suzana Alves De Morais Franco. / Caçador: SC. EdUNIARP, 2020.

78 f

Orientador: Professor Doutor Adelcio Machado dos Santos

Coorientador: Professor Doutor Levi Hülse

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento

e Sociedade - PPGDS, Linha de Pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Educação,

da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Sociedade.

1. Fundações. 2. Sustentabilidade 3. Dimensões da sustentabilidade. 4. Terceiro setor. 5. Educação Superior I. Santos, Adelcio Machado dos II. Hülse, Levi. III. TÍTULO.

CDD:303

---

**SUZANA ALVES DE MORAIS FRANCO**

**AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, ECONÔMICA E SOCIAL  
PRATICADAS POR FUNDAÇÕES COMUNITÁRIAS DE SANTA CATARINA: UM  
ESTUDO COMPARATIVO**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação** apresentada ao Programa de Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento e Sociedade - PPGDS, Linha de Pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Educação, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP, como requisito parcial à obtenção do título de **Mestre em Desenvolvimento e Sociedade**.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Dr. Adelcio Machado dos Santos - UNIARP**  
(Presidente da Banca/ Orientador)

---

**Dr. Levi Hülse - UNIARP**  
(Membro da banca/ Coorientador)

---

**Dra. Daniele Regina Ullrich – IFSC CAÇADOR**  
(Membro da banca)

Caçador, SC, 11 de setembro de 2020.

## AGRADECIMENTOS

Importante se faz deixar aqui meus agradecimentos:

A Deus por nos conceder saúde e oportunidades!

À Diretoria da Fundação UNIARP pela oportunidade que me proporcionou em participar deste excelente curso!

Aos professores, nossos mestres, pelo empenho demonstrado a cada aula, a cada explicação, a cada entendimento, o meu muito obrigada!

Ao professor Adelcio Machado dos Santos, meu orientador e visualizador de que todos conseguimos aquilo que almejamos!

Ao professor Levi Hülse, meu coorientador, pelo tempo dedicado e pela contribuição nesta pesquisa!

Agradeço à minha família, ao meu marido Edson Manoel Franco, à minha filha Carolina Franco e à minha mãe Emília Carvalho Alves de Moraes pela compreensão nos momentos em que fiquei ausente e nos momentos nos quais mais precisei!

Aos colegas de turma e de trabalho que conquistei e identifiquei nesses anos, por ser extremamente gratificante a troca de informações, ideias e ideais no momento de grande riqueza de conhecimento e de oportunidades!

Àqueles que, nesse momento, não se encontram listados aqui, mas que muito contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional, haja vista o incentivo pela busca de conhecimento, o meu muito obrigada!!

A todos estes e aqueles, deixo uma singela mensagem além do meu eterno agradecimento...

Estando em contemplação, São Francisco pergunta ao anjo interior: "O que a humanidade espera deste mundo tão caótico?" E a luz, alcançando seu coração, respondeu: "Tudo". Porém, São Francisco não resistiu em perguntar mais uma vez ao anjo interior: "Então, do que precisa a humanidade neste mundo?". A luz alcançou seu coração com esta resposta: "De nada, somente se conhecer". São Francisco de Assis.

**“O futuro dependerá daquilo que fazemos no presente”.**  
**– Mahatma Gandhi**

## RESUMO

A partir de uma perspectiva histórica às Fundações privadas, identificando as legislações que as norteiam e abordando o conceito de sustentabilidade e suas dimensões ambientais, econômicas e sociais, tornou-se possível a deliberação do tema proposto nesta dissertação, indo ao encontro da importância do terceiro setor junto à comunidade, o qual, por vezes, oportuniza uma melhoria na qualidade de vida, evidenciando, dessa forma, a importância de suas ações. Para tanto, delimitou-se o seguinte objetivo geral: analisar as ações de sustentabilidade ambiental, econômica e social praticadas pelas Fundações Comunitárias de Santa Catarina. Como passos para o alcance do objetivo geral, fixaram-se os seguintes objetivos específicos: i) contextualizar, a partir de uma perspectiva histórica, as fundações privadas; ii) identificar as legislações que regem as fundações privadas; iii) descrever o conceito de sustentabilidade e suas dimensões; iv) pesquisar as ações de sustentabilidade praticadas pelas fundações comunitárias de Santa Catarina; v) comparar as ações de sustentabilidade praticadas pelas fundações comunitárias de Santa Catarina. As delimitações metodológicas para a execução do proposto na presente dissertação enquadraram-na como um estudo qualitativo dos tipos bibliográfico e documental, empregando a abordagem dedutiva, ou seja, partiu-se de um raciocínio descendente, do geral para o particular, chegando a uma conclusão. O universo concentrou-se nos associados à ACAFE – Associação Catarinense das Fundações Educacionais, e a amostragem intencional focou em três fundações específicas: FUNIARP – Fundação Universidade Alto Vale do Rio do Peixe; FEDAVI – Fundação Educacional do Alto Vale do Itajaí; e FUNOESC – Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina. Para a organização dos dados levantados, optou-se pelo emprego de quadros e de textos explicativos. Para a efetiva análise, utilizaram-se os métodos descritivo e comparativo, buscando as coincidências e as discrepâncias entre as informações, bem como a conexão com a devida fundamentação teórica. Por fim, concluiu-se que as fundações aqui estudadas se encontram em parâmetro diante das ações de sustentabilidade ambiental, econômica e social, enfatizando a sua relevância à sociedade que as circunvizinha. Portanto, o presente estudo demonstrou a importância de cada ato, ação, que beneficia o cidadão e, por conseguinte toda a sua família, haja vista que, por vezes, aquele indivíduo, aquele ser humano é o primeiro de uma geração, normalmente, a ser agraciado por uma ação, bem como, ainda não menos importante, por um indicador social, um curso superior. Por fim, é importante destacar que as ações de sustentabilidade praticadas pelas fundações, aqui estudadas, atingem regiões com um IDH baixo ou baixíssimo na visão estadual, evidenciando-se assim o quanto fazem a diferença em seu entorno, em cada comunidade, família e na vida de cada ser humano.

**Palavras-chave:** Fundações. Sustentabilidade. Dimensões da sustentabilidade. Terceiro setor. Educação superior.

## ABSTRACT

Based on a historical perspective of private Foundations, identifying the laws that guide them, and addressing the concept of sustainability and its environmental, economic and social dimensions, it will be possible to deliberate on the proposed theme, given the importance of the third sector together with community, which, at times, provides an improvement in the quality of life, thus highlighting the importance of their actions. Therefore, our general objective was defined: to analyze the actions of environmental, economic and social sustainability practiced by the Community Foundations of Santa Catarina. As steps towards achieving the general objective, the following specific objectives were highlighted: i) contextualization, from a historical perspective to private foundations; ii) identification of the laws that rule private foundations; iii) description of the concept of sustainability and its dimensions; iv) research of the sustainability actions practiced by the community foundations of Santa Catarina; v) comparison of the sustainability actions practiced by the community foundations of Santa Catarina. The methodological delimitations for carrying out the purpose of this dissertation framed it as a qualitative study of bibliographic and documentary types, using the deductive approach, that is, part of a descending reasoning, from the general to the particular, so as to reaching a conclusion. The universe was concentrated on those associated with ACAFE - Santa Catarina Association of Educational Foundations, and the intentional sampling focused on three specific foundations, namely: FUNIARP - Alto Vale do Rio do Peixe Foundation; FEDAVI - Alto Vale do Itajaí Educational Foundation; and FUNOESC - Western University Foundation of Santa Catarina. For the organization of the data collected, we decided to use tables and explanatory texts, and for the effective analysis, the descriptive and comparative methods, looking for the coincidences and discrepancies between the information, as well as the connection with the proper theoretical foundation. Finally, it was concluded that the foundations studied here are a parameter for environmental, economic and social sustainability actions, emphasizing their relevance to the society that surrounds them. Therefore, the present study demonstrated the importance that each act, action, which benefits each citizen and, consequently, his entire family. Finally, it is important to highlight that the sustainability actions practiced by the foundations, studied here, reach a low or very low HDI in the state view, thus realizing how much they make a difference in their surroundings, in each community, family and in the life of every human being.

**Keywords:** Foundations. Sustainability. Dimensions of sustainability. Third sector. College education.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - As origens do conceito de sustentabilidade.....	28
Quadro 2 - Associados à ACAFE.....	48
Quadro 3 - Ações de sustentabilidade ambiental da FUNIARP.....	56
Quadro 4 - Bolsas em atendimento à legislação específica das IES.....	62
Quadro 5 - Mais opções de bolsas e financiamentos.....	64
Quadro 6 - Outras formas de interação social da FUNIARP.....	66
Quadro 7 - Ações FEDAVI voltadas à dimensão ambiental.....	68
Quadro 8 - Ações de melhoria da infraestrutura FEDAVI.....	72
Quadro 9 - Ações da Unidavi referentes à Dimensão Social.....	73
Quadro 10 - Ações Sustentáveis da Unoesc.....	75
Quadro 11 - Serviços Gratuitos e de Assistência Social da Unoesc, por Campus	81
Quadro 12 - IDH das Regiões que abrangem as Fundações estudadas.....	83
Figura 1 - Comparativo das Três Dimensões da Sustentabilidade.....	84
Quadro 13 - Finalidades das Fundações Estudadas.....	85
Quadro 14 - Missão das Fundações Estudadas.....	86

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
1.1 PROBLEMA .....	12
1.2 OBJETIVOS .....	13
<b>1.2.1 Objetivo Geral</b> .....	<b>13</b>
<b>1.2.2 Objetivos Específicos</b> .....	<b>13</b>
1.3 JUSTIFICATIVA.....	13
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>15</b>
2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS FUNDAÇÕES .....	15
<b>2.1.1 Histórico das Fundações no Brasil</b> .....	<b>17</b>
<b>2.1.2 Aspectos Conceituais</b> .....	<b>19</b>
<b>2.1.3 Terceiro Setor</b> .....	<b>24</b>
2.2 SUSTENTABILIDADE .....	26
<b>2.2.1 Dimensão Ambiental</b> .....	<b>34</b>
<b>2.2.2 Dimensão Econômica</b> .....	<b>38</b>
<b>2.2.3 Dimensão Social</b> .....	<b>41</b>
<b>3 DELIMITAÇÕES METODOLÓGICAS</b> .....	<b>46</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	<b>49</b>
4.1 HISTÓRICO DAS FUNDAÇÕES COMUNITÁRIAS CATARINENSES SELECIONADAS .....	49
<b>4.1.1 FUNIARP – Fundação Universidade Alto Vale do Rio do Peixe</b> .....	<b>49</b>
<b>4.1.2 FEDAVI – Fundação Educacional do Alto Vale do Itajaí</b> .....	<b>50</b>
<b>4.1.3 FUNOESC – Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina</b> .....	<b>51</b>
4.2 AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE, POR DIMENSÃO, DAS FUNDAÇÕES COMUNITÁRIAS CATARINENSES.....	53
<b>4.2.1 Ações de sustentabilidade, por dimensão, da FUNIARP</b> .....	<b>53</b>
<b>4.2.2 Ações de Sustentabilidade, por Dimensão, da FEDAVI</b> .....	<b>66</b>
<b>4.2.3 Ações de Sustentabilidade, por Dimensão, da FUNOESC</b> .....	<b>73</b>
4.3 ANÁLISE COMPARATIVA DAS AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE DAS FUNDAÇÕES COMUNITÁRIAS CATARINENSES .....	82
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>89</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>92</b>

## INTRODUÇÃO

O propósito desta dissertação é a produção de uma pesquisa a fim de atender ao requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Sociedade pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A falta de conhecimento aprofundado sobre as Fundações Privadas/Comunitárias dentro do contexto das dimensões da sustentabilidade ensejou o presente estudo, sendo essa a oportunidade para elucidar um tema com previsão legal, porém, praticamente, repassado ao terceiro setor<sup>1</sup> para dividir com o Estado tal responsabilidade (CHILDFUNDBRASIL, 2019).

O objetivo geral será analisar as ações de sustentabilidade ambiental, econômica e social praticadas pelas Fundações Comunitárias de Santa Catarina, especialmente a FUNIARP<sup>2</sup>-Fundação Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, chamada entidade do terceiro setor, como importante fomentadora da sustentabilidade na cidade de Caçador, Fraiburgo e região<sup>3</sup> (UNIARP, 2019a), da qual faz parte o Programa de Mestrado que demanda a presente dissertação. As outras

---

<sup>1</sup> Você certamente já ouviu este termo, mas sabe exatamente o que fazem e como funcionam entidades do Terceiro Setor? Calma lá que a gente vai explicar direitinho para você.

Se existe o Terceiro Setor é porque devem haver o Primeiro e Segundo, correto? O primeiro setor é formado pelas instituições públicas, sobretudo os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; no segundo setor, encaixam-se as empresas privadas com fins lucrativos; o terceiro setor é como se denominam organizações voltadas para as mais diversas áreas que contribuem para diversas agendas sociais (desde a erradicação da fome, passando pelos cuidados com o meio ambiente e até pautas dos direitos humanos).

Até aqui tudo bem, certo? O papel importante de assistir às necessidades que o sistema não consegue suprir por completo encontra, nas iniciativas de terceiro setor, o meio de serem atendido. Mas, em razão das várias possibilidades de atuação, há organizações distintas dentro do segmento do Terceiro Setor.

<sup>2</sup> A Educação Superior de Caçador teve início em 31 de Julho de 1971 com a Fundação Educacional do Alto Vale do Rio do Peixe (FEARPE). Ao longo dos anos, o ensino, a pesquisa e a extensão foram se desenvolvendo e, em dezembro de 2009, foi constituída a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe-UNIARP.

A Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), é mantida pela Fundação Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – FUNIARP, ente público de direito privado, filantrópica e sem fins lucrativos, dotada de autonomia administrativa, patrimonial, econômico-financeira e didático-disciplinar.

A universidade é referência em educação superior no meio oeste de Santa Catarina. Oferece 27 cursos de Graduação e incentiva o aperfeiçoamento profissional com cursos de Pós-Graduação em nível de especialização e de mestrado, além de programas de extensão e de pesquisa. Para atender plenamente as necessidades de acadêmicos e professores, a UNIARP faz investimentos constantes em estrutura, equipamentos e capacitações.

A UNIARP cresce a cada ano por meio de parcerias e recursos próprios, trazendo aos seus alunos e à comunidade de toda a região educação e atendimento social em suas diferentes áreas de estudo. Para isso, mantém convênios com diversas instituições públicas e privadas, a exemplo do sistema FIESC, CIDASC, EPAGRI, FAPESC, FUMDES e outras.

<sup>3</sup> A Agência de Desenvolvimento Regional (ADR) de Caçador foi criada em 2015 a partir da transformação da SDR que data do ano de 2003. É composta por sete municípios: Caçador, Calmon, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Rio das Antas e Timbó Grande.

duas fundações participantes deste estudo são: FEDAVI – Fundação Educacional do Vale do Itajaí e a FUNOESC – Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina. Essas foram selecionadas a partir da disponibilidade, em seus sites na internet, dos dados pertinentes atualizados, tais como: histórico, estatuto, balanço social e balanço patrimonial.

Desse modo, a partir de uma perspectiva histórica às Fundações privadas, identificando as legislações que as norteiam e abordando o conceito de sustentabilidade e suas dimensões ambientais, econômicas e sociais, será possível a deliberação do tema proposto, indo ao encontro da importância do terceiro setor junto à comunidade, o qual, por vezes, oportuniza uma melhoria na qualidade de vida, evidenciando, dessa maneira, a importância de suas ações.

Logo, o trabalho estrutura-se em cinco capítulos. No primeiro, a presente introdução. No segundo, a fundamentação teórica, destacando-se as Fundações privada desde a evolução histórica geral e no Brasil, seus aspectos conceituais, o conceito de Fundação privada e seu patrimônio, bem como sua finalidade, encerrando com uma breve compreensão a respeito do terceiro setor. Também, será contemplada a Sustentabilidade e suas dimensões ambiental, econômica e social, evidenciando desde o conteúdo Constitucional até a bibliográfica para melhor elucidar o tema abordado.

O terceiro capítulo descreverá os caminhos metodológicos percorridos para o alcance do objetivo geral proposto, deixando claros métodos e abordagens empregados. O quarto capítulo dedica-se aos resultados e às discussões centrais da temática, estando subdividido em um contexto sobre as fundações privadas do estado de Santa Catarina, as ações de sustentabilidade dessas fundações e, por fim, o comparativo entre essas ações, o qual é o foco do presente estudo. O quinto apresentará as considerações finais, as quais, mais que conclusões, possibilitam a perspectiva de aprofundamento da temática proposta.

Destarte, nesta Dissertação, parágrafos cruciais serão reproduzidos, apresentando o mesmo teor com que foram abordados nos capítulos. Nesse momento, não se indicarão referências às fontes consultadas nas conclusões, pois ao longo de todo o desenvolvimento do texto deste estudo houve extrema cautela em indicar, devidamente, todas as fontes utilizadas, conforme normalização de trabalhos acadêmicos da Uniarp.

## 1.1 PROBLEMA

Desde a sua criação, a FUNIARP é fomentadora de expressões que trazem e fazem a diferença, em aprimoramentos, conhecimentos aos seus acadêmicos, à cidade e à sua região, demonstrando seu engajamento com as três dimensões da sustentabilidade (ambiental, econômica e social) delimitadas pela literatura.

Essas dimensões fazem sentido e alicerçam a problemática aqui proposta, pois, mesmo que a biologia e a ecologia ainda estejam muito fortes dentro da sustentabilidade, as mudanças precisam ser feitas, pois são resultantes da “[...] profunda reformulação das expectativas da sociedade e, como resultado, dos que servem aos mercados local e global” (ELKINGTON, 2012, p. 33-34).

Desse modo, a sustentabilidade pode ser dita como tão complexa como é a justiça. “Mesmo não existindo de forma simples, é necessária uma reflexão entre valores e princípios. Para tanto se faz necessário o entendimento por meio de suas dimensões” (BOSELNANN, 2015, p. 25). É por essa razão que a interligação entre as distintas dimensões deve ser vista e, de modo algum, analisada de forma isolada. Assim, necessita-se de análise convergente e harmônica (TONNERA JUNIOR, 2016).

Devido a essa visão holística das dimensões da sustentabilidade, percebeu-se como também seria relevante não somente ver a capacidade com que uma fundação “faz a diferença”, mas também as demais fundações catarinenses na perspectiva de como elas relacionam com seu entorno. Para tanto, o foco evidenciou três fundações, tendo como critério de escolha a disponibilidade de informações atualizadas nos sites dessas instituições, sendo elas: FUNIARP – Fundação Universidade Alto Vale do Rio do Peixe; FEDAVI – Fundação Educacional do Alto Vale do Itajaí; e FUNOESC – Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina.

Nota-se que a FUNIARP e a FUNOESC possuem uma intercessão de regiões, fortalecendo, no Vale do Rio do Peixe, o desenvolvimento sustentável baseado nas ações ambientais, econômicas e sociais dessas fundações, cada uma com suas características e prioridades. Já a FEDAVI permite o comparativo com outra região do estado, o que enriquece a discussão e permite um avanço ainda maior do conhecimento quanto à sustentabilidade e fundações.

Nesse sentido, aqui se pergunta: quais as ações de sustentabilidade ambiental, econômica e social são praticadas pelas fundações comunitárias do estado de Santa Catarina?

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as ações de sustentabilidade ambiental, econômica e social praticadas pelas Fundações Comunitárias de Santa Catarina.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- ✓ Contextualizar, a partir de uma perspectiva histórica às fundações privadas;
- ✓ Identificar as legislações que regem as fundações privadas;
- ✓ Descrever o conceito de sustentabilidade e suas dimensões;
- ✓ Pesquisar as ações de sustentabilidade praticadas pelas fundações comunitárias de Santa Catarina;
- ✓ Comparar as ações de sustentabilidade praticadas pelas fundações comunitárias de Santa Catarina.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

Como justificativa para realização desta dissertação, encontram-se argumentos de natureza acadêmica e social. Como argumento acadêmico, destaca-se o fato de que inserir as dimensões da sustentabilidade ao contexto das fundações comunitárias, além de se mostrar como um tema inovador para a academia, ainda se preocupa com as instituições de ensino que são geridas por fundações. Logo, evidencia-se aí o argumento social, já que a educação é um indicador social de destaque, ou seja, “[...] um patrimônio público [...], muito mais que uma simples função instrumental de capacitação técnica e treinamento de profissionais para as empresas. Essa função pública é a sua responsabilidade social” (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 170).

Sendo assim, este estudo justifica-se por apresentar uma proposta capaz de demonstrar a relevância social em que as fundações comunitárias, promotoras de conhecimento, impulsionam a sustentabilidade nas dimensões ambiental, econômica e, evidentemente, social. Nesse sentido, Freitas e Freitas (2016, p. 9) ajudam a sustentar essa temática já que evidenciam em seus estudos “[...] a necessidade de se construir matrizes educacionais e filosóficas compromissadas com o futuro do planeta e da humanidade”.

Encontra-se, ainda, mais um argumento de natureza social, ou melhor, a

disseminação da questão que a sustentabilidade vai além do ambiental, que pelo senso comum acaba sendo associada somente a essa realidade, já que:

Geralmente entende-se a sustentabilidade de uma empresa se ela consegue se manter e ainda crescer, sem analisar os custos sociais e ambientais que ela custa. Hoje o conceito é tão usado e abusado que se transformou num modismo, sem seu conteúdo seja esclarecido ou criticamente definido (BOFF, 2015, p. 37).

Portanto, apesar de, na academia, esse paradigma já estar, praticamente, esclarecido, ainda dentro da sociedade é muito importante que estudos e pesquisas sejam divulgados a fim de demonstrar que a sustentabilidade é mais ampla do que se imagina. Reafirma-se aí “[...] a importância da educação, das artes, da literatura, e da ciência e tecnologia ao futuro da humanidade, numa perspectiva sustentável.” (FREITAS; FREITAS, 2016, p. 9).

Por fim, ainda se pode destacar o fato de que as fundações, enquanto veículos de transmissão e de criação de conhecimento, serão as propulsoras dessas dimensões já que se alicerçam, em seus processos, no tripé ensino-pesquisa-extensão, ou seja, disseminação, criação e socialização de conhecimento. Vale destacar que “como tradição universitária, a RSES (Responsabilidade Social da Educação Superior) é apontada como elemento inerente à universidade, fazendo parte de suas discussões históricas no que diz respeito a sua função social” (CALDERÓN; GOMES, 2013, p. 41).

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS FUNDAÇÕES

Sobre a evolução histórica das fundações, Diniz (2007) mostra a importância em compreender a história do aparecimento do instituto jurídico, pois se faz necessário um entendimento quanto ao revestimento teleológico do referido estudo. Sendo assim, no caso das fundações, universalidades de bens voltados a fim determinado, entender a origem é firmar bases concretas diante de características marcantes e da finalidade de tão complexa pessoa jurídica de direito privado, que tem seu histórico, muitas vezes, confundido com a evolução das pessoas morais.

Dessa forma, aborda Rafael (1997, p. 64) sobre fundações na história da humanidade:

Assim, desde muito cedo na história da humanidade, registram-se atitudes isoladas de homens que, por amor às artes, à sabedoria ou por solidariedade ao próximo, legavam bens para alguma finalidade cultural, filantrópica ou humanitária.

Com a finalidade humanitária, as primeiras fundações registradas pela história localizaram-se na Roma antiga e, ao que consta, com objetivos ao culto funerário, à distribuição de alimentos, à manutenção de crianças pobres e, ainda, excepcionalmente, ao patrocínio de jogos (RAFAEL, 1997).

Apesar de Rafael (1997) mencionar Roma como um dos berços das fundações, Hülse (2015, p. 7) alerta que “não se tem como especificar a primeira fundação do mundo, pois desde o início das civilizações já se tinha patrimônio destinado à finalidade filantrópica”.

Já na idade média, as Corporações de Ofício, que representavam uma congregação de profissionais relacionados a um ofício ou à arte profissional, visando a ensinar e a aperfeiçoar os segredos do ofício houve, naquele momento, uma significativa contribuição para o aparecimento de profissionais que mecanizaram a indústria e assim fizeram parte da classe social que revitalizou o clero (DINIZ, 2007).

Segundo Rafael (1997, p. 64), no século V a.C.,

[...] surgiam, no mundo grego, as primeiras instituições assemelhadas com o instituto que hoje conhecemos, destinadas, contudo, ao culto dos deuses. Com a invasão romana, a Grécia, mera província, legou aos conquistadores a essência do instituto que, mais tarde, passou a florescer em Roma.

Com início no século XII, houve uma representação de uma congregação de



profissionais da arte, visando a ensinar a arte e os segredos de ofício, chamadas de Corporações. A partir disso, surgiu o mecenato e a destinação de patrimônio de particulares com finalidades específicas, traduzindo-se no patrocínio de grandiosas obras arquitetônicas e culturais, em que se permitiu apurar o conceito de transferência de rendas e das atividades econômicas para outras diretamente dependentes da prosperidade do capital, as culturais e, mais tarde, as filantrópicas (DINIZ, 2007).

Os particulares não podiam constituir fundações com os próprios bens, pois, na época, não sendo permitido o direito clássico, a solução encontrada era a doação dos bens à pessoa jurídica, pois se passava o patrimônio àquela já existente com ônus que lhe era atribuído pelo doador (RAFAEL, 1997).

Com o acúmulo excessivo de capital nas mãos de poucos, permitiu-se que fossem retomadas as *piae causae*<sup>4</sup>, agora sob novo comando: o capitalista, que investe nos fins públicos para perpetuar a sua imagem de benevolência (DINIZ, 2007).

Dois acontecimentos de relevância especial, no primeiro momento da história, referem-se à constituição de uma *actio popularis*<sup>5</sup>, com fim efetivado pelas fundações instituídas por legado ou doação, e ao desenvolvimento das entidades religiosas, ou melhor, à concepção da Igreja como pessoa (RAFAEL, 1997).

Nesse contexto histórico, o processo secularizador das fundações privadas “[...] rompeu o monopólio da igreja, fazendo-se transmutar a caridade cristã para a caridade laica, fundamentada em ideias de filantropia e fraternidade (advindas da Revolução Francesa)” (DINIZ, 2007, p. 47- 48).

A ideia de filantropia, atualmente chamada de fundação orientada a finalidades de interesse geral, começou a se delinear na Idade Moderna, após o Renascimento e a Reforma. Sendo que as entidades *piae causae* já haviam começado a perder forças, tendo em vista o aparecimento dos estados nacionais e na medida em que a Igreja perdia sua influência (PAES, 2003, p. 145).

Já no período moderno, o problema social foi muito relevante, pois o governo Espanhol, sem condições de assumir o papel já engajado pelas entidades, criou, em 27 de dezembro de 1821, a Lei que não permitia a dissolução automática da beneficência particular, que causou séria controvérsia com a desvinculação de patrimônios de atividades beneficentes, gerando a pretensão por parte dos fundadores e sucessores em reaver os bens dotados para a beneficência (DINIZ, 2007).

Ainda, em meados do século XIX, a jurisprudência Espanhola consolidou no

<sup>4</sup> *Piae Causae*: expressão originária do latim, a qual designa a fundação com fim beneficente.

<sup>5</sup> *Actio Popularis*: expressão originária do latim, cujo significado é ação popular.

sentido de distinguir entre fundação estabelecida em favor dos parentes e de sucessores (fundações familiares não beneficentes) e as fundações estabelecidas em favor de classes dignas de proteção social. Os Tribunais Espanhóis decidiram que as primeiras fundações estariam sujeitas à desvinculação patrimonial, retornando aos sucessores dos fundadores. A segunda categoria de fundação não estava condicionada à reversão do patrimônio aos sucessores do fundador e as autoridades do governo deveriam proteger a subsistência dessas entidades (DINIZ, 2007).

Dessa forma, na época da codificação, finalmente a doutrina acolheu a inclusão das fundações como espécie de pessoa jurídica de interesse público, reconhecida por lei e não mais se aplicavam a intenção e o estigma de reversão do patrimônio para o fundador e os sucessores. A partir desse instante, o direito de cada país passou a recepcionar a existência da fundação privada enquanto entidade que destina bens para finalidades específicas, muito embora cada país tenha revelado a dificuldade intimamente relacionada ao desenvolvimento doutrinário. Foi o caso da França que não entendia admissível a doação de um patrimônio de uma pessoa para ente jurídico ainda por criar (DINIZ, 2007).

### **2.1.1 Histórico das Fundações no Brasil**

“No Brasil, no período da colonização portuguesa, já conhecida às entidades de mão morta, a história das fundações iniciou-se no fim do século XIX e início do século XX” (RAFAEL, 1997, p. 68).

Com o primeiro esboço de fundação brasileira, no ano de 1738, o solteiro milionário Romão de Matos Duarte resolveu separar parte do seu patrimônio e formar um fundo para auxiliar recém-nascidos deixados por suas mães. A partir de seu gesto, tais crianças passariam a ter um tratamento digno, sendo atendidos na Santa Casa de Misericórdia no Rio de Janeiro, com patrimônio próprio, com finalidade exclusiva em apoiar os órfãos desvalidos cariocas (RAFAEL, 1997).

Comenta Rafael (1997, p. 71-72) sobre o início das fundações no Brasil:

Legalmente, entretanto, só se ouviu falar de fundações no início deste século. A Lei nº 173, de 10.09.1903, conferia personalidade jurídica a entidades com fins literários, científicos e religiosos.

Por sua vez, a nova consolidação do Direito Civil de CARLOS DE CARVALHO previa no artigo 152 [...]

Com isso, queremos dizer que, já em 1912, existia a figura da fundação reconhecida por lei e pela doutrina, como sendo pessoa jurídica formada de patrimônio especialmente destinado a um fim benemérito. Cessada a finalidade, os bens voltam para o instituidor ou seus herdeiros.

Assim o que o Código Civil fez, em 1916, foi consolidar, no texto positivo da legislação civil codificada, a figura já existente da fundação.

A partir de então, com o advento do CC, “em 1º de janeiro de 1916, consolidou-se no ordenamento jurídico positivista o instituto fundacional como pessoa jurídica de direito privado, dotado de patrimônio composto por bens livres, destinados e determinados a uma finalidade social” (PAES, 2003, p. 153).

Nesse mesmo sentido, Beviláqua (1940, p. 240), no anteprojeto do CC de 1916, apresentou a seguinte descrição: “fundação é uma universalidade de bens, personalizada, em atenção ao fim que lhe dá unidade, ou, como se lê na *Theoria Geral*, é um patrimônio transfigurado pela ideia, que põe ao fim determinada serviço”.

Na mesma linha Lago Júnior (2015) descreve que:

[...] estabelecer o primeiro passo para a constituição de uma fundação de direito privado, qual seja, um ato de dotação patrimonial. Portanto, à semelhança do que fizera o legislador do Código Civil de 1916 e, em consonância com o a maior parte da legislação comparada, não se preocupou em definir a fundação, evitando entrar nessa seara.

Após a publicação do texto do CC, em 10 de janeiro de 2002, em seu artigo 62, que regula o negócio jurídico de instituição por escritura pública ou por testamento, determinou-se dotação especial de bens livres para um fim específico, declarando-se a forma de administração. Acrescentado ao texto em vigência em relação ao CC de 1916, a imprescindibilidade de constituição da fundação para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência dispôs-se com restrição ao parágrafo único do artigo 62 do atual CC.

Compreende-se haver um ajuste no sistema privado em relação à finalidade das fundações que passam a ser essencialmente sociais, sem possibilidade de ser fundação com fins eminentemente privados ou de interesses exclusivos. A finalidade essencial é ser social e não houve qualquer vedação ao exercício de atividade econômica a fim de servir de meio de sustentação da finalidade anterior (DINIZ, 2007).

Com o advento da Lei nº 13.151/2015, que alterou o § único do artigo 62 do Código Civil de 2002, Carneiro (2015) confirma que:

[...] com a conseqüente alteração da redação do parágrafo único do artigo 62 do Código Civil para ampliar e especificar os fins que as fundações de direito

privado devem buscar, a interpretação contida no enunciado nº 9<sup>6</sup> da I Jornada de Direito Civil do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, [...] deve ser interpretado de modo a excluir apenas as fundações com fins lucrativos, permanece válida. Isto porque os conceitos utilizados para arrolar os fins a que as fundações se destinam continuam sendo abrangentes.

O referido Enunciado nº 9 das Jornadas de Direito Civil (2012, p. 18) assim aprovou “Art. 62, parágrafo único: Deve ser interpretado de modo a excluir apenas as fundações com fins lucrativos”.

Nesse contexto, Lago Júnior (2015) mencionou que a Lei Federal 13.151, de 28 de julho de 2015:

Alterou a redação do parágrafo único do artigo 62 do Código Civil, para o fim de ampliar o rol daquelas finalidades antes previstas. De acordo com a sua nova redação, “a fundação somente poderá constituir-se para fins de: I – assistência social; II – cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; III – educação; IV – saúde; V – segurança alimentar e nutricional; VI – defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; VII – pesquisa científica, desenvolvimento de tecnologias alternativas, modernização de sistemas de gestão, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos; VIII – promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos; IX – atividades religiosas; e X – (VETADO).

Entretanto, Lago Júnior (2015), igualmente, ressalta o quanto a sua finalidade se distingue das associações e da sociedade de fundações, ou seja, as primeiras resultam da união de indivíduos, diferentemente de fundações que, para instituí-la, faz-se necessário um determinado patrimônio a um fim determinado pelo instituidor. Ou seja, “nas fundações, não há sócios ou associados, mas apenas destinatários”.

Menciona, do mesmo modo, Lago Júnior (2015) que a finalidade fundacional se atém exclusivamente, em sua natureza, como entidades que beneficiam a coletividade por meios sociais.

### **2.1.2 Aspectos Conceituais**

A definição de instituição jurídica tradicional e consolidada, como é o caso da pessoa jurídica fundacional, não é tanto missão do legislador conceituá-la, senão dos doutrinadores e da jurisprudência, que atuam em um plano muito mais consentâneo com os avanços da técnica e das necessidades sentidas no próprio seio da sociedade

---

<sup>6</sup> Jornadas de direito civil I, III, IV e V: enunciados aprovados. Brasília: Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2012, p. 18. Disponível em: <<https://www.cjf.jus.br/cjf/corregedoria-da-justica-federal/centro-de-estudos-judiciarios-1/publicacoes-1/jornadas-cej/EnunciadosAprovados-Jornadas-1345.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

(PAES, 2003).

Para Lago Júnior (2015), o Direito brasileiro:

Acolheu a fundação como espécie de pessoa jurídica de interesse social ou coletivo (artigo 11 da Lei 4.657/42), ou seja, não admite a criação de fundações para administração de interesses particulares, mas somente daqueles que interessem à sociedade ou a uma dada coletividade. Trata-se de instituto dogmáticamente bem definido: dotação patrimonial, composta de bens livres e suficientes; finalidade voltada a um interesse social instituído pelo fundador; e afetação desse patrimônio a essa finalidade, de maneira perene e inalterável. Conseqüentemente, de natureza incompatível com qualquer finalidade que vise à distribuição de lucros.

Além da universalidade de bens, personalização e a finalidade, o patrimônio da fundação é afetado ou dirigido a um fim. Diante dessa estrutura, a fundação ingressa no mundo jurídico, desvinculada de qualquer ramo, ultrapassando diversos sistemas de direito, matizada em seus elementos acessórios pelas exigências locais do direito, tanto no setor público ou privado, se modificada a sua substância estaria desfigurado o instituto (CRETELLA JUNIOR, 2002).

De tipo especial, a fundação é pessoa jurídica, “não se forma por associação de pessoas físicas, nem é obra de um conjunto de vontades” (GOMES, 1999. p. 192), mas de um patrimônio destinado a um fim socialmente útil.

Gasparini (2007, p. 325-326) conceitua Fundação privada e pública:

Gênero do qual a *fundação privada* e a *fundação pública* são espécies, é encontrado na doutrina. Segundo esta, é um patrimônio personalizado, afetado a um fim. O patrimônio, substrato econômico da fundação, é o complexo de relações jurídicas pertencentes a determinado sujeito. Personalizado, porque sobre ele incidem normas jurídicas, tornando-o sujeito de direito e obrigações. Afetado a um fim significa destinado ou consagrado a perseguir um objetivo, quase sempre de natureza educacional, cultural ou científica.

“Fundação ao que se acrescenta que há uma dotação de bens, feita por pessoa natural ou jurídica, a serviço de uma finalidade lícita e especial, com grande ênfase social, prevista em seu estatuto, devidamente instrumentalizado e registrado” (DINIZ, 2007, p. 86).

Amaral (2015) relata que o § único do art. 62 do Código Civil determinava que a fundação privada só consistia para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência. Nesse sentido a “Lei n.º 13.151/2015 alterou esse artigo, ampliando o rol de finalidades permitidas”, conforme já mencionado anteriormente.

Percebe-se o papel de destaque o estatuto, o qual é descrito por Hülse (2015, p. 30) como:

[...] o início da vida de uma Fundação. Nele constará a finalidade e o patrimônio destinado ao seu início, bem como ele regulará toda a existência da Fundação. A vontade dos seus instituidores deverá ser mantida por este estatuto, pois todos os atos da Fundação deverão estar previstos no estatuto (HÜLSE, 2015, p. 30).

Sobre fundação, esclarece o Ministério Público Catarinense que:

Uma Fundação é, em síntese, um patrimônio destinado a um fim de interesse público ou social que adquire personalidade jurídica, na forma da lei civil. É, segundo o Código Civil, uma pessoa jurídica, assim como as sociedades civis e associações. Todavia, do ponto de vista estrutural as Fundações apresentam características bem distintas destas outras entidades (MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA, 2009, p. 01).

À fundação criada pela Administração Pública, seja qual for a sua espécie, qualquer desses objetivos há de ser de interesse público. Dessa forma, não pode haver fundação, embora instituída sob o figurino do direito Privado, o qual legalmente possa buscar uma finalidade de interesse privado quando instituída pela Administração Pública. Pode-se conceituar fundação pública como sendo o patrimônio público personalizado segundo regras do Direito Público – destinado à persecução de finalidades de interesse da coletividade (GASPARINI, 2007).

Cimadon (2002, p. 29) diz que a fundação:

[...] é, independente de quem a institui, uma universalidade de bens personalizada, em atenção ao fim, que lhe dá unidade e pode ser formada diretamente pelo seu instituidor ou por terceiros, conforme a vontade de seu criador. Este pode ser pessoa natural, uma pessoa jurídica de direito privado ou o próprio Estado.

Fundação é uma pessoa jurídica que têm suporte factual no patrimônio inicial, com características específicas (modo de constituição, administração e representação) e pode pertencer a um outro ramo do direito. Com o seu caráter intrínseco e suas peculiaridades acidentais, dever-se-á colocá-la como uma entidade jurídica do direito privado, do direito público ou em uma análise do Direito Social ou Terceiro Direito. Dessa forma, a fundação governamental pública entrará na categoria de instituto público e se distanciará do direito privado social; ao contrário da fundação particular, que será sempre inserida no direito privado, podendo se deslocar para o direito social desde que o objetivo coloque o patrimônio inicial em benefício da coletividade (RAFAEL, 1997).

Dessa forma, a seguir, parte-se ao estudo de fundação privada, conceituando e definindo o seu patrimônio e sua finalidade.

### 2.1.2.1 Conceito de fundação privada

Não importando quem seja o seu instituidor, a fundação privada terá o nascimento com a inscrição de seu estatuto e da escritura no registro civil das pessoas jurídicas após a aprovação do Ministério Público. De acordo com o caput do artigo 11 da Lei de Introdução ao Código Civil e, ainda, o artigo 16 do Código Civil, as fundações devem instituir-se com fins de interesse e de direito privado conforme explana os referidos códigos: “Artigo 11. As organizações destinadas a fins de interesse coletivo como as sociedades e as fundações [...]. Artigo 16. São pessoas jurídicas de direito privado: I - as sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, as associações de utilidade pública e as fundações” (CIMADON, 2002).

De acordo com a sua estrutura estabelecida pelo Código Civil, explana Di Pietro (2001, p. 367):

Com efeito, examinada a fundação tal como se encontra estruturada pelo Código Civil, verifica-se que ela se caracteriza por ser dotada de um patrimônio a que a lei, mediante observância de certos requisitos, reconhece personalidade jurídica, tendo em vista a consecução de determinado fim. Até aí, apenas a noção categorial, pertinente à teoria geral do direito, perfeitamente enquadrável como pessoa pública ou privada.

Explana-se, da seguinte forma, o Código Civil de 1916:

Art. 24: Para criar uma fundação, far-lhe-á o seu instituidor, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la (BRASIL, 1916, p. 32).

“Observa-se que a norma já estava contida no Código Civil de 1916, e foi repetida no de 2002, que a relação jurídica e seus bens sejam livres de quaisquer ônus ou agravantes que prejudiquem o seu exercício e sua finalidade” (DINIZ, 2007, p. 91).

Para tanto, passa-se a explicar sobre seu patrimônio e finalidade.

### 2.1.2.2 Do patrimônio e da finalidade

Importante acrescentar sobre a impossibilidade de alienação do patrimônio, ressalvado apenas com plena autorização do Ministério Público curador das fundações e após requisição fundamentada de alvará judicial. Vale destacar que essa inalienabilidade referente ao patrimônio é fundamentada na limitação da autonomia privada com o intuito de proteger da vontade do instituidor e dos terceiros beneficiados pelos fins fundacionais (DINIZ, 2007).

É por essa razão que “o papel do ministério público em relação às fundações não é de mero observador das irregularidades que nela ocorrem. [...] o que compete a esse órgão é velar em defesa das finalidades das fundações e dos patrimônios” (FAGUNDES, 1961, p. 58). Contudo, há certo limite nessa atuação estabelecido pelo Código Civil e pelo Código de Processo Civil (HÜLSE, 2015).

Diniz (2007, p. 102) alerta que a finalidade da fundação:

[...] é elemento essencial tanto do negócio de instituição, quanto da pessoa jurídica, e sem ele a instituição se nulifica e os bens dotados seguirão o regime que o Código Civil Brasileiro lhes destina.

Cabe ressaltar o fato de que “[...] para se iniciar uma Fundação Privada o primeiro requisito são os bens necessários para sua composição. Bens livres que poderão ser doados por escritura pública ou por testamento” (HÜLSE, 2015, p. 20).

“Sendo o último elemento definidor das Fundações, pode-se dizer que elas não podem se afastar ou se desviar de sua finalidade que lhe foi atribuída por lei que deverá ser sempre perseguido” (COSTA, 2009, p. 13).

É por essa razão que Caetano (1961, p. 56) faz uma reflexão às várias finalidades:

E poderá uma instituição que se proponha a vários fins? A resposta depende muito das circunstâncias, especialmente da grandeza e da composição do patrimônio afetado. Em todo caso, em princípio, parece que os fins devem ter entre si certa analogia ou conexão, serem congruentes, e conviria que o instituidor designasse qual deles considera principal ou, pelo menos, se exprimissem em termos de onde se pudesse deduzir sua intenção a tal respeito. Depois, há que ver se o patrimônio é suficiente para a realização dos fins visados. O reconhecimento só será feito se esta verificação conduzir a um resultado possível.

“Entretanto, lei complementar deve definir as áreas de atuação da fundação, não podendo a figura jurídica servir de panacéia para qualquer atividade que a Administração pretenda efetuar com relativa autonomia” (MEIRELLES, 2008, p. 359-360).

Contudo, Carneiro (2015) menciona que a Lei nº 13.151/2015 trata da alteração do parágrafo único do artigo 62 do Código Civil:

Para ampliar e especificar os fins que as fundações de direito privado devem buscar, a interpretação contida no enunciado nº 9 da I Jornada de Direito Civil do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, no sentido de que o artigo 62, parágrafo único, deve ser interpretado de modo a excluir apenas as fundações com fins lucrativos, permanece válida. Isto porque os conceitos utilizados para arrolar os fins a que as fundações se destinam continuam sendo abrangentes.

Confirma-se o Enunciado de nº 9 das Jornadas de Direito Civil (2012, p. 18), já



citado neste trabalho, ou seja, o parágrafo único do artigo 62 “deve ser interpretado de modo a excluir apenas as fundações com fins lucrativos”.

Na interpretação da Lei nº 13.151/2015, que alterou o referido parágrafo, Carneiro (2015) afirmar que:

A assistência social tem por objetivos a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária (art. 203 da CF); a saúde garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196 da CF), sendo a assistência à saúde livre à iniciativa privada (art. 199 da CF); que a educação seja promovida e incentivada, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 205 da CF); a cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico abrange a defesa e a valorização do patrimônio cultural brasileiro assim entendidos os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico; a produção, promoção e difusão de bens culturais; a formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; a democratização do acesso aos bens de cultura; a valorização da diversidade étnica e regional (art. 215 e 216 da CF); a pesquisa científica, desenvolvimento de tecnologias alternativas, modernização de sistemas de gestão, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação (art. 218 da CF); a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e **promoção do desenvolvimento sustentável mediante ações que visem a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, com condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana** (art. 225 da CF e Lei nº 6.938/81).

Com a alteração promovida pela Lei nº 13.151/2015, explicitou-se que se buscam os fins fundacionais por meio da criação da fundação pelo qual entende-se a vedação às fundações com fins lucrativos (CARNEIRO, 2015).

Para Lago Júnior (2015), a referida alteração expandiu a redação de parte do artigo adotado pelo legislador anterior visto haver uma melhora significativa para atender e analisar-se após esse.

### 2.1.3 Terceiro Setor

“Quanto ao Terceiro Setor, a dificuldade inicial está na própria definição, já que não existe consenso quanto ao seu entendimento”. (VOLTOLINI, 2019).

“Durante muitos anos, a atuação do terceiro setor, era pouco detalhada, sendo que por muitas vezes era confundida com uma empresa e em outras vezes confundida com setor público”. (BOCCHI, 2013, p. 46).

Segundo Ciconello (2004, p. 52), existe “uma definição simplista” para o termo, amplamente divulgada “pela mídia e por alguns segmentos da sociedade civil brasileira”.

Esse conceito, dito como simplista, descreve os três setores para compreensão efetiva do Terceiro Setor:

O primeiro setor é o governo, que é responsável por questões sociais. O segundo setor é o privado, responsável pelas questões individuais. Com a falência do Estado, o setor privado começou a ajudar nas questões sociais por meio de inúmeras instituições que compõem o chamado terceiro setor. Ou seja, o terceiro setor é constituído por organizações sem fins lucrativos e não governamentais que têm como objetivo gerar serviços de caráter público (KANITZ, 2020).

Desse modo, resumidamente pode-se afirmar que as organizações as quais dele fazem parte possuem “natureza privada e finalidade pública, portanto sem finalidade de lucro, cujas ações estão voltadas para questões como cidadania, emancipação, autonomia e direitos da população em geral, e dos excluídos preferencialmente”. (VOLTOLINI, 2019).

Pelos conceitos e definições, simplistas ou não, nota-se que não é à toa que o terceiro setor está se ampliando e se diversificando nos últimos tempos, ou melhor, o universo de instituições que faz parte dele tem como foco de atuação complementar o papel do setor público. (BARBOSA, 2004b).

As causas dessa ampliação não precisam ser discutidas, contudo Barbosa (2004a, p. 25) alerta ser necessário atentar às consequências para o país, principalmente “no âmbito institucional e normativo”, já que toda a estrutura jurídica precisar estar apta a “instrumentalizar as relações entre o setor público e o Terceiro Setor”. Esses aspectos ficam evidentes nesta dissertação, sendo todo o aporte legal e jurídico apresentado quanto às fundações.

Esse amparo legal mostra-se como de relevância notável quando se fala da Lei 9760/1999, a qual trata das Oscip. Por meio dela, “pela primeira vez, o Estado reconhece publicamente a existência de uma esfera que é pública, não por sua origem, mas por sua finalidade: é pública, embora não estatal” (TACHIZAWA, 2002, p. 39).

Por fim, o terceiro setor, devido à sua relevância social, será tratado como

uma chave mestra para a produção científica, tecnológica e social, favorecendo a pesquisa e o desenvolvimento, mediante atuação conjunta e coesa de todos os “setores sociais”. Nesse contexto, sensível às mudanças assistidas no cenário mundial, as entidades sem fins lucrativos serão capazes de assumir seu papel no desenvolvimento sustentável, caso sua atuação seja conduzida de forma séria e condizente com os anseios da sociedade, inclua-se a essa seriedade austeridade e transparência. [...] entidades sem fins lucrativos [...] como aliados na busca de fins afetos à coletividade, segundo os mesmos parâmetros de fiscalização e exigências para execução de projetos e uso de recursos [...]. (BOCCHI, 2013, p. 11-12).

Desse modo, a temática desta dissertação se fortifica, já que prevê a união dos dois aspectos tratados por Bocchi (2013), no trecho anterior, isto é, o terceiro setor, representado pelas fundações, e a sustentabilidade em suas três dimensões (ambiental, econômica e social).

Assim, é importante esclarecer quais instituições se enquadram no terceiro setor. Segundo Bocchi (2013, p. 30, grifos do autor), “*Grosso modo*, duas são as modalidades de instituição que podem assumir tal *status*: associação e a fundação.”.

Como já evidenciado, sobre as fundações há uma seção somente dedicada a apresentá-las e a conceituá-las, por isso optou-se aqui trazer a diferenciação entre associação e fundação, descrita por Bocchi (2013, p. 39):

A diferença entre as associações civis e as fundações reside no fato de que nas primeiras há uma reunião de pessoas para um fim, sendo que nas fundações há uma reunião de bens direcionados a um fim. Nessas últimas, não há associados nem assembleia de associados, há, sim curadores e conselho de curadores, sendo a ingerência da lei muito maior. (BOCCHI, 2013, p. 39).

Finalmente, apenas ratifica-se o caráter filantrópico das fundações, que, se deixado de lado, a desconfigura e a leva a uma nova forma institucional, no caso, às associações civis (BOCCHI, 2013).

## 2.2 SUSTENTABILIDADE

“A palavra sustentabilidade, já existe a mais de 400 anos, porém poucos sabem do que se trata, bem como o seu significado” (BOFF, 2015, p. 31). É por essa razão que se buscou, através dos relatos do mesmo autor, fazer uma breve e não exaustiva cronologia desse termo.

Para Gavazzoni (2014, p. 29), com o surgimento do homem e a tomada de consciência pelo meio natural há uma incumbência:

Verificamos como, de onde veio, e porque surgiu a ideia de preservação ambiental e, conseqüentemente, da sustentabilidade, haja vista a inclusão do

discurso da sustentabilidade a partir dos debates acerca dos recursos naturais. Por anos os eventos foram ocorrendo e unindo os países em busca do bem comum, importante também, portanto, analisar os principais tijolos dessa construção, para a compreensão do surgimento da sustentabilidade.

Maciel (2011) ensina que não se pode precisamente determinar a época em que surgiu a ideia da preservação do meio ambiente, mas acredita-se que foi na Europa na Idade Média.

Para Gavazzoni (2014, p. 35), entre riscos e perspectivas existenciais pouco logro se teria obtido. “Evidente, contudo, que somente a educação não teria a capacidade plena em promover uma alteração de condutas sem o amparo de atos normativos cogentes específicos para a retificação de artigos e incorporados *modus operandi*”.

Boff (2015) separa essa cronologia em a “pré-história” e a “história recente” do conceito. O quadro 1 apresenta fatos históricos e eventos que marcaram a construção e afirmação dos aspectos que alicerçam a “sustentabilidade”.

**Quadro 1** - As origens do conceito de sustentabilidade

<b>Pré-história do conceito de “sustentabilidade”</b>			
<b>Período</b>	<b>Onde</b>	<b>Fatos relevantes</b>	<b>A “sustentabilidade”</b>
Mundo antigo até Idade Moderna	Principalmente Europa e o processo de colonização.	Destaque para o manejo das florestas, utilizando a madeira como combustível, construção, fundição de metais e construção de barcos.	Não se evidencia algo concreto relacionado à sustentabilidade; pelo contrário, dá-se o uso intenso da madeira, com destaque pelas potências marítimas.
1560	Alemanha – Província de Saxônia	-	Começa-se a falar sobre o uso racional das florestas, focando os conceitos de sua regeneração e manutenção.
1713	Alemanha – Província de Saxônia	Florestas abatidas para atender à nova frente do progresso, os fornos de mineração que precisavam que carvão vegetal em demasia.	Capitão Carlowitz escreve um tratado sobre sustentabilidade, evidenciando o uso sustentável da madeira e o incentivo ao replantio. Sustentabilidade começa a ser conhecida como conceito estratégico.
1795	-	Fundação de academias de Silvicultura (nova ciência) na Saxônia e na Prússia. Fez-se ouvir em 1970.	Uso das florestas, mas de tal forma que as gerações futuras tivessem as mesmas vantagens.
<b>História recente do conceito de “sustentabilidade”</b>			

<b>Data</b>	<b>Eventos</b>	<b>Contribuições e Resultados</b>	<b>A “sustentabilidade”</b>
05 a 16/06/1972	1ª Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente – Estocolmo	Resultados não foram muito significativos, somente a criação do “Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).	1º alarme ecológico.
1984	Outra conferência de grande importância	Deu origem à Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento cujos trabalhos foram até 1987.	Aparece de forma clara o conceito de “Desenvolvimento Sustentável”.
03 a 14/07/1992	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente – Cúpula da Terra – Rio de Janeiro	Nesse evento, reinava o espírito de cooperação. Gerou inúmeros documentos; entre eles se destacam: * Agenda 21: Programa de Ação Global * Carta do Rio de Janeiro.	O conceito de “Desenvolvimento sustentável” como eixo de todas as discussões.
1997	Encontro Rio+5 – Rio de Janeiro	Evidencia-se a contradição entre o desenvolvimento do tipo capitalista com a dinâmica do meio ambiente baseada no equilíbrio.	Meio ambiente <i>versus</i> Capitalismo
29/08 a 04/09/2002	Cúpula da Terra sobre a Sustentabilidade e o Desenvolvimento – 150 nações	Reunida devido à contradição evidenciada anteriormente. Terminou com grande frustração, com decisões unilaterais das nações ricas, apoiadas pelas grandes corporações e os países produtores de petróleo.	Disputa muito feroz por interesses econômicos corporativos, que boicotavam a discussão das energias alternativas.
20 a 22/06/2012	Cúpula da Terra – Megaconferência Rio+20 – Rio de Janeiro	Balanços dos avanços e dos retrocessos do binômio “desenvolvimento e sustentabilidade”. Por falta de consenso, seu documento final não chegou a propor nenhuma meta concreta.	Não se propuseram metas concretas para contribuir com a erradicação da pobreza, controle do aquecimento global ou salvaguarda dos serviços ecossistêmicos da Terra. Não houve processo, por isso, se deu um retrocesso desses aspectos.

**Fonte:** Elaborado com base em Boff (2015).

Todos esses acontecimentos e relatos demonstram o quanto as discussões acerca da sustentabilidade precisam ainda evoluir e seus preceitos serem incorporados nos cotidianos organizacionais, ambientais, sociais, políticos e econômicos.

Os estudos realizados ainda em 1972 já advertiam que se a forma desastrosa fosse mantida, prevendo o crescimento insensível desde 1900, a humanidade superaria seus limites naturais somente entre 2000 e 2100; ainda se previam o “esgotamento dos recursos e a destruição do meio ambiente que causariam ao planeta” (GA-VAZZONI, 2014, p. 33).

Gavazzoni (2014, p. 33) traz a dicção de Anthony Giddens:

A vida é perene para uma multiplicidade de riscos, viver sempre foi um negócio arriscado. A intromissão da incerteza artificial em nossas vidas não significa que nossa existência, em um nível coletivo ou individual, seja mais arriscada do que costumava ser pretéritas. Ao contrário, as fontes e a abrangência do risco mudaram. O risco artificial (manufactured risk) é um resultado da intervenção humana nas condições da vida social e da natureza.

Apesar de Boff (2015) mostrar que a palavra sustentabilidade tem uma “pré-história), Freitas e Freitas (2016, p. 7) afirmam que a noção de sustentabilidade é considerada “a principal invenção epistemológica do século XXI. [...]”, mais que a verdadeira e firme “incorporação às pautas científicas e tecnológicas, às políticas públicas e aos modelos de desenvolvimento encontra-se em curso, com impactos imediatos nas formas de organização das matrizes produtivas e das sociedades”.

Nessa perceptiva, Elkington (2012, p. 471) aponta que “existem mais de 100 definições de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável”. Porém, destaca em sua obra como a mais conhecida a da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, comissão essa mencionada na cronologia de Boff (2015).

“[...] o desenvolvimento é sustentável onde ele ‘atende às necessidades da população atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras no atendimento de suas próprias necessidades.’” (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT apud ELKINGTON, 2012, p. 471).

Contudo, Gavazzoni (2014) exclama que, para superar, estabelecer conceitos, foram progressivamente disciplinando-se do âmbito ecológico, mesmo estando as bases da sustentabilidade instituídas de extenso horizonte e advindas da realidade por meio de graves dilemas mundiais.

Nesse diapasão, “o senso apurado de sustentabilidade veda, como desproporcionais, todas as paralisias causadoras de danos”, [...] que procede ou resulta da falha “de toda e qualquer omissão desproporcional” (FREITAS, 2016, p.138). Tal omissão deriva da acanhada e da tímida acessibilidade por parte do cidadão e do Estado.

Ainda, Freitas (2016, p.115-116) ensina que “Sustentabilidade, no sistema brasileiro, é, entre valores, um valor de estatura constitucional. Mais: é “valor supremo”, [...]” desde então a Carta Magna em seu preâmbulo menciona “valores supremos” sendo este o “desenvolvimento sustentável”, ou seja, o desenvolvimento sustentável é um valor supremo. Contudo, quando a CRFB elenca em desenvolvimento como “valor supremo” e ainda como “objetivo fundamental”, sendo que:

Nessa medida, o valor da sustentabilidade recomenda, como critério de avaliação das políticas públicas e privadas, a redução das desigualdades sociais e regionais, a proteção da dignidade humana e dos seres vivos em geral, assim como a intervenção reguladora contra regressivismos desequilibradores do sistema ecológico, por mais arraigados que estejam nos cérebros oligárquicos dominantes.

Sendo assim, resumidamente, “sustentabilidade, é um valor supremo” (FREITAS, 2016, p.139-140) que provém do princípio constitucional, determinando:

De forma imediata e direta, a responsabilidade do Estado e da sociedade pela concretização solidária do desenvolvimento material e imaterial, socialmente inclusivo, durável e equânime, ambientalmente limpo, inovador, ético, eficiente, no intuito de assegurar, preferencialmente de modo preventivo e precavido, no presente e no futuro, o direito ao bem-estar.

Sustentabilidade faz parte dos objetivos do milênio, sendo assim descrita:

A sustentabilidade está relacionada aos Objetivos do Milênio, que são o guia de ação da humanidade. O objetivo do ambiental é assegurar as condições que possibilitam a vida humana no planeta. Por outro lado, os outros dois aspectos da sustentabilidade, os sociais que têm a ver com a inclusão, com evitar a marginalidade, com a incorporar novos modelos de governança, etc., e os aspectos econômicos, que têm a ver com o crescimento e a distribuição de riqueza. Têm a ver com dignificar a vida. Sustentabilidade nos diz que não basta garantir a subsistência, mas que a condição humana exige assegurar umas das condições dignas de vida (MILLENIUM DECLARATION, 2019 *apud* FERRER, 2008).<sup>7</sup>

Precisa ser encarada como uma necessidade e não como uma opção sob a perspectiva de diferentes dimensões. Três pilares estão se mostrando como um grande desafio, já que, se desconsiderados, podem aumentar o risco de extinção de

---

<sup>7</sup> *La sostenibilidad se encuentra más bien relacionada con los Objetivos del Milenio, que son la guía de acción de la humanidad. El objetivo de lo ambiental es asegurar las condiciones que hacen posible la vida humana en el planeta. En cambio, los otros dos aspectos de la sostenibilidad, los sociales que tienen que ver con la inclusión, con evitar la marginalidad, con incorporar nuevos modelos del gobernanza, etcétera, y los aspectos económicos, que tienen que ver con el crecimiento y la distribución de la riqueza. Tienen que ver con dignificar la vida. La sostenibilidad nos dice que no basta con asegurar la subsistencia, sino que la condición humana exige asegurar unas las condiciones dignas de vida..* Tradução Livre. FERRER, Gabriel Real. *El derecho ambiental y el derecho de la sostenibilidad*. In: PNUMA. **Programa regional de capacitación en derecho y políticas ambientales**. [S.l.], [2008]. Disponível em: <<http://www.pnuma.org/deramb/documentos>>. Acesso em: 21 set. 2019.

corporações, organizações, instituições e, claro, do meio ambiente e social como um todo (ELKINGTON, 2012).

Boff (2015, p. 45), de modo igual, menciona que “ao contrário, sustentabilidade, vem da biologia e da ecologia, tendências de ecossistemas e ao equilíbrio energético, com um e com todos, desde o mais ímpeto ao mais fraco”.

Mesmo que a biologia e a ecologia ainda estejam muito fortes dentro da sustentabilidade, as mudanças precisam ser feitas, pois são resultantes da “[...] profunda reformulação das expectativas da sociedade e, como resultado, dos que servem aos mercados local e global” (ELKINGTON, 2012, p. 33-34).

Sendo assim, Nascimento (2012, p. 51) conceitua:

[...] sustentabilidade tem duas origens: a primeira, na biologia, por meio da ecologia. Refere-se à capacidade de recuperação e reprodução dos ecossistemas (resiliência) em face de agressões antrópicas (uso abusivo dos recursos naturais, desflorestamento, fogo etc.) ou naturais (terremoto, tsunami, fogo etc.). A segunda, na economia, como adjetivo do desenvolvimento, em face da percepção crescente ao longo do século XX de que o padrão de produção e consumo em expansão no mundo, sobretudo no último quarto desse século, não tem possibilidade de perdurar. Ergue-se, assim, a noção de sustentabilidade sobre a percepção da finitude dos recursos naturais e sua gradativa e perigosa depleção.

Segundo Feil e Schreiber (2017, p. 673-681), “sustentabilidade traz a preocupação com o futuro dos recursos naturais e da vida humana, em razão da deterioração dos recursos naturais, bem como a escassez desses”.

É por essa razão que Veiga (2015, p. 40) lembra que “sustentabilidade é o único valor a dar atenção às futuras gerações. Isto é, a evocar a responsabilidade contemporânea pelas oportunidades, leque de escolhas, e direitos, que nossos trinetos e seus descendentes terão alguma chance de usufruir”.

Contudo, sustentabilidade para Bosselmann (2015, p. 25) é tão complexa como é a justiça. “Mesmo não existindo de forma simples, é necessária uma reflexão entre valores e princípios. Para tanto se faz necessário o entendimento por meio de suas dimensões”.

“Os princípios básicos da ecologia é o aprendizado do ecossistema, mantendo a instrução primeira na construção, na nutrição e na educação sustentável se atendo para as gerações futuras” (GAVAZZONI, 2014, p. 27).

Não se tem como adentrar no assunto sustentabilidade sem antes mencionar a interligação que as distintas dimensões devem ser vistas, e não analisadas de forma isolada. Assim, retrata Tonnera Junior (2016) que necessitam de análise convergente



e harmônica, entendidos entre elas.

Para execução da sustentabilidade, necessita-se de um projeto, devidamente prático e com engajamento de todos, empregados, empregador, comunidade, enfim, para que todos façam parte do processo e que expressem uma inovação, um aspecto bom na visão do todo e que sintam a diferença (WERBACH, 2010, p. 7).

Por isso, a verdadeira sustentabilidade “exigirá maior empenho [...], no investimento muito maior de esforços em campos como a recalibração dos acordos de comércio internacionais e as operações dos mercados financeiros globais. Em vários aspectos, o desafio somente começou” (ELKINGTON, 2012, p. 74).

“Não há, portanto, resposta simples, direta, e muito menos definitiva, para a indagação ‘o que é sustentabilidade?’. Por isso mesmo exige muito cuidado com vulgares abusos que estão sendo cometidos no emprego dessa expressão” (VEIGA, 2015, p. 40).

Corroborando essa perceptiva, Boff (2015, p. 14) afirma que “A resposta só poderá ser: mediante a sustentabilidade real, verdadeira, efetiva e global, conjugada com o princípio do cuidado e da prevenção”.

Sendo assim, pode-se afirmar:

[...] o desenvolvimento sustentável envolve a busca simultânea da prosperidade econômica, da qualidade ambiental e da igualdade social. As empresas que buscam a sustentabilidade precisam empenhar-se não somente na direção de uma única linha de resultados, a financeira, mas sim na linha de três pilares (ELKINGTON, 2012, p. 471-472).

É por esse motivo que sustentabilidade e crescimento estão em vias opostas, em que este visa ao esforço incondicional para manter a economia e a ampliação do capital dos indivíduos, e aquele, o equilíbrio econômico, sem sacrificar o equilíbrio ambiental e a igualdade social (HÜLSE, 2018).

Porém, Melman (2003) evidencia que o homem, a qualquer custo, procura, em seus desejos na obtenção de saná-los, o formato consumista, alimentando-os dia após dia com suas necessidades, demandando judicialmente a satisfação de suas vontades.

O reconhecimento ecológico sobre o homem quando na tomada de decisões, na tomada da consciência pelo meio natural ocorre a cada desfecho que demonstra a sua consciência sustentável. “A humanidade foi avançando e evoluindo na temática da preocupação com as condições de existência no planeta” (GAVAZZONI, 2014, p. 29).

Por isso, quando se fala em ações de pessoas e de empresas baseadas em um código ético de responsabilidade socioambiental, não vale desconsiderar ou até mesmo duvidar de que sejam realmente sustentáveis, ou melhor, é oportuno sim reconhecer que algum esforço para a verdadeira sustentabilidade está sendo feito (VEIGA, 2015).

Nessa mesma ética, o esperado é o de “salvar a humanidade dela mesma, enquanto é tempo”, aconselha Freitas (2016, p. 47). O acréscimo populacional triplicou nas últimas cinco décadas, e a energia aumentou ampliando ainda mais o impacto desfavorável. Descuidar disso pode ser fatal.

Para Freitas (2016), o efeito do homem vai de encontro a ele mesmo, pois tal qual a poluição, a temperatura em verão desproporcional e o total descomprometido por suas ações, bem como suas omissões piorar o quadro. “O crescimento econômico, sem respeito ao direito fundamental ao ambiente limpo e ecologicamente sadio, provoca danos irreparáveis ou de difícil reparação. É chegada a hora de precificar a inércia perante esses males tenebrosos” (FREITAS, 2016, p. 47).

É válido, antes de esmiuçar cada dimensão da sustentabilidade, evidenciar qual a diferença entre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, que, apesar da diferença, são interdependentes:

As diferenças entre Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável afloram com um processo em que a primeira se relaciona com o fim, enquanto o segundo com o meio. O Desenvolvimento Sustentável como meio para que seja possível obter equilíbrio entre o progresso, a industrialização, o consumo e a estabilidade ambiental, como objetivo a Sustentabilidade e o bem-estar da sociedade (SOUZA; MAFRA, 2014, p. 348).

Essa diferenciação permite compreender:

[...] o famoso tripé chamado de *Triple Botton Line* (a linha das três pilastras) que deve garantir a sustentabilidade. O conceito foi criado em 1990 pelo britânico John Elkington [...], que se propõe exatamente a divulgar estes três momentos como necessários a todo desenvolvimento sustentável. Ele usou também outra expressão: os três “pês”, *Profit, People, Planet* (produto/renda, população e planeta) [...]. Outros lhe dão outra formulação de natureza mais operacional, enfatizando o envolvimento e entrosamento de um outro famoso tripé: poder de Estado (política), setor produtivo (empresariado) e sociedade civil (consumidores da sociedade em geral). (BOFF, 2015, p. 43-44, grifos do autor).

Diante das possíveis configurações do tripé ora mencionado para esta dissertação, optou-se pelas diretrizes originais de Elkington (2012), usando a seguinte terminologia:

- a) dimensão ambiental;
- b) dimensão econômica;
- c) dimensão social.

Portanto, o que leva à necessidade da maior difusão das dimensões da sustentabilidade, ampliando, desse modo, sua área de abrangência, são todas as ações de degradação ambiental (florestas, água, solo, atmosfera) em nome do capital, o consumismo exacerbado pela sociedade e a falta de compromisso dos governantes, sendo que tudo isso conduz a uma reorganização “socioeconômica e ambiental do planeta”, focada na “proteção da vida” (FREITAS; FREITAS, 2016, p. 44).

À vista disso, Boff (2015, 35) faz uma reflexão sobre o desenvolvimento baseado nos princípios do capitalismo:

Para analistas ficava cada vez mais clara a contradição existente entre a lógica do desenvolvimento de tipo capitalista, que sempre procura maximalizar os lucros às expensas da natureza, criando grandes desigualdades sociais (injustiças), e entre a dinâmica do meio ambiente, que se rege pelo equilíbrio, pela interdependência de todos com todos e pela reciclagem de todos os resíduos (a natureza não conhece lixo).

“Em conclusão podemos dizer: pouco importa a concepção que tivermos de sustentabilidade, a ideia motora é esta: não é correto, não é justo nem ético que [...] destruamos o sutil equilíbrio do Sistema Terra e do Sistema Vida” (BOFF, 2015, p. 64).

O planeta Terra clama por socorro. É preciso “ser sustentável”, mas não apenas para tomar cuidado e sim repensar a consciência e a sobrevivência do planeta Terra e de suas espécies, a sociedade como um todo nunca observou seus atos e passou a zelar pela “degradação da natureza” (GAVAZZONI, 2014, p.56).

Por isso, Elkington (2012, p. 107) alerta: “Guiar as empresas na direção da sustentabilidade exigirá mudanças drásticas no desempenho da linha dos três pilares”.

Para uma melhor reflexão sobre o tema, as três dimensões da sustentabilidade, já mencionadas, serão estudadas de forma detalhada.

### **2.2.1 Dimensão Ambiental**

A presente pesquisa visa a demonstrar que a referida dimensão, “procura uma proteção ao meio ambiente para garantir o direito das gerações atuais, sem prejuízo das futuras gerações, ao ambiente limpo, sadio e ecologicamente equilibrado” (ASSI; CAMPOS, 2013, p. 39).

Nesse contexto, verifica-se a preservação ambiental ou ainda a noção de um ambiente “sustentável” que, ao mesmo tempo, tornar-se-á insustentável se contraída por uma economia “indecente”, que a desrespeite, iniciando pela dignidade do ser humano (QUEIROZ; GARCIA, 2019, p. 59).

Queiroz e Garcia (2019, p. 60) destacam que a dimensão ambiental “volta-se para preservação do meio ambiente, não em uma perspectiva individualista, mas por um conceito transindividual, com o objetivo de preservar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras”. Nesse contexto, entra-se na dimensão social com a procura e a efetivação dos direitos sociais. Existindo a ponderação do ser humano, automaticamente, esse acatará a natureza, o uso equilibrado de seus recursos, conscientizando-se da finitude dos recursos naturais, devendo, necessariamente, a preservação às gerações futuras (QUEIROZ; GARCIA, 2019).

Cabe salientar que o homem, em sua trajetória na Terra, após o desenvolvimento de sua consciência para modificar hábitos milenarmente vividos, no início tinha-se uma carga hereditária totalmente “egoísta, agressiva”, que diretamente desequilibrava o meio ambiente, mesmo após a fase da consciência, da dominação, da inteligência, passou a atentar-se com seus anseios particulares, não acreditando que “todos os organismos, e isso inclui os seres humanos, possuem sua função natural no equilíbrio e na continuação das espécies e do meio ambiente, tornando a vida sustentável e equilibrada”(GAVAZZONI, 2014, p. 53-54).

De fato, o homem despreocupado em admitir a sua responsabilidade não se fez presente em ações, planejamentos, melhorias para conduzir a convivência com os recursos ora recebidos, no entanto honrou sua performance “egoísta e cruel” (GAVAZZONI, 2014, p. 56).

Logo, pode-se lembrar da inversão de valores “onde o ter é mais importante que o ser e nos levou à crise socioambiental atual”. Após essa inversão, o homem passou a se preocupar quando a insuficiência de recursos começou a fazer parte do seu dia-a-dia. Mesmo assim, ainda não é o suficiente, haja vista o homem permanecer antes de tudo capitalista do consumismo, vindo esse em primeiro lugar (GAVAZZONI, 2014, p. 56).

O Art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) descreve que o “direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, que é essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao poder público e à coletividade o dever de o defender e preservar para as presentes e futuras gerações”.

Teixeira (2018) explica a Dimensão Ambiental, isto é, essa ocupa a revolução consumista e garante ao meio ambiente “recarregar ou ainda autorregenerar”, acautando seus extremos biológicos de recuperação do ecossistema, pois a cada atividade laborativa procede em um abalo ambiental contrário, lembrando que a referida dimensão traz atitudes de contrapartidas ambientais.

Para Garcia (2016, p. 138), a Dimensão Ambiental da Sustentabilidade:

É aquela em que se observa a importância da proteção do meio ambiente e, conseqüentemente do Direito Ambiental, tendo este, como finalidade precípua, garantir a sobrevivência do planeta mediante a preservação e a melhora dos elementos físicos e químicos que a fazem possível, tudo em função de uma melhor qualidade de vida.

O recurso não otimizado de forma sustentável provocará, no método produtivo, a ineficiência, gerando ainda mais a degradação ambiental (SEIFFERT, 2014).

Nessa perspectiva, a sustentabilidade “importa em transformação social, sendo conceito integrador e unificante. Propõe a celebração da unidade homem/natureza, na origem e no destino comum e significa um novo paradigma”. (NALIINI, 2001, p. 138).

Conseqüentemente, é preciso com urgência de outro “modo sustentável de viver”, que seja capaz de garantir que o planeta permaneça vivo e que a espécie humana não chegue à extinção por si só (BOFF, 2015, p. 67).

Na mesma linha, Gavazzoni (2014, p. 57) contribui ao explicar que não há uma fórmula exata de reversão, ou seja, não tem como em um estalar de dedos tudo voltar ao normal, o “desequilíbrio ambiental, social, [...] que impera, tem como causa ações humanas” e somente com um trabalho e consciência profunda, alteração de pensamentos, ideais é que poderá haver mudanças na sociedade, no ser humano, contando com a sua responsabilidade é que o processo poderá se reverter.

De fato, Freitas (2016, p. 69) ensina que “em sentido figurado, não se pode queimar a árvore para colher os frutos. Não se faz sentido contaminar águas vitais e se queixar de sede. O ar irreparável não pode continuar a sufocar e matar”. Eis que a vida ecológica está sob a responsabilidade humana e não apenas por um dia, mas sim para sempre.

Para que se torne realidade, o comprometimento do Estado é fundamental nesse sentido, devendo legislar contra os causadores de danos ambientais por meio de normas mais rígidas, coercitivas, produzindo efeitos e conscientizando a todos que o meio ambiente é necessário para sobrevivência do planeta (ASSI; CAMPOS, 2013).

Entretanto, Veiga (2015, p. 107) alerta que:

[...] a análise apenas monetária de questões referentes à sustentabilidade ambiental do processo de desenvolvimento. Passa a impressão de que o dano pode ser revertido se houver dinheiro suficiente. No entanto, é fundamental que se avalie os custos ecológicos do crescimento com base em indicadores biogeoquímicos.

Nesse sentido, a sociedade tem a obrigação e a consciência de perceber a necessidade de uma adequada relação entre os recursos naturais que a natureza premia o ser humano para que, em consequência, tenha-se um equilíbrio entre o que se produz e o que se consome, sem desperdícios (ASSI; CAMPOS, 2013).

Isso não quer dizer que:

A natureza não é um intocável santuário, e assim precisa gerar riquezas para enfrentar os desafios da mudança social (simbolizada no crescimento da população e na pobreza estrutural). Não é crescimento a qualquer preço, é preciso crescer de forma planejada e sustentável, para assegurar a compatibilização do desenvolvimento econômico social com a proteção da produção da qualidade ambiental. (COLNAGO, 2014, p. 72).

Em suma, Freitas (2016, p.70) ensina:

(a) não pode haver qualidade de vida e longevidade digna em ambiente degradado e, que é mais importante, no limite, (b) não pode sequer haver vida humana sem o zeloso resguardo da sustentabilidade ambiental, em tempo útil, donde segue que (c) ou se protege a qualidade ambiental ou, simplesmente, não haverá futuro para a nossa espécie.

Na atualidade, o desenvolvimento sustentável e ao acatamento às normas ambientais, em maior ou menor proporção, divulgados pelos socialistas, ambientalistas e por seus governantes tem como retorno coações, aí “surgem novos modelos organizacionais, vistos como os mais adequados para o novo ciclo que se inicia, como é o caso das organizações inovadoras sustentáveis” (BARBIERI et al., 2010, p. 149).

A partir disso, salienta-se que:

Dada a ação da mídia, dos formadores de opinião, dos movimentos ambientalistas, dos órgãos governamentais etc, as pressões institucionais aumentaram e induziram as organizações a adotarem formas mais compatíveis com essas novas demandas sociais associadas ao conceito de desenvolvimento sustentável. Assim, pode-se afirmar que o modelo das organizações inovadoras sustentáveis é uma resposta organizacional a essas pressões institucionais (BARBIERI et al., 2010, p. 150).

Iaquinto (2018, p. 162) ensina:

A aplicação da sustentabilidade nos dias atuais, conclui-se que esta é indiscutivelmente essencial em todas as áreas da sociedade e em todas as atividades humanas, porquanto, significa uma verdadeira interação entre o ser

humano e o meio ambiente, de forma a se alcançar um equilíbrio ambiental e um verdadeiro amor àquilo que mantém o homem vivo.

Apesar das comunidades trazidas pelo processo capitalista/industrial/mercantil, a “[...] superexploração da Terra nos fez sentir, nos últimos anos, os limites do nosso planeta, de seus recursos não renováveis e a percepção do mundo finito. Conclusão: um planeta finito não suporta um projeto infinito” (BOFF, 2015, p. 42).

### **2.2.2 Dimensão Econômica**

A segunda dimensão a ser estudada é a econômica, a qual “deve ser vista como o desenvolvimento da economia com a finalidade de gerar melhoria na qualidade de vida das pessoas” (GARCIA, 2016, p. 133).

Hülse (2020, p. 90) explana que não menos importante a cura econômica busca além da “saúde familiar, trabalhista, previdência social, qualificação profissional, pois não só a renda familiar como parâmetro dessa dimensão não será eficaz” e sim a condição de vida da sociedade frente à realidade econômica.

Para Maia e Pires (2011, p. 185-186), as diversas interpretações sobre sustentabilidade:

[...] viriam a agregar ainda mais para a evolução da economia ecológica, pois essa corrente aceita a perspectiva de outras visões de mundo ou paradigmas. Não se caracteriza como uma teoria excludente, mas, sim, como uma teoria de compreensão das visões de mundo sobre atitudes ecológicas conscientes em relação ao desenvolvimento sustentável.

Ainda, com a falta de cuidado, de zelo, de encargo fiscal, demonstra-se uma ameaça às hipóteses econômicas no incremento, no recomeço necessário. Nesse contexto, “a sustentabilidade gera uma nova economia”, por meio de inovações, comportamentos, excepcionalidades, mesmo que a longo prazo, tal oportunidade pode-se desviar das características iniciais que não se pode perder de vista jamais (FREITAS, 2016, p.72-73).

Menciona Seiffert (2014, p. 30) que o pressuposto ecológico traz a necessidade do uso de soluções válidas, limitando-se ao consumo de combustíveis naturalmente consumíveis e demais conservações necessárias. Contudo, se houver uma autolimitação de consumo em países de primeiro mundo e caso haja o aumento significativo de estudos sobre “tecnologias limpas que utilizem de modo mais eficiente os recursos naturais”, com certeza, haverá ponderações ao amparo e conservação ambiental.

Para Maia e Pires (2011, p. 183):

Os pressupostos da economia ecológica se fundamentam nas leis da termodinâmica. A primeira lei da termodinâmica, também conhecida como princípio da conservação de energia, afirma que a energia (ou matéria) não pode ser criada ou destruída, pode apenas ser transformada em outra forma.

O homem com sua capacidade e sua inteligência tem todas as condições de promover novas tecnologias ou o aproveitamento das já existentes a favor da sustentabilidade. Isso deve pelo fato de as existentes poderem contribuir e muito no processo sustentável. Sabe-se que as novas ainda poderão demorar a chegar. Assim se podem promover decisões muito conscientes que virão ao encontro da redução destrutiva e mais coerente ao seu entorno (MAIA; PIRES, 2011).

Com os problemas ambientais ocorridos nas décadas de 60 e 70, tempo em que se deu uma intensa influência no desenvolvimento ambiental sob a perspectiva ecológica e ambiental, as investigações passaram a receber um alcance ambientalista, surgindo duas respeitáveis expectativas teóricas, chamadas: “a economia ecológica e a economia ambiental (ecosocioeconomia)” (MAIA; PIRES, 2011, p. 182).

Para essa corrente, os mecanismos de incentivo por meio dos quais se dá essa ampliação indefinida dos limites ambientais ao crescimento econômico devem ser especialmente mecanismos de mercado. No caso dos bens ambientais transacionados no mercado (insumos materiais e energéticos), a escassez crescente de um determinado bem se traduziria facilmente na elevação de seu preço, o que induz a introdução de inovações que permitem poupá-lo (eficiência ecológica) e, no limite, substituí-lo por outro recurso mais abundante. Em se tratando dos serviços ambientais em geral não transacionados no mercado em razão de sua natureza de bens públicos (ar, água, ciclos bioquímicos globais de sustentação da vida, capacidade de assimilação de rejeitos etc.), esse mecanismo de mercado falha. Para corrigir essa falha é necessário intervir para que a disposição a pagar por esses serviços ambientais possa se expressar à medida que sua escassez aumenta (ROMEIRO, 2012, p. 74).

“A política ambiental mais eficiente é aquela que cria as condições, por meio da precificação, para que os agentes econômicos ‘internalizem’ os custos da degradação que provocam” (ROMEIRO, 2012, p. 76).

Desse modo:

Garantir a "sustentabilidade" seria, em última instância, um problema de alocação intertemporal de recursos entre consumo e investimento por agentes econômicos racionais, cujas motivações são fundamentalmente maximizadoras de utilidade. A ação coletiva (por intermédio do Estado) se faz necessária apenas para corrigir as falhas de mercado que ocorrem pelo fato de boa parte dos serviços ambientais constituir-se de bens públicos (ar, água, capacidade de assimilação de dejetos etc.) não tendo, portanto, preços. Uma vez corrigidas essas falhas, de modo a garantir a correta sinalização econômica da escassez relativa desses serviços ambientais, a dinâmica de alocação intertemporal de recursos com base em avaliações custo-benefício tenderia a se processar de modo eficiente, não havendo problemas de incerteza e de risco de



perdas irreversíveis (ROMEIRO, 2012, p. 76).

Nesse sentido, na concepção de Estado Social, a sustentabilidade econômico-financeira passa a ter um novo artifício, gerindo e consolidando os direitos sociais, abrindo equívocos por modificações econômicas e sociais, levando em conta seus custos diretos, os meios jurídicos de limitação e compromisso do Estado e o desprezo às inquietações de ingerenciamento (TONNERA JUNIOR, 2016).

Por todos os ângulos, a sustentabilidade gera uma nova economia, com a reformulação de categorias e comportamentos, o surgimento de excepcionais oportunidades, a ultrapassagem do culto excessivo dos bens posicionais, o planejamento de longo prazo, o sistema competente de incentivos, a eficiência norteada pela eficácia. Portanto, ignorar a relação umbilical entre a economia e sustentabilidade significa deixar de ver o princípio numa de suas dimensões vitais. (FREITAS, 2011, p. 67).

Nesse contexto, a referida dimensão:

[...] tem a incumbência de produzir bens e serviços necessários à satisfação das necessidades da sociedade, porém, essa produção deve acontecer dentro dos parâmetros da racionalidade quando da exploração dos recursos naturais de forma a não comprometer o meio ambiente com medidas nefastas (ASSI; CAMPOS, 2013, p. 35).

Com o não atendimento pelo Estado à prestação de serviços de sua obrigatoriedade, em razão da escassez financeira, mais precisamente os serviços socioassistenciais, passou-se de agente fornecedor para agente regulador e orientador daquelas atividades (TONNERA JUNIOR, 2016).

Sendo assim, é preciso “considerar que a dimensão econômica está preocupada com o desenvolvimento de uma economia que tenha por finalidade gerar uma melhor qualidade de vida para as pessoas, com padrões de desenvolvimento que gerem o menor impacto ambiental possível” (QUEIROZ; GARCIA, 2019, p. 59).

“A dimensão econômico-financeira da sustentabilidade determina, portanto, a manutenção da capacidade funcional do Estado social, por meio de uma concretização sustentável dos direitos sociais já mencionados” (TONNERA JUNIOR, 2016, p. 17).

Nas manifestações da ECO-92, Gavazzoni (2014, p. 40-41) traduz que “suas preocupações na imprescindibilidade da tutela dos bens e recursos ambientais, como modo de otimização da dignidade da pessoa humana, compatibilizando-a com o desenvolvimento [...] dos valores sociais do trabalho”.

Logo, Ferrer (2012, p. 321, tradução nossa) explica que “a sustentabilidade

econômica consiste essencialmente em resolver o desafio de aumentar a geração de riqueza, de forma ambientalmente sustentável, e em encontrar os mecanismos para uma distribuição mais justa e homogênea”.

Nesse sentido, cabe aqui a ponderação sobre uma reestruturação no estilo de vida, a natureza não poderá mais ser vista como capital negociado [...] cabe sim, um valioso investimento na parte educacional, para que o cidadão tenha perspectiva para sair da pobreza, alcançando uma vida mais próspera e que economicamente se sinta libertado do Estado. Nesse passo, novos rumos serão seguidos e os indicadores tomarão novas direções (FREITAS, 2016, p. 70-71).

A Sustentabilidade Econômica e outros ramos elencam diversas perspectivas ainda não finalizadas. Tais obstáculos, ainda, na mesma proporção elevam a subsídios entre conceitos e métodos presentes de relevância ambiental. “Esse debate em torno do desenvolvimento sustentável também levou a outras constatações, as quais traduzem em elementos comuns à maioria das definições de desenvolvimento sustentável” (SEIFFERT, 2014, p. 35).

Enquanto a sustentabilidade abrange extensas terras, nesse grandioso planeta, do saber que se encontram nos mais variados recintos, explica Gavazzoni (2014, p.43) que esse saber formado em “conceitos” pretérito e presente “é parte imprescindível nessa história que, como visto até aqui, nasceu atrelada à latente preocupação com o meio ambiente frente ao desenvolvimento econômico global”.

A Dimensão Econômica se encontra pela “conscientização da importância da consolidação da Sustentabilidade. Isso porque a base da produção depende, necessariamente, do sistema natural, ou seja, do que é gerado pela natureza e, em especial, a energia (CRUZ; BODNAR, 2011, p. 81).

Portanto, a Dimensão Econômica busca uma suficiência do orçamento familiar, condições de trabalho, direito trabalhista e previdência social, qualificação profissional, pois apenas usar a renda familiar como parâmetro dessa dimensão não será eficaz, isto é, deve-se fazer uma leitura da realidade econômica através da qualidade de vida das pessoas. (HÜLSE, 2018, p. 117).

Na sequência, passa-se à próxima Dimensão, ou melhor, a Social.

### **2.2.3 Dimensão Social**

Apesar dos aspectos ambientais estarem, hoje, fortemente inseridos nas questões da sustentabilidade, principalmente dentro das organizações de mercado, “provavelmente, a agenda social tenha uma história mais longa para as empresas do que a agenda ambiental. Pense na escravidão, no trabalho infantil e nas más condições

de trabalho”. Isso se dá devido ao impacto no mercado, sendo que questões ambientais preocupam muito mais os executivos do que as sociais (ELKINGTON, 2012, p. 115).

Na mesma proporção, “na dimensão social da sustentabilidade, abrigam-se os direitos fundamentais sociais”, pertinentes à ação e ao efeito sob pena do padrão de direção se mostrar precária. Ainda exemplificando, os idosos, as crianças não podem perecer, ficarem desamparados ou excluídos, isto é, todos têm direitos legalmente regradados (FREITAS, 2016, p. 63).

Na CRFB, em seu art. 6º, Hülse (2020, p.97) destaca que “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]” que mesmo sendo básico “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” e “os valores sociais do trabalho” no contexto específico são tratados nesta dimensão.

E mesmo que já se tivesse claro, em 1984, o conceito de Desenvolvimento Sustentável, Hülse (2020, p.97) fundamenta que sendo anterior à própria CRFB “todos os direitos que essa dimensão busca deveriam estar garantidos à população, tendo em vista haver passado trinta anos de sua promulgação”.

Sendo assim, “em face às dimensões que aqui já foram exploradas, digno mencionar que a todo cidadão está garantido por meio do direito fundamental a sua respeitabilidade” (ASSI; CAMPOS, 2013, p. 39).

Garcia e Garcia (2014, p. 52) descrevem que a social dimensão está:

[...] baseada na melhoria da qualidade de vida da sociedade para a redução de discrepâncias entre a opulência e a miséria, com a conseqüente garantia da dignidade humana e dos direitos sociais, possibilitando pelo menos a manutenção do mínimo existencial para que ocorra proteção ambiental.

Nesse sentido, este estudo pretende contribuir para o avanço do conceito de sustentabilidade social, expondo essa dimensão do desenvolvimento sustentável e os principais aspectos nela envolvidos. Assim:

Para entender as questões essenciais do conceito de sustentabilidade, pertinentes à dimensão social, relacionadas aos recursos humanos internos, à população externa, à participação dos *stakeholders* e às questões de desempenho macrossocial (LOURENÇO; CARVALHO, 2013, p. 10).

Nascimento (2012) aponta que, nos embates ocorridos nas reuniões de Estocolmo-1972 e Rio-1992, surgiu a noção de que o desenvolvimento tem, além de uma

depreciação ambiental, uma dimensão social. Nessa, está comprimida a ideia de a miséria ser provocadora de abusos ambientais e, por isso, a sustentabilidade deve contemplar a igualdade social e a qualidade de vida dessa geração e das próximas. Ser solidário com as próximas gerações introduz, de forma transversal, a grandeza ética.

Nesse viés, Seiffert (2014, p. 29) explica que os menos desfavorecidos encontram-se vitimizados pela destruição ambiental, pois, “vivem na miséria, sujeitos à poluição gerada tanto pelo seu próprio estilo de vida, quanto por aquela que se origina do estilo de vida esbanjador das elites urbanas”. Esses, muitas vezes, nem acesso aos serviços apropriados do Estado possuem, tão menos habitação, encontram-se desempregados, ou no subemprego, inclusive a menor renda para a maior parte deles. São apenas vítimas, nada mais. Com a carência de domínio do Estado, tal contingente populacional parece ainda mais nessa situação.

Trazendo essas questões para o âmbito organizacional, e lembrando-se dos conceitos de capital social, uma possível indagação surge, podendo ser respondida por Elkington (2012, p. 123).

Então como uma empresa supostamente sustentável pensaria no capital social? Em parte, ela considera o capital humano, na forma de saúde, habilidades e educação, mas também deve abranger medidas mais amplas de saúde da sociedade e do potencial de criação de riqueza.

Fica evidente que não apenas as pessoas do grupo restrito da organização devem ser consideradas para ser socialmente sustentável, mas toda a população no entorno dela. Emerge aí o conceito de *stakeholders*, mais que partes interessadas (sua tradução literal), são as partes impactadas pelas ações de produção de riqueza de empresas.

Logo, “enquanto a sustentabilidade for frequentemente vista como ‘coeficiente para o rico’”, sua dimensão social será “perigosamente estreita. ‘O desenvolvimento da sustentabilidade é mais do que isso’ [...] ‘É igualdade, justiça, alívio à pobreza e redistribuição de oportunidades’” (GLADWIN apud ELKINGTON, 2012, p. 38).

“Tão quanto a dimensão social está associada ao contingenciamento populacional, as soluções dos ecossistemas disponibilizados a estes não asseguram com equilíbrio a utilização, entrega e igualdade à toda sociedade” (SEIFFERT, 2014, p. 30).

É por essa razão que Freitas e Freitas (2016, p. 55) realizam uma reflexão sobre as características racionais e emocionais da sustentabilidade, sendo essas ligadas

aos conceitos de sustentabilidade social:

A sustentabilidade, ao contrário do expresso na literatura reducionista, representa atributos da razão e também do coração. Ela é um “bem” universal acessível a todos os povos e um instrumento comprometido com o combate às desigualdades e às inclusões sociais, em todos os lugares e momentos. Por isso, ela encontra-se incrustada às políticas educacionais, principal instrumento de inclusão social, e centrada no tempo breve das necessidades físicas, psíquicas religiosas das pessoas e, simultaneamente, no tempo longo de preservação das gerações, da humanidade e do planeta.

“Referente à extensão de bem-estar, definido na sustentabilidade social toma o valor entre gerações atuais, bem como gerações futuras, primando os valores sociais fundamentais da liberdade e igualdade” (TONNERA JUNIOR, 2016, p. 18-19).

Contudo, a liberdade e a responsabilidade são legítimas, devendo-se levar a sério nas alterações governamentais de saúde, superando efeitos relação custo-benefício para uma redistribuição benéfica à população (TONNERA JUNIOR, 2016).

Corroborando essa afirmação, Ferrer (2012, p. 322, tradução nossa) descreve que a dimensão social “atua desde a proteção da diversidade cultural até a garantia real do exercício dos direitos humanos para eliminar qualquer tipo de discriminação ou o acesso à educação, todos recaindo sob essa rubrica”.

Nesse contexto, a sustentabilidade social:

Determina a corresponsabilidade social dos indivíduos para a manutenção financeira das estruturas de proteção pública, através do pagamento de parte dos serviços por aqueles que tem condições de pagar, permitindo que determinados níveis de socialidade sejam usufruídos, também, pelos mais carentes e pelas futuras gerações (TONNERA JUNIOR, 2016, p. 19).

Nunes Junior (2019) menciona sobre direitos sociais, que trata do mínimo vital, impõe o cuidado do ser humano, garantindo-lhe condições mínimas para a atenção à vida e à integração na sociedade como uma questão maléfica às políticas públicas a serem desenvolvidas pela governança estatal.

“Na Dimensão Social da Sustentabilidade, a solidariedade entre as pessoas, bem como as gerações devem ser medidas, devendo-se sopesar o direito individual ao direito coletivo”. (HÜLSE, 2018, p. 120).

Assim, sobre o princípio da sustentabilidade, segundo indicam Bendlin e Garcia (2011), o Estado necessita aplicar-lhes o que está garantido na constituição, sempre melhorando a qualidade de vida e finalmente a assistência aos desamparados.

É por isso que Freitas e Freitas (2016) alertam sobre o uso do termo “socialmente responsável”, disseminado e fortalecido pelo Art. 64 da Lei Sobre as Novas

Regulamentações Econômicas (NRE). A partir desse título conferido às empresas, percebe-se o compromisso, mesmo que sistematizado, com o homem, a sociedade e o meio ambiente, mas pela falta de mecanismo de controle social, acaba perdendo força. Logo, fica ainda mais evidente a dimensão social enraizada em todo o contexto da sustentabilidade.

Para finalizar esta fundamentação, cabe salientar que “os três pilares não são estáveis; eles estão em um fluxo constante devido às pressões sociais, políticas, econômicas e ambientais, aos ciclos e conflitos. Portanto, o desafio da sustentabilidade é mais difícil que qualquer outro tomado isoladamente” (ELKINGTON, 2012, p. 110).

### 3 DELIMITAÇÕES METODOLÓGICAS

O tipo de pesquisa deste estudo é qualitativo, visto que se utiliza da interpretação subjetiva de informações textuais elaboradas com teor científico e também com dados empíricos inerentes ao tema. Logo, pode-se dizer que “a pesquisa qualitativa é fundamentalmente interpretativa. A interpretação dos resultados desponta como a totalidade de uma especulação que tem como base a descrição de um fenômeno em um contexto” (GRESSLER, 2004, p. 88).

O procedimento técnico utilizado coaduna-se não apenas com a pesquisa bibliográfica, mas também documental, pois se realiza um levantamento de artigos e de capítulos de livros científicos dispersos em inúmeros periódicos, além de informações institucionais divulgadas pela internet.

“A pesquisa bibliográfica consiste na busca de elementos para a sua investigação em materiais impressos ou editados eletronicamente” (SANTOS; CANDELORO, 2006, p. 70-71). Já a documental “vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2002, p. 45).

Pode-se compreender que a abordagem empregada é a dedutiva já que utiliza o raciocínio lógico e a dedução com o objetivo de alcançar uma conclusão a respeito da sustentabilidade, suas dimensões e as fundações comunitárias. Essa abordagem “tem o objetivo de explicar o conteúdo das premissas. Por intermédio de uma cadeia de raciocínio em ordem decrescente, de análise do geral para o particular, chega a uma conclusão” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 27).

Para permitir inferências e também os comparativos propostos pela problemática e pelo objetivo geral da presente dissertação, delimitou-se um universo e uma amostragem específicos. De acordo com Gressler (2004, p. 139), “o universo, ou população, é o agregado de todos os elementos que possuem determinadas características, conforme definidas no próprio corpo de pesquisa”. Sendo que a amostra, nada mais é do que “uma pequena parte dos elementos que compõem o universo” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 97).

Como forma de seleção das fundações a serem pesquisadas, primeiramente buscou-se a listagem de todas as associadas à ACAFE - Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Quadro 2). “A ACAFE é uma sociedade civil sem fins lucrativos que congrega as fundações educacionais criadas no Estado de Santa

Catarina por lei dos poderes públicos estaduais e municipais” (ACAFE, 2020a).

**Quadro 2** – Associados à ACAFE

<b>Sigla</b>	<b>Descrição</b>
FURB	Universidade Regional de Blumenau
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UNC	Universidade do Contestado
Católica de Santa Catarina	Centro Universitário Católica de Santa Catarina
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense
UNIBAVE	Centro Universitário Barriga Verde
UNIDAVI	Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
UNIFEBE	Centro Universitário de Brusque
UNIPLAC	Universidade do Planalto Catarinense
UNISUL	Universidade do Sul de Santa Catarina
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí
UNIVILLE	Universidade da Região de Joinville
UNOCHAPECÓ	Universidade Comunitária da Região de Chapecó
UNOESC	Universidade do Oeste de Santa Catarina
USJ	Centro Universitário Municipal de São José
UNIARP	Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

**Fonte:** Adaptado de ACAFE (2020b).

Em seguida, visitou-se o site de cada uma delas, buscando-se as seguintes informações: histórico; estatuto; ações de sustentabilidade ambiental, econômica e social; balanço social atualizado; e balanço patrimonial da mesma forma atualizado. Escolheram-se três das 16 fundações, considerando aquelas que estão com esses dados atuais.

A partir disso, delimita-se que o universo da pesquisa são todas as fundações que fazem parte da ACAFE, estando a amostragem intencional centrada em três fundações: FUNIARP – Fundação Universidade Alto Vale do Rio do Peixe; FEDAVI – Fundação Educacional do Alto Vale do Itajaí; e FUNOESC – Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina. Ratifica-se que essa escolha se deu pela presença de dados e de informações atualizados quanto à temática central. Não se fez uso, portanto, de questões geográficas ou socioeconômicas.

**Amostragem por julgamento especializado ou intencional** é aquela que se baseia em julgamentos feitos pelo pesquisador, isto é, aquela que, segundo ele, é a melhor para o estado. Como o nome já indica, o pesquisador, intencionalmente, toma, para a mostra, elementos que apresentam as características desejadas por ele (GRESSLER, 2004, p. 144, grifo do autor).

Quanto à organização e à análise dos dados coletados, primeiramente, apresentou-se o histórico das três fundações, dando ênfase àquele divulgado em seu site, bem como às diretrizes organizacionais (missão, visão e valores), também



presentes no site, e, ainda, ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e Balanço Social. Após o histórico, apresentaram-se os dados referentes a cada uma das dimensões da sustentabilidade, que foram delimitadas na fundamentação teórica, sendo elas: ambiental, econômica e social.

Esses dados foram acessados via site das instituições, utilizando aqueles presentes no PDI, Balanço Social e Balanço Patrimonial e ainda divulgação de notícias inerentes publicadas nos sites. Para melhor organização e apresentação, optou-se por quadros, bem como trechos explicativos para permitir a melhor interpretação do que se estava evidenciando. Justifica-se o emprego de quadros, pois os mesmos permitem a “apresentação de dados de forma organizada”, sendo que para compreendê-los dispensam-se expressões matemáticas e estatísticas (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 214).

Para a efetiva análise das ações de sustentabilidade ambiental, econômica e social das três fundações, utilizou-se o método descritivo e comparativo, em que se observaram as coincidências e as discrepâncias entre as informações, bem como a conexão com a devida fundamentação teórica. Isso foi de extrema importância já que mostrou a sinergia existente entre as finalidades fundacionais e os preceitos da sustentabilidade e do desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

“Pesquisa descritiva não é uma mera tabulação de dados; requer um elemento interpretativo que se apresenta combinando, muitas vezes, comparação, contraste, mensuração, classificação, interpretação e avaliação” (GRESSLER, 2004, p. 54). Portanto, o método comparativo associado ao descritivo permite o estudo de “semelhanças e diferenças”, realizando “comparações com o objetivo de verificar semelhanças e explicar divergências” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 38).

É oportuno destacar que, ao final, não se tinha como propósito evidenciar qual fundação se mostra “melhor”, mas sim que a caracterização de fundações leva ao encontro da sustentabilidade, ou melhor, uma verdadeira fundação, comprometida com suas finalidades não deve deixar de lado seu viés sustentável ambiental, econômico e social.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 HISTÓRICO DAS FUNDAÇÕES COMUNITÁRIAS CATARINENSES SELECIONADAS**

#### **4.1.1 FUNIARP – Fundação Universidade Alto Vale do Rio do Peixe**

Conforme dados presentes no site da FUNIARP, bem como pequenos ajustes para compor esta dissertação, apresenta-se um breve histórico dessa instituição (UNIARP, 2019a):

A Educação Superior de Caçador teve início em 31 de julho de 1971 com a Fundação Educacional do Alto Vale do Rio do Peixe (FEARPE). Ao longo dos anos, o ensino, a pesquisa e extensão, concretizando o tripé que fundamenta a educação superior, foram se desenvolvendo e, em dezembro de 2009, constituiu-se a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

A UNIARP é mantida pela Fundação Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (FUNIARP), ente público de direito privado, filantrópica e sem fins lucrativos, dotada de autonomia administrativa, patrimonial, econômico-financeira e didático-disciplinar.

Isso demonstra as características que garantem seu enquadramento como “fundação”, assim como já descrito na fundamentação teórica da presente dissertação.

A universidade é referência em educação superior no meio oeste de Santa Catarina. Oferece 27 cursos de Graduação e incentiva o aperfeiçoamento profissional com cursos de Pós-Graduação em nível de especialização e mestrado, além de programas de extensão e pesquisa. Para atender plenamente às necessidades de acadêmicos e professores, a UNIARP faz investimentos constantes em estrutura, equipamentos e capacitações.

A UNIARP cresce a cada ano por meio de parcerias e de recursos próprios, trazendo, aos seus alunos e comunidade de toda a região, educação e atendimento social em suas diferentes áreas de estudo. Para isso, mantém convênios com diversas instituições públicas e privadas, a exemplo do sistema FIESC, CIDASC, EPAGRI, FAPESC, FUMDES e outras. (UNIARP, 2019a).

Quanto às diretrizes organizacionais, a missão delimitada pela UNIARP é “Promover a formação profissional e cidadã, ao vincular o ensino, a pesquisa e a extensão ao desenvolvimento das organizações e à sustentabilidade do entorno

socioambiental.” (UNIARP, 2019b). Já a visão de futuro é “Ser reconhecida pela promoção do acesso à educação superior de qualidade e pelo comprometimento com as organizações e com o entorno socioambiental.” (UNIARP, 2019b).

Como valores, a IES listou os seguintes:

Respeito as pessoas, à cultura e ao meio ambiente.  
Senso de comunidade.  
Gestão consciente.  
Qualidade na prestação de serviços.  
Criatividade, empreendedorismo e inovação.  
Atenção à diversidade. (UNIARP, 2019b).

Fica evidente que a missão, a visão e os valores sintetizam a razão de existência da FUNIARP, bem como sua perspectiva para o futuro e ainda as marcas e condutas de seus processos administrativos, educacionais e sociais.

#### **4.1.2 FEDAVI – Fundação Educacional do Alto Vale do Itajaí**

Conforme dados presentes no site da FEDAVI, bem como pequenos ajustes para compor esta dissertação, apresenta-se um breve histórico (UNIDAVI, 2020a):

A trajetória da Unidavi começou na Década de 60, na iniciativa de um grupo de voluntários liderado pelo bioquímico Guilherme Gemballa. Durante vários meses, discutiram-se alternativas para o desenvolvimento da região do Alto Vale do Itajaí em um contexto no qual o fim do ciclo da madeira – principal fonte da economia regional – trazia novos e desafiantes cenários (UNIDAVI, 2020a).

Em 7 de julho daquele ano, sancionou-se a Lei Municipal Nº 613, que criou a Fundação Educacional do Alto Vale do Itajaí (Fedavi), uma instituição comunitária, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada pelo anseio da comunidade e voltada ao desenvolvimento regional. Passou de faculdade à universidade. Atualmente responde como Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí. Trata-se de uma instituição reconhecida como de utilidade pública pela Lei Municipal nº 625, de 13 de setembro de 1966, pela Lei Estadual Nº 3979, de 31 de maio de 1967 e pelo Decreto Federal Nº 88.274, de 03 de maio de 1983 (UNIDAVI, 2020a).

Isso demonstra as características que garantem seu enquadramento como “fundação”, assim como já descrito na fundamentação teórica da presente dissertação.

Durante esse tempo, a Unidavi expandiu as áreas de atuação com a criação de

novos cursos de Graduação, Pós-graduação e Colégio Universitário. As dependências iniciais da Instituição, nos anos 1960, localizavam-se no Colégio Dom Bosco de Rio do Sul, sendo depois transferidas para a sede própria em um espaço conhecido como “Beira”, às margens do Rio Itajaí-açu, no bairro Jardim América (UNIDAVI, 2020a).

Com o desenvolvimento nas áreas de atuação, a estrutura física também evoluiu ao longo desse período, contando com os Campi em Ituporanga, Taió e Presidente Getúlio. Em Rio do Sul, há também o Complexo B, que abriga o Núcleo de Práticas de Gestão e Jurídica, o Núcleo de Engenharias, o Bloco da Saúde e a Academia de Ginástica. Ao lado do Complexo B e do campus está a Clínica de Psicologia (UNIDAVI, 2020a).

Também, em Rio do Sul, a Unidavi conta com o Parque Universitário Norberto Frahm, que abriga o Centro Tecnológico e de Eventos. No mesmo lugar, há o Museu da Madeira, o Museu Indígena e a Reserva Técnica (UNIDAVI, 2020a).

A Missão da Instituição é promover o conhecimento e o desenvolvimento por meio do Ensino, da Pesquisa e Extensão, sendo esses os três pilares das instituições de ensino e que, embora existam independentes, sempre estarão interligados em prol da universidade e da comunidade. Ainda, a Unidavi sempre preza pela qualidade nas ações e resultados (UNIDAVI, 2020a).

A Unidavi tem como Visão ser uma instituição de excelência, promotora do conhecimento e desenvolvimento. Os Valores baseiam-se na Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, Ética e Cidadania, Gestão democrática, autônoma e empreendedora, Responsabilidade social, ambiental e financeira, Pluralidade do saber e na Qualidade e Produtividade (UNIDAVI, 2020a).

Em consonância com o propósito comunitário da Unidavi e com a sua constituição jurídica de instituição sem fins lucrativos, a receita oriunda das mensalidades dos alunos também é voltada à manutenção e ao desenvolvimento de estruturas físicas e pedagógicas, além do benefício direto de bolsas e de descontos aos que possuem menor renda, ou dependentes de funcionários e de professores da instituição. (UNIDAVI, 2020a).

#### **4.1.3 FUNOESC – Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina**

Conforme dados presentes no site da FUNOESC, bem como pequenos ajustes para compor esta dissertação, apresenta-se um breve histórico (FUNOESC, 2020):

A Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina (Funoesc) é uma

Instituição sem fins lucrativos, de direito privado, criada em 1968 pelo Poder Público Municipal de Joaçaba, com a participação da comunidade (UNOESC, 2020).

É a mantenedora da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) e do Hospital Universitário Santa Terezinha (HUST). Seu dever é garantir a manutenção e o aprimoramento das atividades e dos serviços oferecidos pela Universidade e pelo Hospital (UNOESC, 2020).

A estrutura da Fundação está distribuída em 11 cidades localizadas desde o Extremo-Oeste até o Vale do Rio do Peixe. As maiores unidades da Universidade estão em São Miguel do Oeste, Chapecó, Xanxerê, Videira e Joaçaba, onde fica a sede jurídica da Fundação, a sede administrativa da Universidade e o Hospital Universitário Santa Terezinha (UNOESC, 2020).

Além de zelar pelo patrimônio da maior universidade da região Oeste de Santa Catarina e do HUST, está fortemente comprometida com o desenvolvimento humano e social de toda a região. A identidade comunitária se reflete nas ações desenvolvidas nas áreas da Educação, Saúde, Assistência Social, Tecnológica, Ambiental, Cultural e de Lazer. O principal objetivo é difundir o conhecimento e levar qualidade de vida às pessoas (UNOESC, 2020).

Como Instituição reconhecida de Utilidade Pública nas esferas municipal, estadual e federal, trabalha-se em prol da coletividade. É ainda uma entidade filantrópica com autorização concedida pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), o que permite conceder benefícios, como bolsas de estudos ou outras modalidades de assistência social (UNOESC, 2020).

Isso demonstra as características que garantem seu enquadramento como “fundação”, assim como já descrito na fundamentação teórica da presente dissertação.

As ações da Funoesc são conduzidas pela diretoria e órgãos colegiados formados por membros da Universidade, do Hospital e da comunidade regional. O modelo de gestão baseado na colegialidade de decisão é próprio da natureza comunitária e de universidade multicampi (UNOESC, 2020).

A estrutura administrativa da Funoesc é composta pela Diretoria, incluindo o Presidente e o Vice; pelo Conselho de Administração, com funções executivas; pelo Conselho Curador, cuja competência é de acompanhamento e fiscalização; e pela Assembleia Geral, órgão superior e de deliberação, que tem a participação de 32 integrantes. (UNOESC, 2020).

Missão: “Promover a formação humana e profissional, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, gerando conhecimento para o desenvolvimento regional com sustentabilidade.” (UNOESC, 2019a, p. 30).

Visão: “Ser a melhor instituição de ensino superior no Oeste de Santa Catarina, reconhecida pela sua relevância social como agente do desenvolvimento regional.” (UNOESC, 2019a, p. 31).

Valores:

Ética: fundamentar as ações e os resultados na honestidade e na justiça;  
 Humanismo: cuidado com a vida;  
 Cooperação: capacidade de atuar em equipe;  
 Comprometimento: atuar com profissionalismo para atingir objetivos;  
 Responsabilidade social: desenvolvimento sustentável e qualidade de vida;  
 Inovação: inovar com criatividade, flexibilidade e capacidade de adaptar-se a novas situações;  
 Solidez: garantir viabilidade presente e futura. (UNOESC, 2019a, p. 31).

Essas diretrizes organizacionais sintetizam a razão de existência da FUNOESC, bem como sua perspectiva para o futuro e ainda as marcas e as condutas de seus processos administrativos, educacionais e sociais.

## 4.2 AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE, POR DIMENSÃO, DAS FUNDAÇÕES COMUNITÁRIAS CATARINENSES

### 4.2.1 Ações de sustentabilidade, por dimensão, da FUNIARP

Para elencar e apresentar as ações de sustentabilidade da FUNIARP, por dimensão, buscaram-se dados no Balanço Social 2018, principalmente, os que concernem à dimensão ambiental e social. Já para os dados inerentes à dimensão econômica, consultou-se o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2022. E, por fim, para organizar os aspectos da dimensão social, além do Balanço Social 2019, esmiuçou-se, mais uma vez, o PDI 2019-2022.

Para a UNIARP (2020a):

O balanço social, ou relatório de sustentabilidade, é um meio de dar transparência às atividades corporativas, de modo a ampliar o diálogo da organização com a sociedade. É também uma ferramenta de gestão da responsabilidade social, pela qual a empresa compreende como a sua gestão atende à visão e a seus compromissos estabelecidos em relação ao tema da responsabilidade social empresarial (RSE), e em direção à sustentabilidade.

Já no PDI, segundo a UNIARP (2020b), “[...] constam as macrodiretrizes a serem concretizadas pela IES no período, com vistas à concretização de sua missão.

[...] contempla as demandas de ordem acadêmica social, cultural política e ambiental”.

#### 4.2.1.1 Dimensão ambiental - FUNIARP

A dimensão ambiental da FUNIARP fica evidente por meio das ações de pesquisa e de extensão efetivadas em conjunto com o ensino, pois baseiam-se não somente na relação discente-docente, mas também no comprometimento com a sociedade que circunda a instituição.

Os cursos que se mostraram mais em destaque quanto aos aspectos ambientais, talvez por sua essência dentro desse campo, foram os de Agronomia e de Engenharia Ambiental e Sanitária. Acadêmicos sob a supervisão de professores, e apoiados pela instituição e/ou por programas de bolsa de estudos provenientes do governo, bem como professores de forma independente, e ainda parcerias com órgãos governamentais e iniciativa privada, possibilitaram a realização de ações efetivas bem como pesquisas para nortear ações focadas na sustentabilidade ambiental. O quadro 3 resume as principais iniciativas presentes no Balanço Social 2018:

**Quadro 3** – Ações de sustentabilidade ambiental da FUNIARP

<b>Projeto</b>	<b>Para quê (Objetivo)</b>	<b>Quem</b>	<b>Onde</b>	<b>Apoio</b>
Horta Escola	Voltado à extensão.	Acadêmico de Agronomia	Escola de Educação Básica Municipal do Castelhanos	Programa de Apoio a Extensão e Cultura (PAEC) e Coordenadoria de Extensão, Cultura e Relações comunitárias.
Incentivo ao consumo de hortaliças				
Captação da água da chuva para irrigação				
Lixo Zero (reaproveitamento, reciclagem, reutilização)				
Causas da mortalidade de abelhas	Estabelecer parâmetros de monitoramento, diagnose e controle dos principais agentes de mortalidade de abelhas.	Acadêmica de Agronomia	-	Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP)
Avaliação da qualidade de água próxima à área de colheita de florestal	Analisar a interação da colheita florestal com a alteração de parâmetros físico-químicos dos recursos hídricos.	Acadêmicos de Engenharia Ambiental e Sanitária	Laminados AB LTDA.	Docente e iniciativa privada
Análise da água do Lago das Araucárias de Fraiburgo	Analisar a interação da área urbana em torno do lago com a qualidade da água, visto que o local é utilizado para práticas de pesca e lazer.	Acadêmicas de Engenharia Ambiental e Sanitária	Lago das Araucárias de Fraiburgo	Docente
Aula Prática	Analisar a interação de uma tubulação proveniente do sistema de drenagem pluvial do município de Caçador com a qualidade da água do Rio do Peixe.	Acadêmicos da disciplina de “Poluição Ambiental” do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária	Rio do Peixe (trecho da Ponte da Rodoviária)	Docente



Aula Magna	Debate e reflexão sobre o Manejo integrado de pragas e de doenças agrícolas e atuação do Eng. Agrônomo.	Acadêmicos e professores de Agronomia	Uniarp	Docentes e coordenação
Pesquisa da qualidade da água do Rio do Peixe por meio de análises químicas, físicas e biológicas	Analisar se Caçador está interferindo na qualidade do Rio do Peixe pelo lançamento de efluentes sanitários e industriais.	Professor do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária	Rio do Peixe	Uniarp, Fatma e Epagri

**Fonte:** Elaborado com base no Balanço Social 2018 (UNIARP, 2020a).

É importante evidenciar, a partir do quadro 3, que essas ações, além de permitirem a efetiva execução dos pilares pesquisa-extensão, estão muito enraizadas e comprometidos com a comunidade local.

#### 4.2.1.2 Dimensão econômica - FUNIARP

Para permitir a apresentação dos dados referentes à dimensão econômica da sustentabilidade da FUNIARP, consultou-se o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2022), o qual se encontra disponível no site da IES. Esse documento descreve cuidadosamente receitas, despesas, custos e investimentos, tanto ligados ao capital humano como infraestrutura e projetos para a comunidade, ou seja, dando conta do tripé do ensino superior (UNIARP, 2020b). Portanto, o que consta nesta dissertação está no PDI, havendo apenas com pequenas adequações, já que se optou por não apresentar valores absolutos, pois o propósito não é o comparativo de montantes, mas sim se são destinados à sustentação das outras duas dimensões da sustentabilidade (ambiental e social).

De acordo com PDI 2019-2022 (UNIARP, 2020b), prevê-se, na proposta orçamentária Anual da FUNIARP, o equilíbrio das receitas e das despesas operacionais, assegurando o resultado necessário e capitalizando recursos para todos os projetos estabelecidos no PDI. A sustentabilidade está demonstrada no crescimento financeiro e estrutural da Fundação, acarretado, em grande parte, pelo curso de Medicina, o qual está em processo de maturação, garantindo recursos suficientes para os investimentos previstos ao adequado suporte às funções institucionais no período de abrangência do PDI 2019-2022. Destaque-se, ainda, que a expansão das receitas aliada à gestão racional dos recursos humanos proporciona um menor comprometimento, da receita bruta, com a folha de pagamento. Esse fato permite disponibilidade de caixa para os investimentos planejados e necessários para manutenção da excelência acadêmica da Instituição e o incentivo a projetos, ações e iniciativas com enfoque na sustentabilidade ambiental e social (UNIARP, 2020b).

Na alocação de recursos para o custeio, cabe à administração da Instituição de Ensino Superior (IES) a realização do planejamento orçamentário para cobrir as despesas, investimentos que asseguram a manutenção da infraestrutura necessária para o cotidiano institucional e do ensino-pesquisa-extensão. (UNIARP, 2020b).

Compatibilidade entre a proposta de desenvolvimento da IES e o orçamento previsto tomando como base os números dos anos de 2017 e 2018, projetaram-se os próximos cinco exercícios, levando-se em consideração a projeção das receitas advindas dos cursos integralizados de graduação e pós-graduação, bem como os custos, despesas e investimentos inerentes as suas realizações (cursos integralizados

e a integralizar). Estão devidamente apropriados, nas receitas propostas, os valores relativos à correção das mensalidades vigentes, a receita auferida com novos cursos, bem como taxas e demais receitas diversas. (UNIARP, 2020b).

A receita planejada para o período demonstra claramente o devido suporte ao projeto de expansão da prestação de serviços da organização, sendo esse subsídio, quase totalmente, advindo dos cursos de graduação. (UNIARP, 2020b).

As despesas e os custos inerentes à atividade educacional também estão com seus valores corrigidos ao longo do tempo, sendo o maior impacto na mão de obra. Cabe destacar que tais valores foram projetados com base em séries históricas, índices oficiais de reajuste já prevendo possíveis impactos pertinentes às adequações destacadas neste documento como, por exemplo, o crescimento de mestres e de doutores no corpo docente e também ao incremento de docentes com tempo integral e parcial na Instituição (UNIARP, 2020b). Através disso, fica evidente a característica sustentável econômica voltada ao capital social, corroborando a interligação das dimensões.

O impacto da mão de obra mantém um crescimento equilibrado com o volume total de receitas ao longo do tempo, o que se viabiliza pelos recursos advindos do acréscimo de alunos nos cursos de graduação e também pela capacitação institucional que define critérios objetivos de entrada, progressão e promoção dos docentes, bem como verba necessária à formação do corpo docente e técnico-administrativo. (UNIARP, 2020b).

O peso dos recursos humanos em relação a rubrica das MENSALIDADES E OUTRAS RECEITAS demonstra equilíbrio ao longo do período de abrangência deste Plano. A administração da Fundação entende que um adequado comprometimento das receitas geradas com a folha de pagamento ao longo do tempo, sem crescimentos significativos no período deste Planejamento, permite à instituição recursos suficientes para os investimentos planejados e exigidos pela expansão dos serviços e da base de alunos, assim como para adequada manutenção das funções institucionais. É importante destacar que a evolução das receitas tem por base percentuais originados da evolução histórica da inadimplência, evasão, captação e manutenção da base de alunos da Instituição, bem como as estatísticas oficiais que indicam a majoração das mensalidades. (UNIARP, 2020b).

Conclui-se, ao considerar a evolução das receitas e das despesas em análise, que a instituição apresenta crescimento financeiro sustentável, propiciando a

expansão planejada das funções de ensino, extensão, pós-graduação, responsabilidade social, pesquisa, iniciação científica e de gestão da Instituição. Além disso, a sustentabilidade pode se expressar na capacidade de renovação de recursos próprios para fazer face às suas necessidades de capital imediato, bem como aos investimentos para sustentar tal crescimento. (UNIARP, 2020b).

Quanto à alocação de Recursos para a Capacitação de Pessoal Docente e Técnico-Administrativo, o financiamento dá-se com recursos próprios da Instituição. A FUNIARP implantou um “Plano de Capacitação Institucional” que visa a dar suporte à capacitação e ao desenvolvimento profissional de professores e técnico-administrativos com o objetivo de consolidar a excelência acadêmica almejada pela Instituição. É importante destacar, também, que a Fundação reserva, anualmente, em seu planejamento financeiro e orçamentário, recursos para financiar ações de capacitação de professores e técnico-administrativos expandindo tais benefícios por meio de bolsas de estudos até para seus dependentes (UNIARP, 2020b).

Tais recursos têm como prisma custear inscrições em eventos científicos e em cursos de capacitação, passagens aéreas e terrestres, diárias em hotéis, alimentação, coffee break, material de divulgação, palestrantes, bolsas de graduação, especialização, pós-graduação entre outros. (UNIARP, 2020b).

Além de todos os benefícios supramencionados, preveem-se, no Planejamento Orçamentário Anual, recursos para a “Semana de Formação Docente”, que se desenvolve de forma sistemática nos meses de janeiro e julho. Dada a importância desse processo, há prioridade absoluta no desenvolvimento dessas atividades, tanto que todas as solicitações aprovadas no âmbito dos Colegiados de Curso têm contado com os recursos necessários às suas viabilizações (UNIARP, 2020b).

Já sobre a Aplicação de Recursos para Programas de Ensino, Pesquisa e Extensão, pode-se afirmar que há compatibilidade entre o ensino, as verbas e os recursos disponíveis. A peça orçamentária anual assegura a alocação de recursos necessários para garantir a qualidade e suprir os custos necessários para realização dos Cursos em andamento na IES e dos novos cursos, conforme planejado neste documento. A Administração estabeleceu metas para a gestão das despesas, procurando o equilíbrio financeiro da Instituição, o que vem garantir o resultado necessário à continuidade dos investimentos nos diversos projetos já iniciados (UNIARP, 2020b).

O Planejamento Financeiro e Orçamentário desenvolvido pela FUNIARP

demonstra a importância dada pela Instituição à sustentabilidade e ao equilíbrio financeiro, identificando as demandas existentes, principalmente aquelas relacionadas ao ensino, e as prioridades assumidas para um adequado desenvolvimento da prestação de serviços educacionais. Todo esse esforço da Instituição culmina em uma complexa arquitetura de indicadores gerenciais que detalham a alocação dos recursos gerados de forma rápida e segura, o que permite aos gestores o acompanhamento, em tempo real, das mutações financeiras e acadêmicas da organização. (UNIARP, 2020b).

Reitera-se que todas as informações mencionadas estão no PDI da IES disponível em seu site.

#### 4.2.1.3 Dimensão social - FUNIARP

Para descrever as ações voltadas à dimensão social da sustentabilidade, buscaram-se informações provenientes do Balanço Social 2018, bem como do PDI 2019-2022. Assim como nas outras duas dimensões, o que consta aqui figura nesses documentos, porém, para adequada apresentação nesta dissertação, fizeram-se pequenos ajustes, supressões e acréscimo para melhor alinhar-se ao objetivo do estudo.

Desse modo, foi possível verificar que a UNIARP, enquanto instituição comunitária, tem um relacionamento muito próximo à dimensão social. Oportuniza que mais de 1500 estudantes tenham acesso à educação superior por meio de bolsas de estudo, pesquisa e extensão e outras facilidades. São diversas formas de a universidade se relacionar com a comunidade, instituições e empresas. A primeira é a representatividade. (UNIARP, 2020b).

A UNIARP faz parte da constituição de diversas instituições e órgãos do Município de Caçador, bem como em nível Regional e Estadual. Em seguida, listam-se algumas dessas instituições: Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL); Conselho Municipal de Educação (COMED); Conselho Municipal de Desenvolvimento de Caçador; Conselho de Cultura do Município de Caçador; Conselho de Turismo do Município de Caçador; Conselho Municipal de Esporte; Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional; ACAFE; Defesa Civil de Caçador; Conselho Consultivo do Hospital Maicé. (UNIARP, 2020b).

A segunda forma de se relacionar está na concessão de benefícios e de bolsas de estudo de modo a beneficiar diversas instituições, divididas em bolsas em

atendimento à legislação específica das IES (bolsas concedidas pelo Serviço de Apoio ao Estudante - SAE (Quadro 4), bem como àquelas ligadas ao setor de assistência social da própria instituição e outras opções de bolsas e financiamentos (Quadro 5).

**Quadro 4** - Bolsas em atendimento à legislação específica das IES

<b>Bolsas</b>	<b>Descrição</b>
Bolsa de Estudo e de Pesquisa do Artigo 170	Benefício concedido por meio do Artigo 170 da Constituição Estadual de Santa Catarina destinado a acadêmicos economicamente carentes e portadores de deficiência ou invalidez permanente, em conformidade com as Leis Complementares nº 281/2005 e nº 420/2008. O governo repassa os recursos para as Universidades as quais organizam e divulgam o processo seletivo para o artigo. Poderá ser concedido em duas modalidades (Bolsa Pesquisa e Bolsa Estudos).
Bolsa de Estudo e de Pesquisa FUMDES	Benefício concedido por meio do Fundo de Apoio a Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior -FUMDES (Artigo 171) da Constituição Estadual previstos em Lei Orçamentária Anual – LOA e conforme a Lei Complementar nº 407/2008. O governo repassa os recursos para as Universidades as quais organizam e divulgam o processo seletivo para o artigo. Poderá ser concedido em duas modalidades (Bolsa Pesquisa e Bolsa Estudos).
Financiamento Estudantil – FIES	FIES é um fundo de financiamento criado pelo Governo Federal e tem a finalidade de custear até 100% do valor da mensalidade do aluno, dependendo da sua renda familiar per capita. O juro é de 3,4% ao ano. O prazo de carência para começar a pagar é de 18 meses após o término do curso.
Bolsa de Pesquisa ou Extensão do Artigo 171	É um benefício oriundo de recursos do Governo Estadual de Santa Catarina do UNIEDU. É destinado aos acadêmicos que estejam cursando a partir da 3ª fase do curso de graduação e que tenham completado a disciplina de Metodologia da Pesquisa. É necessário estar vinculado a projetos de pesquisa ou de projeto de extensão de professores da instituição e entregar uma cópia juntamente com a documentação necessária para a efetivação da inscrição.

**Fonte:** Elaborado com base no Balanço Social 2018 e no PDI 2019-2022 (UNIARP, 2020a, 2020b).

Esses programas de bolsas de estudo, atendendo à legislação específica das IES, contemplam quase 1600 pessoas estudando na Universidade com bolsas de estudo de 100%, 50% e 25% do valor da mensalidade, além dos projetos sociais que beneficiam diretamente cerca de 5000 pessoas em Caçador e região. (UNIARP, 2020a).

Quanto à Bolsa Assistência Social, a IES possui processo de seleção para concessão de bolsas de estudo integrais e parciais, com recursos decorrentes da condição de Entidade Beneficente de Assistência Social, para os universitários ingressantes, sem diploma de curso superior. Podem participar pessoas com renda bruta mensal familiar per capita que não exceda a um salário mínimo e meio, vigente à época da inscrição para bolsas integrais (100%) para alunos ingressantes. As bolsas

de estudo destinam-se a auxiliar o estudante com hipossuficiência econômica a dar continuidade a sua formação. Destinam-se, também, ao estudante com deficiência, nos termos da lei. (UNIARP, 2020a).

Em 2018, investiram-se mais de R\$ 9 milhões somente em bolsas de estudos de Assistência Social, beneficiando pessoas de toda a região, além dos projetos sociais que beneficiam diretamente cerca de 5000 mil pessoas em Caçador e região. (UNIARP, 2020a).

Como já mencionado, há mais opções de bolsas e de financiamentos, entre eles (Quadro 5):

**Quadro 5** – Mais opções de bolsas e financiamentos

<b>Bolsas</b>	<b>Descrição</b>
Bolsa Atleta	A UNIARP possui processo de seleção para concessão de bolsas de estudo integrais com recursos decorrentes da condição de Entidade Beneficente de Assistência Social para os universitários atletas, vinculados a instituições que participem de competições representando o município, sem diploma de curso superior. Podem se inscrever acadêmicos que sejam atletas e com renda bruta mensal familiar per capita que não exceda a um salário mínimo e meio, vigente à época da inscrição para bolsas integrais (100%) para alunos ingressantes.
Santander Universidades	As bolsas de estudo destinam-se a auxiliar o estudante com excelente desempenho acadêmico e hipossuficiência econômica devidamente comprovados. Ofertam-se de acordo com a disponibilidade do Banco Santander por meio dos programas Santander Universidades em convênio com a UNIARP.
PAEC	O Programa de Apoio à Extensão e Cultura – PAEC dispõe de vagas para projetos por semestre e é mantido pelo Fundo de Apoio à Extensão e Cultura da Universidade, conforme previsto no orçamento da UNIARP. O aluno, cujo projeto seja selecionado, recebe uma bolsa de estudos equivalente a três disciplinas de seu curso de graduação por seis meses. Os projetos têm a previsão de execução de seis meses, podendo ser reeditado.
PROESDE	O Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional – PROESDE consiste em um conjunto de atividades de ensino, pesquisa e extensão voltados à formação do cidadão capaz de intervir nas políticas públicas, mediante a articulação entre sua formação acadêmica com o desenvolvimento socioeconômico da região. Uma das ações desse programa é a capacitação de recursos humanos para atuar nas áreas de desenvolvimento regional. O curso de extensão para o desenvolvimento regional consiste em um conjunto de atividades de extensão voltado à articulação da melhoria do ensino de graduação ao processo de desenvolvimento socioeconômico das áreas de abrangência da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Caçador.
PROESDE Licenciatura	O Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional/Licenciatura – PROESDE Licenciatura – tem como objetivo a concessão de bolsas de estudo para estudantes matriculados em cursos de graduação em áreas estratégicas e de Licenciatura sob a coordenação da Secretaria de Estado da Educação – SED. O Programa abrange, preferencialmente, todas as regiões de Santa Catarina, beneficiando estudantes matriculados em cursos nas Instituições de Ensino Superior – IES, mantidas por Fundações Educacionais de Ensino Superior, instituídas por Lei Municipal, considerando os recursos de até 20%, definidos no item “c” do inciso I, do art. 1º da Lei Complementar nº 281/2005, e que manifestarem interesse em desenvolver o PROESDE.



FAP	O Fundo de Apoio à Pesquisa encontra-se embasado no Art. 72 do Regulamento Geral da UNIARP e destina-se a fomentar atividades que promovam o desenvolvimento de pesquisas científicas no âmbito da UNIARP. Para tal, o FAP incentiva docentes a desenvolverem projetos de pesquisa, a introdução de estudantes de graduação em atividades de Iniciação Científica (IC) e a divulgação da produção científica de excelência oriunda de docentes e discentes da UNIARP. Com base nos projetos selecionados, abre-se edital para seleção de estudantes de graduação para Iniciação Científica.
Desconto de 30% para 2ª Graduação	A UNIARP concede 30% de desconto na semestralidade sobre o valor dos créditos cursados, aplicados sobre o valor integral, para acadêmicos portadores de diploma de curso superior que ingressarem na UNIARP.
Desconto de 30% para técnicos em Enfermagem	A UNIARP concede 30% de desconto na semestralidade sobre o valor dos créditos cursados, aplicados sobre o valor integral, para portadores de diploma de curso técnico em enfermagem que ingressarem no curso de enfermagem da UNIARP.
Desconto de 30% para alunos SENAI	A UNIARP concede 30% de desconto na semestralidade sobre o valor dos créditos cursados, aplicados sobre o valor integral, para portadores de diploma de curso técnico do SENAI, que ingressarem nos cursos de Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia Civil, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção e vagas remanescente nos demais cursos ofertados pela UNIARP.
CREDIIES	O aluno de graduação paga 50% da mensalidade durante o período regular do curso e os outros 50% do valor da mensalidade serão pagos após a conclusão do curso, com a atualização do valor pelos percentuais de reajuste utilizados pela Instituição de Ensino Superior e a taxa administrativa, sem qualquer incidência de juros remuneratórios. Para se inscrever, o aluno deve acessar o site: <a href="http://estudante.fundacred.org.br">estudante.fundacred.org.br</a> ou <a href="http://www.fundacred.org.br">www.fundacred.org.br</a> indicar um fiador (que pode ser qualquer pessoa menos o seu cônjuge), e reunir os documentos necessários.
Programa de Monitoria	Programa que seleciona acadêmicos Monitores Remunerados para os Laboratórios e Escritório Modelo da UNIARP. Público alvo: acadêmicos vinculados aos cursos com as práticas de Laboratórios e Escritório Modelo. Período de Inscrições: início do semestre e quando houver disponibilidade de vagas.
Estágio Novos Valores	Convênio firmado com a o estado de Santa Catarina para cadastro de estagiários em setores públicos estaduais.

**Fonte:** Elaborado com base no Balanço Social 2018 e no PDI 2019-2022 (UNIARP, 2020a, 2020b).

A UNIARP, também, conta com outras formas de interação social, entre elas (Quadro 6):

**Quadro 6** – Outras formas de interação social da FUNIARP

<b>Formas</b>	<b>Descrição</b>
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e Estágios Profissionais	Oferecidos pela instituição em conformidade com a legislação vigente visam a oportunizar o contato com a prática profissional em educação aos estudantes dos cursos de licenciatura nas diversas esferas seja órgãos privados, públicos ou autarquias. O Instituto Euvaldo Lodi – IEL regulamenta e gerencia todos os estágios profissionais realizados por acadêmicos da UNIARP, assegurando qualidade e segurança na concretização do componente curricular.
Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ)	Destina-se ao enfrentamento de questões jurídicas que permeiam as relações cotidianas dos membros da sociedade que integra o âmbito de atuação deste campus. Desde sua criação, muitas pessoas foram e continuam sendo beneficiadas com a prestação de serviços de assistência judiciária gratuita.
Núcleo de Psicologia	Órgão vinculado ao Curso de Psicologia da UNIARP tem como meta planejar, desenvolver e acompanhar todas as atividades de estágio realizadas nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão, ligadas ao curso. CREA Júnior oferece aos acadêmicos dos cursos de engenharia as vantagens que o engenheiro tem, ou seja, desde acesso a plano de saúde, com desconto, até benefícios relacionados a financiamentos, além de receber a carteirinha de estudante do CREA.
Projeto de Informatização das Bibliotecas Escolas Estaduais da 10º GERED	Destina-se a catalogar e a organizar o acervo no espaço físico e no sistema BIBLIOLIVRE; possibilitar o acesso e recuperação da informação com agilidade; possibilitar os usuários o acesso remoto na base de dados da Biblioteca; possibilitar os usuários dos empréstimos, renovação e reserva via sistema; produzir relatórios e indicadores através do sistema. O BIBLIOLIVRE, utilizado por muitas bibliotecas é um software gratuito, serve para a catalogação e a disseminação do acervo de bibliotecas públicas e privadas de todos os portes; catalogação de materiais bibliográficos e multimídias; controle do processo de aquisição; circulação: consulta, reserva, empréstimo, devolução de acervos.
Farmácia Escola e o projeto da Farmácia Verde	Destina-se ao desenvolvimento da prática dos alunos, realizando manipulações de mais três mil fórmulas de medicamentos.
Escritório Modelo	Tem por principal objetivo capacitar os acadêmicos nas ações práticas dos cursos de Engenharia Civil, Administração e Arquitetura e Urbanismo, sempre sob a supervisão de professores do curso.
Clínica Escola de Fisioterapia	Atende a comunidade de Caçador e região. A Clínica Escola de Fisioterapia da UNIARP realiza atendimentos filantrópicos para toda a comunidade, além de garantir o aprendizado prático aos acadêmicos do curso de Fisioterapia. Os atendimentos são realizados sempre com a supervisão de professores

	<p>especialistas nas áreas de atuação da Clínica. Os atendimentos são supervisionados por professores e acontecem nas áreas de Ortopedia e Traumatologia, Cardiorrespiratória, Dermato funcional, Neurologia, Oncologia e Fisioterapia Aquática. Estão aptos para receber atendimento de pessoas de qualquer idade, com o devido encaminhamento médico. O atendimento é gratuito. O agendamento deve ser feito com antecedência e após triagem social, que é realizada em setor específico no Núcleo de Práticas Jurídicas, todas as sextas-feiras das 13h30min às 16h30min. Os documentos necessários são CPF, RG, comprovante de residência, comprovante de renda, cópias do encaminhamento médico e dos exames realizados.</p>
--	---

**Fonte:** Elaborado com base no PDI 2019-2022 (UNIARP, 2020b).

A Uniarp mantém, ainda, desde 2009, o “Programa de Atendimento aos Alunos com Deficiência”, que visa A dar acesso e A garantir a permanência do acadêmico na Universidade até sua formação. Para isso, o Programa fornece material em Braille, realiza a transcrição de provas e trabalhos, acompanha intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras) em sala de aula e fomenta a discussão da inclusão do portador de deficiência no meio acadêmico. A discussão tem como ponto de apoio a Cartilha “Convivendo com a Diferença”, uma publicação que oferece informações a respeito das deficiências, visando assegurar uma convivência respeitosa com a diversidade. (UNIARP, 2020b).

Além de todas essas iniciativas, a UNIARP promove eventos e atividades anuais que integram a comunidade acadêmica e a comunidade regional. Dessa forma, prioriza sua função social e suas características de instituição comunitária. (UNIARP, 2020b).

Nota-se que essas ações se vinculam ao processo ensino-pesquisa-extensão e poderiam ser ditas como obrigatoriedade. Porém, indo além dessas questões compulsórias, percebe-se um claro impacto social já que o desenvolvimento acadêmico está levando ao atendimento de necessidades e/ou carências da população ao seu redor.

#### **4.2.2 Ações de Sustentabilidade, por Dimensão, da FEDAVI**

Com base nas informações divulgadas na página da web da FEDAVI, bem como aquelas presentes no Balanço Social 2017, também disponíveis no site, podem-se, então, levantar as ações e as iniciativas que se enquadram em cada uma das três dimensões/pilares da sustentabilidade. É importante deixar claro que todas as

informações estão presentes conforme já descrito, sendo que, para inseri-las nesta dissertação realizaram-se pequenos ajustes a fim de nortear o objetivo do estudo.

A Unidavi, 2018 traz o slogan Inovação e Sustentabilidade. Você conhecerá projetos antigos e novos que fizeram e continuam fazendo toda a diferença no que diz respeito aos dois temas. Entende-se que é preciso repensar atitudes e compreender que fazer o bem gera qualidade de vida para todos. É preciso ser ecologicamente correto, economicamente viável e socialmente justo (UNIDAVI, 2020b). Essa afirmação demonstra um indício do engajamento da dessa fundação com as três dimensões da sustentabilidade.

#### 4.2.2.1 Dimensão ambiental - FEDAVI

A dimensão ambiental da FEDAVI evidencia-se por meio de ações, projetos e iniciativas voltados à disseminação de informações à comunidade, além de tornar a própria fundação/IES sustentável ambientalmente em sua rotina. As principais ações divulgadas em sua página da web apresentam-se no quadro 7:

**Quadro 7** – Ações FEDAVI voltadas à dimensão ambiental

<b>Projeto</b>	<b>Objetivo</b>	<b>De que forma</b>	<b>Apoio/Parce- rias</b>
Coleta de óleo de Cozinha	Coletar o óleo de cozinha usado nas casas dos estudantes e dos colaboradores, promovendo a redução de descartes indevidos no meio ambiente.	Unidavi como ponto de coleta tanto para o público interno da instituição, como para a comunidade em geral.	Associação dos Fumicultores do Brasil - Afubra de Rio do Sul
Arrecadação de caixas de leite longa vida	Local para recebimento das caixas de leite longa vida. O material é entregue à APAE, que o transforma em caixa de presente, usada para colocar a muda de árvore entregue aos bebês, através do Projeto Proteja a Vida.	Unidavi como ponto de coleta tanto para o público interno da instituição, como para a comunidade em geral.	APAE
Cisterna	Coletar água da chuva para setores da Unidavi que não necessitam de água tratada.	Toda a instituição é preparada para receber a água da chuva No Campus Rio do Sul, sendo quatro caixas de 20 mil litros, localizadas aos fundos	-

		do Ginásio e quatro caixas de três mil litros no espaço do Núcleo de Práticas de Gestão e Jurídica (NPGD).	
--	--	--	--

Fonte: Elaborado com base em informações do site da Unidavi (UNIDAVI, 2020b).

Dentro ainda da dimensão ambiental, há mais projetos apresentados no Balanço Social 2017 (UNIDAVI, 2020c):

a) Compostagem de Resíduos Sólidos Orgânicos: esse projeto tem como objetivo usar os resíduos orgânicos gerados pela Unidavi como material fundamental no processo de compostagem. A compostagem de resíduos orgânicos, além de oferecer o benefício ao meio ambiente, gera, no final do processo, um insumo de excelente qualidade, podendo ser introduzido facilmente na produção de alimentos mais saudáveis. Também pode ser direcionada para utilização de fonte de energia para a Instituição (UNIDAVI, 2020c). Nota-se, mais uma vez, a própria instituição modificando seus processos e rotinas para atender a uma questão ambiental.

b) Horto Florestal Unidavi: é o principal elo entre a Unidavi e as instituições preocupadas com o meio ambiente desde a recuperação até a manutenção. Atualmente, possui cerca de 20 mil mudas de espécies de árvores nativas entre: Araucária; Canela-preta; Canela-sassafrás; Araçá; Cortiça; Cedro; Açoita-cavalo; Ingá-feijão; Dedaleiro; Tucaneira; Ipê-amarelo; Angico-vermelho; Cereja-do-rio-grande; Carobinha; Canjerana; Peroba; Guamirim; Chal-chal; Cafezeiro-do-mato; Cabreúna; Tarumã; Palmito; Coqueiro-jerivá; e Guamirim-ferro-de-gemballa. Há outras espécies para as quais também se adota o sistema de coleta de mudas da regeneração natural de algumas áreas (UNIDAVI, 2020c).

c) Lixo Eletrônico: o lixo eletrônico ou tecnológico possui uma grande quantidade de substâncias prejudiciais ao ambiente e ao homem. Quando descartado erroneamente, pode poluir o solo, o ar e os lençóis freáticos. Assim, o objetivo do Projeto é recolher equipamentos eletrônicos para encaminhamento à reciclagem, impactando em melhorias para o meio ambiente. O projeto é uma parceria com a Prefeitura de Rio do Sul. Há um ponto de coleta na Recepção da Unidavi (UNIDAVI, 2020c). Novamente, a Unidavi serve como ponto de coleta para esses resíduos, e ela mesma realizando a ação de descartá-los adequadamente.

d) Projeto a Vida: já mencionado no quadro 7, mas que merece ênfase. O projeto se caracteriza pela criação de mudas nativas da região do Alto Vale do Itajaí através do Horto Florestal Unidavi, responsável pela manutenção das mudas que, após

atingirem tamanho adequado, são colocadas em caixas de leite confeccionadas pela APAE de Rio do Sul e entregues aos recém-nascidos na Maternidade do Hospital Regional Alto Vale. O intuito é despertar a consciência ambiental desde os primeiros dias de vida. O Projeto é uma parceria com a APAE, Horto Florestal Unidavi e Hospital Regional Alto Vale (UNIDAVI, 2020c).

e) Recuperação da Mata Ciliar: o objetivo do projeto é promover a preservação e a recuperação da Mata Atlântica, buscando atividades de enriquecimento das florestas ciliares dos terrenos da Unidavi e atividades de educação ambiental. Atualmente, para ocorrer o aumento da diversidade em uma área alterada, torna-se necessário o incremento de espécies vegetais por meio de ações de enriquecimento, podendo ser utilizado o plantio de mudas, sendo essa uma técnica que pode ser realizada de diversas formas. Uma das mais funcionais o plantio ao acaso, ou seja, as mudas são plantadas sem espaço definido. Nesse projeto, será adotado o modelo de plantio ao acaso, com espécies que compõem a vegetação já estabelecida de áreas próximas, onde a florística já foi estudada e divulgada por meios de materiais científicos (UNIDAVI, 2020c).

f) Restaura Alto Vale: em parceria com a Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida - Apremavi, o Projeto visa a promover o aprendizado sobre a restauração de áreas degradadas com ênfase no plantio de mudas nativas, com momentos de aprendizagem e de troca de experiências entre os participantes. Ainda, repassar as noções básicas essenciais para um processo de restauração de áreas degradadas em especial de Áreas de Preservação Permanente - APP's (matas ciliares, encostas, etc.) (UNIDAVI, 2020c).

g) Uso de lâmpadas LED: uma simples troca pode fazer muita diferença e gerar muita economia. Por isso, lâmpadas da maioria dos corredores, biblioteca, reitoria e salas de aula foram substituídas por lâmpadas LED, mais econômicas e duráveis. Para o futuro, a intenção é otimizar a economia usando energia fotovoltaica (luz solar). Mais uma vez uma ação voltada à própria IES (UNIDAVI, 2020c).

A partir de todas as ações apresentadas, é oportuno enfatizar que essa fundação/instituição está voltando não somente ações diretamente à comunidade local, mas também na busca por sua própria mudança interna e da comunidade acadêmica, ou seja, dentro de seus limites. Outro aspecto relevante são as parcerias que envolvem não somente colaboradores em si, mas instituições que são ajudadas “socialmente” a partir de ações “ambientalmente corretas”, isso torna clara, mais uma

vez, a interligação entre as dimensões da sustentabilidade.

#### 4.2.2.2 Dimensão econômica - FEDAVI

Para apresentar os tópicos da dimensão econômica, buscou-se o Balanço Social 2017, o qual subdividiu essas questões conforme os conceitos que envolvem a área econômico-financeira. Buscou-se não apresentar valores absolutos, pois o propósito deste estudo não é comparar se são maiores ou menores os resultados, despesas ou investimentos, mas sim se são destinados à sustentação das outras duas dimensões da sustentabilidade (ambiental e social).

Receitas: as receitas auferidas no ano de 2017 são oriundas de mensalidades, de recursos do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina – UNIEDU, através dos programas Art. 170 e 171, de receitas financeiras e de receitas diversas, especificamente, de doações de imóveis recebidas (UNIDAVI, 2020c).

Custeio: entre o total de custos/despesas operacionais ocorridas no ano de 2017 destaca-se a rubrica de Bolsas de Estudos concedidas, composta por recursos decorrentes de Gratuidades (Prouni e Filantropia), do UNIEDU e de recursos próprios, correspondentes a 25,92% do total da receita bruta com mensalidades (UNIDAVI, 2020c).

Resultado operacional: o superávit operacional líquido – Ebit, no exercício, corresponde a 9,67% da receita operacional líquida. Salienta-se que esse resultado operacional inclui uma receita correspondente ao valor de bens imóveis recebidos em doação (UNIDAVI, 2020c). Cabe aqui lembrar que as fundações têm sua base no patrimônio doado para que essa possa existir. Sem ele e sem finalidades bem definidas, não se enquadra como fundação.

Investimentos: o valor dos investimentos, previstos no orçamento inicial de 2017, foi realizado parcialmente devido à revisão no cronograma das edificações, instalações e equipamentos de laboratórios, sendo que o saldo remanescente será concluído no exercício de 2018 (UNIDAVI, 2020c).

Ebitda – Valor da Geração Líquida de Caixa: no exercício corresponde a 12,73% da receita operacional líquida, que denota boa gestão dos recursos da Instituição (UNIDAVI, 2020c).

Endividamento: o endividamento total de 21,04% do Ativo está representado por capital de terceiros no montante percentual de 15,56%, sendo 13,70% de financiamentos a longo prazo e de 1,86% de financiamentos a curto prazo (UNIDAVI, 2020c).

Débitos de Funcionamento: os débitos de funcionamento somam 5,48%. Esse indicador, comparativamente a outras Instituições, é considerado muito bom, visto que as outras apresentam desempenho inferior (UNIDAVI, 2020c).

Execução do orçamento: Os valores orçados em receitas tiveram aumento de 5,58%, decorrentes de receitas auferidas como doações de bens imóveis (4,48%) e 1,10% referente à redução da evasão. As despesas orçadas tiveram, também, um aumento de 4,95% referentes ao acréscimo de despesas com pessoal, notadamente, pela quebra de patrocínio da previdência privada (BD), acréscimo na concessão de bolsa de estudo para evitar a evasão e provisionamento dos valores vencidos até dezembro de 2016 na conta de provisão para crédito de liquidação duvidosa (UNIDAVI, 2020c).

Quanto à infraestrutura, inúmeras ações são elencadas. Para melhor apresentação, organizaram-se no quadro 8:

**Quadro 8** – Ações de melhoria da infraestrutura FEDAVI

1	Construção parcial das edificações, instalações e equipamentos do Bloco da Saúde para atender o núcleo de práticas dos cursos da área da saúde, especificamente, os cursos de medicina, enfermagem, educação física e psicologia.
2	Reformas e ampliações do centro de eventos, no parque universitário Unidavi, compreendendo: palco, piso, forro, instalação elétrica, cabine de som.
3	Reforma do museu da madeira e da reserva técnica.
4	Drenagem e reforma de calçamento e ajardinamento do estacionamento externo.
5	Ampliação da guarita e dos banheiros.
6	Pinturas internas e externas.
7	Construção de espaços para convivências – pergolados.
8	Ampliação e reforma das edificações da Sede esportiva, cultural e social, na Albertina, construção de pista de atletismo, arremesso de peso, lançamento de martelo e disco, quadras esportivas, banheiros vestiários e sala de apoio.
9	Reconstrução do horto-florestal, rua de acesso interno e estacionamento, iluminação e ajardinamento.
10	Melhorias: caixa d'água, elevadores, cisterna, laboratórios de prática jurídica, reforma na estrutura física dos prédios e áreas de convivência nos campi de Taió, Ituporanga e Presidente Getúlio.
11	Aquisição de equipamentos para laboratório de informática e salas de aula do campus sede.
12	Construção de espaços para convivência e lazer – pergolados, bancos e iluminação.
13	Atualização do acervo bibliográfico físico e digital.
14	Ampliação, melhorias e ajardinamento das áreas de estacionamentos para os alunos.
15	Melhorias na edificação e cobertura do Bloco A.
16	Construção do laboratório morfofuncional e habilidades clínicas.
17	Ampliação e aquisição de equipamentos para os laboratórios de: fisiologia do exercício, anatomia, enfermagem, microbiologia e histologia, físico-química, para atender a implantação do curso de medicina.



18	Reformas, pintura e móveis, janelas em PVC antirruído para as salas do piso superior do bloco A, incluindo a reitoria e sala dos conselhos.
19	Reformas, pinturas e móveis para o espaço do ensino infantil do Colégio Unidavi.
20	Reforma do piso da sala nobre; melhorias na infraestrutura de acessibilidade.
21	Ampliação e melhorias na rede de comunicação digital – internet e telefone.
22	Melhorias e pintura nos corredores do piso térreo e primeiro pavimento dos blocos A, B, C, D, E, F e H.

**Fonte:** Elaborado com base no Balanço Social 2017 (UNIDAVI, 2020c).

O valor adicionado a distribuir, gerado pela Instituição em 2017, destinou-se ao custeio com pessoal (63%), ações de filantropia como bolsas e gratuidades (21%), investimentos (15%) e outros destinos (1%) (UNIDAVI, 2020c).

#### 4.2.2.3 Dimensão social - FEDAVI

Também de acordo com informações disponíveis no site da Unidavi (UNIDAVI, 2020b), foi possível elencar as ações, projetos e iniciativas voltadas à dimensão social. Fica evidente a preocupação da instituição com a comunidade do seu entorno, bem como o compromisso com a execução de ações que também a caracterizem como socialmente responsável. O quadro 9 descreve essas ações:

**Quadro 9** – Ações da Unidavi referentes à Dimensão Social

<b>Projeto</b>	<b>Descrição</b>
Mostra inclusão em foco	O evento objetiva sensibilizar toda comunidade externa e principalmente a interna no atendimento aos estudantes com deficiência. A cada evento anual, são realizadas: exposição de veículos para portadores de necessidade especiais; exposição de artes e materiais; oficinas, apresentações culturais, além de painéis. A Mostra é regional e traz alunos de diversas escolas. Todos participam ativamente das atividades propostas e por meio das palestras o público aprende um pouco sobre a deficiência.
Eu ajudo na Lata	Este projeto, em parceria com a Unimed Alto Vale, tem como objetivo coletar lacres de latas de metal encontrados em recipientes de refrigerantes, cervejas e sucos. O Projeto visa a ajudar pessoas com deficiência que não possuem condições de adquirirem cadeira de rodas e incentiva a reciclagem, evitando o descarte inadequado. São necessários, em média, 180 kg de lacres de alumínio, cerca de 300 garrafas cheias de lacre para adquirir uma cadeira de rodas. Novamente, a Unidavi como ponto de coleta.
Feira da Empregabilidade	A Feira da Empregabilidade e do Empreendedorismo objetiva promover o encontro entre empresas e alunos, oferecendo a oportunidade de se ingressar no mercado de trabalho nas mais diversas áreas de conhecimento. A cada ano, diversas empresas da região expõem os produtos e serviços dentro da universidade, recebem currículos e, muitas vezes, já contratam o funcionário. O evento é o melhor meio de a Unidavi mostrar aos empresários que os alunos estão capacitados para encarar os desafios do mercado de trabalho.

Núcleo de Estudos Avançados em Psicologia – NEAP	É a Clínica Escola da Unidavi. Presta serviços à comunidade através de atendimento gratuito, oferecendo atendimento psicológico para crianças, adolescentes, adultos, casais e famílias, além de avaliação psicológica e grupos terapêuticos. É também no NEAP que os alunos de Psicologia fazem o estágio obrigatório. Aqui, vivenciam a teoria na prática e interagem com a comunidade externa que vem em busca de auxílio.
Núcleo de Prática Jurídica – NPJ	O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) faz parte da formação profissional do estudante do Curso de Direito. Além da obrigatoriedade de cursar as matérias normais do curso, há necessidade da formação prática, desenvolvida no Núcleo. Ao desenvolver o Estágio de Prática Jurídica III e IV, os alunos têm a oportunidade de atendimento e proposituras de peças processuais em todas as áreas de atuação jurídica e com o acompanhamento dos orientadores. No NPJ, são atendidas pessoas carentes, sem recursos financeiros para arcar com custas e honorários de advogados.
Campanhas de Arrecadação	Anualmente, a Unidavi lança diversas campanhas de doação. Entre elas estão: a de livros e material escolar, roupas, alimentos e brinquedos. A cada final de ano, crianças carentes são “adotadas”, ou seja, recebem doações oriundas de funcionários e professores. Ainda, durante todo o ano, a comunidade faz a entrega de roupas, sapatos e roupas de cama, que são entregues ao Centro Evangélico de Rio do Sul. A doação é feita mediante cadastro das famílias carentes, pelas voluntárias do Centro.

**Fonte:** Elaborado com base dados disponíveis do site da Unidavi (UNIDAVI, 2020b).

Esses dados demonstram o envolvimento com a comunidade local a partir da interação entre ensino-pesquisa-extensão, sem necessariamente voltar-se única e exclusivamente às bolsas, mas arraigando no próprio ambiente institucional esse compromisso social.

#### **4.2.3 Ações de Sustentabilidade, por Dimensão, da FUNOESC**

De acordo com dados presentes no PDI 2018-2022 e no Balanço Social 2018, disponíveis no site da UNOESC, foi possível organizar as ações, os projetos e as iniciativas dessa IES quanto às três dimensões da sustentabilidade, que estão sendo estudadas nesta dissertação.

A Unoesc caracteriza-se como sendo uma Instituição Comunitária de Educação Superior. Como tal, assume compromissos com a responsabilidade social junto à comunidade regional; atua comunitariamente no sentido de promover a inclusão social, o desenvolvimento econômico e social, a defesa do meio ambiente e a preservação da memória e do patrimônio cultural (UNOESC, 2019a).

##### **4.2.3.1 Dimensão ambiental – FUNOESC**

A defesa do meio ambiente constitui prioridade institucional. Deseja-se construir com a comunidade acadêmica e regional a consciência da preservação do meio ambiente e do desenvolvimento regional (UNOESC, 2019a).

Para dar conta desse desafio, a Instituição busca desenvolver programas e projetos nas áreas do ensino, da pesquisa e da extensão, envolvendo docentes e discentes em parceria com entidades e órgãos públicos tanto para a prestação de serviços, quanto pela disseminação da educação ambiental. Além disso, acredita que a defesa do meio ambiente começa na própria casa junto a setores/ambientes internos (UNOESC, 2019a).

Para apresentar essas atividades, optou-se em distribuir as iniciativas ligadas à sustentabilidade ambiental por Campus, dando ênfase àqueles que estão em destaque no Balanço Social 2018. O quadro 10 organiza esses dados.

**Quadro 10** – Ações Sustentáveis da Unoesc

<b>Campus</b>	<b>Ações Descrição</b>
Campos Novos	Estrutura para o armazenamento da água das chuvas e a geração de energia própria por meio de placas solares e gerador eólico que, juntamente com a iluminação em LED, traz economia à Universidade.
	Acadêmicos realizaram a coleta e a destinação correta do lixo eletrônico.
Chapecó	Coleta Seletiva de papel seco para o Programa Verde Vida.
Pinhalzinho	Participação de acadêmicos no Dia Nacional da Limpeza. Essa ação promoveu a mobilização na limpeza do Loteamento Primavera e conscientizou a sociedade para o problema do descarte irregular de resíduos sólidos.
Videira	Acadêmicos dos Cursos de Engenharia Sanitária e Ambiental, Administração e Ciências Contábeis, com apoio da Polícia Militar Ambiental, promoveram o 2º Mutirão de Limpeza do Rio das Pedras e do Rio do Peixe. Foi realizada às margens dos dois rios na região que compreende o Sesi até a Praça do Lazer, no centro da Cidade.
Joaçaba	O Curso de Direito promoveu várias ações, como promoção de limpeza de rios e riachos, utilização do óleo de cozinha para fazer sabão, o uso de materiais descartáveis para confecção de artesanato das mais variadas formas, além de atividade de educação ambiental em escolas e outras instituições, conscientizando sobre como consumir menos e melhor.
Xanxerê	Em parceria com a Gerência Regional de Educação da ADR Xanxerê, Epagri e Sesc, a Unoesc Xanxerê participou da Oficina de Práticas em Educação Ambiental.

**Fonte:** Elaborado com base dados disponíveis no Balanço Social 2018 (UNOESC, 2019b, p. 44-45).

Além dessas ações, de modo geral, não somente por Campus, há diretrizes que servem de norte para acadêmicos, professores e funcionários. Entre os projetos está o “Pense bem”, o qual promove o uso consciente dos recursos. Outras ações disseminadas em toda a IES, independente do Campus, estão focadas em diminuir o

impacto ambiental do próprio funcionamento da Unoesc, entre elas: compra de equipamentos com maior eficiência, como climatizadores de ambiente e lâmpadas de LED, e de materiais de expediente, como envelopes e pastas, confeccionadas com material reciclado (UNOESC, 2019b).

A Unoesc entende que a educação ambiental é um processo participativo e contínuo da sociedade, fundamental para a consciência crítica acerca dos problemas ambientais existentes. A promoção de atividades socioambientais proporciona o conhecimento e a mudança de atitudes no cotidiano, podendo ser executadas de forma simples dentro do ambiente universitário e fora dele frente às questões ambientais (UNOESC, 2019b, p. 45).

Esse trecho do Balanço Social 2018 mostra a compreensão da Unoesc das dimensões da sustentabilidade, deixando claro que não observa somente com “olhos” ambientais”, mas sobretudo sociais, e ainda consciente que ela mesma impacta o meio ambiente e a sociedade que está em seu entorno.

#### 4.2.3.2 Dimensão econômica – FUNOESC

A atuação da Unoesc no desenvolvimento econômico de sua região de abrangência materializa-se na sua participação em polos tecnológicos, na implantação e no desenvolvimento de Núcleos de Inovação Tecnológica e de Pré-incubadoras, na participação e no fomento de Feiras de Tecnologia, Inovação e Negócios, na organização e na participação em conferências, seminários e congressos, na articulação entre os atores, parceiros e organizações para a integração de ações de desenvolvimento, nas parcerias governamentais, no desenvolvimento de empreendimentos inovadores, no Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF), no Projeto de Extensão Industrial Exportadora (Peiex), no Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (Proesde), no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), entre outros (UNOESC, 2019a).

Além da atuação no desenvolvimento econômico regional, a Funoesc pauta-se, também, na sua própria sustentabilidade financeira, estando comprometida com a continuidade da Instituição e a transparência da gestão. Para isso, utiliza diferentes fontes de recursos para financiar suas atividades e os investimentos necessários para garantir a qualidade naquilo que faz (UNOESC, 2019a).

Todas as previsões nascem a partir das necessidades das políticas estabelecidas no PDI e em demais ordenamentos internos, que visam à

sustentabilidade econômico-financeira e de continuidade. A gestão dos investimentos em ativos está alinhada às diretrizes estabelecidas pelo planejamento da Instituição, e as fontes de financiamento priorizam a captação de recursos externos, subsidiados por órgãos de fomento ou de baixo custo oneroso (UNOESC, 2019a).

As receitas são previstas de forma conservadora, levando-se em conta a oferta de cada produto, tendo como principal fonte as receitas de mensalidade de graduação e pós-graduação. Para a projeção, considera-se o número de alunos, o crescimento ou evasão em cada curso, acrescentando sobre o valor do período um índice de reajuste obedecido à apresentação de planilha contendo os gastos necessários corrigidos pela inflação do período (UNOESC, 2019a).

Os resultados econômico-financeiros da instituição são distribuídos entre: remuneração do trabalho (salários, encargos e benefícios) aos funcionários, tributos, impostos, contribuições e taxas, remuneração ao capital de terceiros (despesas financeiras e alugueis pagos), bolsas de estudo a estudantes carentes e, em caso de superávit, realizam-se investimentos nas atividades-fim (UNOESC, 2019b).

O acompanhamento entre o orçamento previsto e o realizado ocorre periodicamente por meio de indicadores financeiros e contábeis, que alcançam desde o nível operacional até o nível estratégico (UNOESC, 2019a).

#### 4.2.3.3 Dimensão social - FUNOESC

Para compreender as ações, projetos e iniciativas da FUNOESC dentro da dimensão social, é importante entender como essa instituição vê a responsabilidade social. Para isso, apresentam-se alguns dados provenientes de seu PDI (2018-2022).

A responsabilidade social é compreendida não somente como uma filosofia, ou uma exigência legal, mas como uma prática institucional voltada ao desenvolvimento de programas e de projetos sociais comprometidos com a comunidade regional. A Instituição acredita que a função social da universidade se amplia à medida que ela se envolve com os rumos do País e de seu entorno, através da:

- Formação dos futuros profissionais/cidadãos
- Fomento à produção do conhecimento
- Oferta de serviços extensionistas sintonizados com as reais demandas da sociedade (UNOESC, 2019a).

As ações sociais implementadas e oferecidas pela Unoesc à comunidade de

seu entorno e à própria comunidade acadêmica orientam-se nas seguintes políticas/diretrizes:

- Fortalecer as ações de responsabilidade social junto à comunidade regional, visando à melhoria da qualidade de vida das pessoas;
- Atender às demandas sociais e educacionais advindas da comunidade regional, envolvendo discentes e docentes por meio do ensino, da pesquisa e da extensão;
- Envolver docentes e discentes nas questões sociais, políticas, econômicas e culturais da comunidade regional, como prática da responsabilidade e de melhoria das condições de vida das pessoas menos favorecidas (UNOESC, 2019a).

Assim como no desenvolvimento econômico de sua região de abrangência, a atuação da Unoesc também se materializa pelas mesmas ações para o desenvolvimento social: participação em polos tecnológicos; implantação e desenvolvimento de Núcleos de Inovação Tecnológica e de Pré-incubadoras; participação e fomento de Feiras de Tecnologia, Inovação e Negócios; organização e participação em conferências, seminários e congressos; articulação entre os atores, parceiros e organizações para a integração de ações de desenvolvimento; parcerias governamentais; desenvolvimento de empreendimentos inovadores; Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF); Projeto de Extensão Industrial Exportadora (Peiex); Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (Proesde); Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid); entre outros (UNOESC, 2019a).

As ações que atestam a atuação da Unoesc com vistas à inclusão social se materializam em demandas oriundas das áreas jurídica, educacional e da saúde, por meio de parcerias e de ações articuladas com o poder público e com entidades de assistência social. Materializam-se, igualmente, por meio do desenvolvimento de projetos de inclusão social junto a pessoas idosas, minorias, grupos em situação de vulnerabilidade social, deficientes, comunidades carentes, crianças e adolescentes, entre outros (UNOESC, 2019a).

Integrado à Universidade, a Instituição mantém o “Hospital Universitário Santa Terezinha (HUST)”. Trata-se de um Hospital regional, referência na área da Saúde, inclusive com atendimentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Ele abriga ala pedagógica para atendimento das atividades acadêmicas como: estágios, pesquisa e residência médica para os profissionais em formação na área da saúde. Ainda, integrado ao HUST e à Universidade, há um ambulatório médico com amplo espaço

físico com áreas especializadas para atividades práticas dos cursos de formação profissional para a área da saúde. Nesse espaço, fazem-se paralelos ao processo de aprendizagem, inúmeros atendimentos benemerentes à população carente regional (UNOESC, 2019a).

A missão HUST é:

Prestar atendimento médico, hospitalar, de forma a proporcionar o restabelecimento da saúde dos pacientes, promover o ensino e pesquisa, atuando de forma decisiva na transformação da realidade social e no desenvolvimento da região do Meio-Oeste de Santa Catarina (UNOESC, 2019b, p. 9).

Pode-se destacar que, talvez, essa seja uma das mais notáveis iniciativas sociais da Funoesc, compreendendo o impacto que uma instituição de saúde tem na comunidade local e regional na qual está inserida. Além disso, o simples fato de ter cursos na área da saúde, tendo como estrutura um hospital, torna-se um diferencial quando analisada a sustentabilidade social.

Outra ação concreta que se enquadra na dimensão social se refere ao fomento ao acesso e à permanência dos estudantes, ou melhor, Funoesc prioriza políticas de atendimento aos discentes, promovendo não apenas a inclusão social, como já mencionado, mas também a inclusão educacional de jovens economicamente carentes, disponibilizando bolsas de estudos tanto no Ensino Superior como no Básico, já que é mantenedora de dois colégios voltados a esse nível (UNOESC, 2019b).

Sobre as bolsas ao Ensino Superior, destacam-se:

- Programa Universidade para Todos (PROUNI): bolsas integrais e parciais (50%) a estudantes pré-selecionados pelo MEC e conforme legislação específica;
- Bolsas de estudo integrais e parciais (50%) fora do PROUNI: a alunos selecionados pelo perfil socioeconômico, brasileiros, não portadores de diploma de curso superior, preferencialmente de escolhas públicas, com bom aproveitamento acadêmico e atendam aos critérios de renda familiar;
- Bolsas de estudo integrais (Portaria do MEC n. 4, de 12 de junho de 2018) são bolsas excepcionais. (UNOESC, 2019b).

Além dessas, ainda podem ser mencionadas:

- Uniedu: bolsas de estudo, pesquisa e extensão, integrais ou parciais. Programa do Estado de Santa Catarina, executado pela Secretaria da Educação, que agrega todos os programas de atendimento aos estudantes da educação superior,

fundamentados pelos Artigos 170 e 171 da Constituição Estadual;

- Proesde Licenciatura e Desenvolvimento (Uniedu): bolsas de estudo para o aluno participante e proporcionou aos estudantes um curso de extensão e desenvolvimento regional, com duração de 200 horas;

- Pibid: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência é desenvolvido pela Capes e universidades parceiras com a finalidade de fomentar a iniciação à docência e de contribuir para o aperfeiçoamento da formação com vistas à melhoria da qualidade da educação básica pública brasileira. (UNOESC, 2019b).

Os estudantes não recebem apenas apoio financeiro, mas também por meio de políticas de atendimento executadas, especialmente, pelo Serviço de Apoio ao Estudante (SAE). Entre esses apoios estão:

- Apoio psicológico;
- Encaminhamento e divulgação de vagas de emprego, estágios e monitoria (Programa Unoesc Carreiras);
- Apoio na colocação e moradia. (UNOESC, 2019b).

A Unoesc mostra-se, igualmente, comprometida não somente em proporcionar o acesso ao ensino, mas também desenvolver atividades que a aproximem dos moradores das localidades em que está instalada, proporcionando serviços gratuitos e de assistência social (UNOESC, 2019b). Para apresentar essas atividades, devido à forma de acesso às informações no site da Instituição, optou-se em distribuir as iniciativas ligadas à sustentabilidade social por Campus, deixando de descrever todos os serviços que cada Campus oferece para dar-se ênfase àqueles que são de destaque. O quadro 11 organiza esses dados:



**Quadro 11** – Serviços Gratuitos e de Assistência Social da Unoesc por Campus

<b>Cam- pus</b>	<b>Serviço</b>	<b>Descrição</b>
Videira	Núcleo de Prática Jurídica (NPJ)	Iniciativa do Curso de Direito da Unoesc Videira presta serviços de assistência jurídica e judiciária, de forma gratuita, atuando em conciliações e no contencioso judicial. O objetivo do NPJ é, por um lado, oportunizar o contato dos acadêmicos do curso de Direito com a prática forense e, por outro lado, prestar assistência jurídica gratuita à população hipossuficiente da Comarca de Videira.
Chapecó	Núcleo de Atendimento Comunitário (NAC)	Concentra atividades de atendimento gratuito à comunidade pelos cursos de Direito, Psicologia e Ciências Contábeis por meio dos quais oferece serviços de orientação jurídica, orientação fiscal e atendimento psicológico realizados por acadêmicos, supervisionados pelos Professores profissionais da área, sendo composto de três núcleos Núcleo de Apoio Fiscal (NAF), Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) e Serviço de Atendimento Psicológico (SAP).
Joaçaba	Laboratório Empresa	Laboratório de práticas do Curso de Administração – Linha de formação em Comércio Exterior da Unoesc propiciando aos alunos o desenvolvimento de projetos e incentivando o exercício prático das negociações internacionais para que ingressem.
Xanxerê	Empresa Júnior Expressão Universitária	<ul style="list-style-type: none"><li>- Aprimorar e desenvolver o elo acadêmico entre os ensinamentos adquiridos no currículo teórico dos cursos e a prática profissional;</li><li>- Auxiliar na integração do acadêmico ao mercado de trabalho, visando a contribuir para o desenvolvimento de suas habilidades e competências;</li><li>- Proporcionar aos acadêmicos a aplicação prática de conhecimentos teóricos relativos à sua área de formação profissional;</li><li>- Contribuir com a sociedade em que está inserida através da disseminação do conhecimento acadêmico, contribuindo com a fomento do emprego e da renda, desenvolvendo projetos e ou prestando serviços relacionados às áreas acadêmicas;</li><li>- Prestar consultoria e assessoria acadêmica, inclusive através do desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão relacionados ao currículo teórico dos cursos ligados à Empresa Júnior, podendo firmar parcerias específicas para esse fim.</li></ul>

Campos Novos	Unidade de Atendimento Veterinário (UAV)	<p>Diretamente ligada ao Curso de Medicina Veterinária da Unoesc de Campos Novos; proporciona aos acadêmicos dos cursos de graduação e de pós-graduação uma aplicação prática da clínica médica e cirúrgica de pequenos animais. Os acadêmicos auxiliam os professores e os profissionais médicos veterinários especialistas, os quais proporcionam a vivência da rotina médica, exigida para a formação de profissionais qualificados.</p> <p>Na UAV também se realizam pesquisas e investigações científicas e projetos de extensão que contribuem para o desenvolvimento regional, auxiliando na sanidade animal e na saúde pública, a fim de melhorar qualidade de vida da comunidade e contribuir para o bem-estar animal.</p>
--------------	--	---

**Fonte:** Elaborado com base dados disponíveis do site da Unoesc Videira, Chapecó, Joaçaba, Xanxerê e Campos Novos (UNOESC VIDEIRA, 2020; UNOESC CHAPECÓ, 2020; UNOESC JOAÇABA, 2020; UNOESC XANXERÊ, 2020; UNOESC CNV, 2020).

Através desse levantamento de dados, evidencia-se o envolvimento com a sociedade na qual está imersa, tendo como alicerce o ensino-pesquisa-extensão, sem voltar-se apenas às bolsas de estudo e de, mas estando presente o compromisso social na própria cultura organizacional.

#### 4.3 ANÁLISE COMPARATIVA DAS AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE DAS FUNDAÇÕES COMUNITÁRIAS CATARINENSES

A realização desse comparativo, propósito central da presente dissertação, é um tanto quanto complexa, já que muitos autores e estudiosos da área de sustentabilidade mencionam o quanto subjetivo pode ser. Veiga (2010) incita como pode ser medida a sustentabilidade, destacando a construção de indicadores desde a “Agenda 21”, “IBGE”, entre outros. Porém, deixa claro que enquanto um relata o tema desenvolvimento, outro, a sustentabilidade. Assim, claramente se observa a dimensão ambiental ao lado da social, econômica e da institucional.

Contudo, relata, ainda, referente ao resultado das duas primeiras dimensões que questionam a utilidade do IDH quanto às suas fragilidades. Em razão disso, põe-se, ao analisar as relevâncias de diversas dimensões, que pode haver uma resposta não satisfatória ou ainda enganosa, não enquadrando, nesse momento, a dimensão ambiental (VEIGA, 2010).

Mas se a análise se der por meio de números, aqueles mencionados como não satisfatórios ou ainda enganosos, como será a análise para o desenvolvimento sustentável? Como seria a medição para esse indicador? Argumentos é o que não faltam para essa ponderação, pois em diversos estudos realizados, Veiga (2010) relacionou um número de 68 variáveis usadas em cada um dos 20 indicadores estudados.

Seiffert (2014, p. 26) traz o conceito de desenvolvimento sustentável, “Como aquele que utiliza os recursos naturais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas necessidades”.

Em relação ao comparativo das ações sustentáveis das Fundações aqui estudadas, importante mencionar o IDH em ordem decrescente e o índice populacional, das regiões, do ano de 2010 (Quadro 12):

**Quadro 12** – IDH das Regiões que abrangem as Fundações estudadas

IDHM Renda per capita	Nº de habitantes em 2010	Cidade Catarinense da IES estudada	Mantenedora e Mantida da IES estudada
R\$ 1.338,50	27.020	Joaçaba	FUNOESC / UNOESC
R\$ 1.114,31	61.198	Rio do Sul	FEDAVI / UNIDAVI
R\$ 744,28	70.762	Caçador	FUNIARP / UNIARP

**Fonte:** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2020).

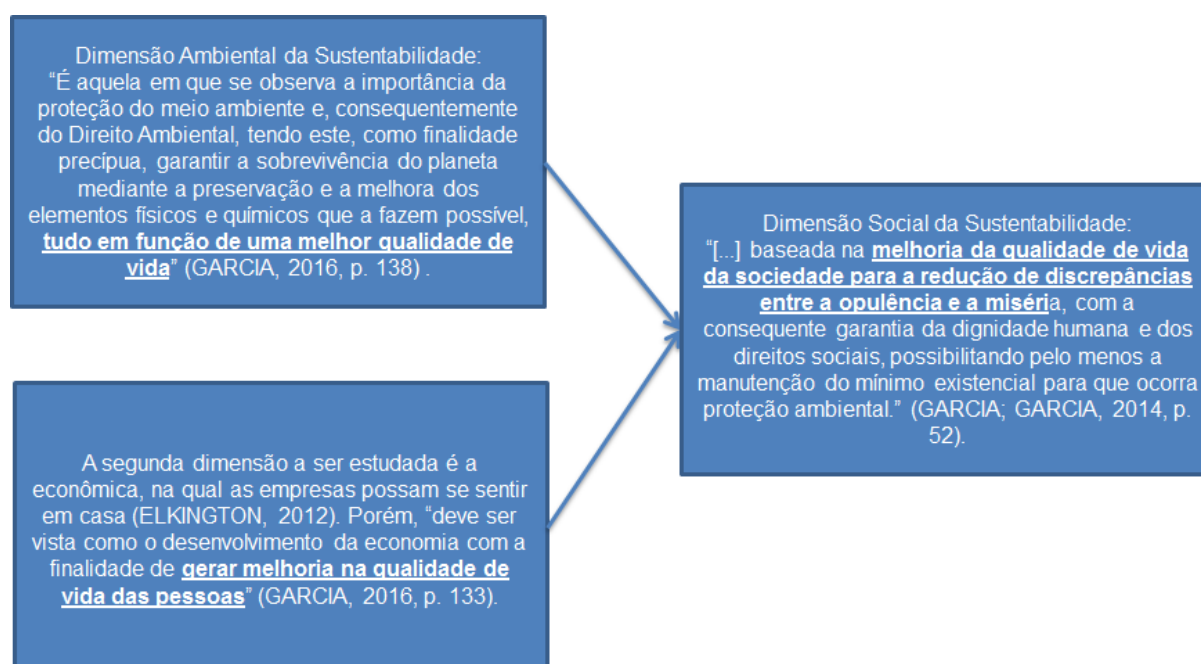
A partir desses índices, pode-se concluir que a região geográfica com IDHM Renda per Capita maior, bem como o número de habitantes menor, abrangendo, portanto, a região da FUNOESC, e comparando as outras duas, nota-se que o número de habitantes é bastante parecido, contudo o IDHM Renda per capita se mostra muito diferente.

Essa análise é importante, pois permite entender o contexto no qual essas instituições se inserem, não havendo espaço para críticas no sentido de uma ser mais sustentável e a outra menos, pois essas questões são contingenciais, ou seja, dependem, como já afirmado, de um grande número de variáveis a serem analisadas.

Portanto, para que seja possível realizar o comparativo quanto às dimensões da sustentabilidade, parte-se do pressuposto de análise da dimensão social, passando pela ambiental, para então chegar à dimensão econômica. Antes disso, recapitular alguns preceitos se mostra necessário.

Garcia (2016) conceitua as dimensões ambiental e econômica, sendo que, nesses conceitos, menciona que através delas se é capaz de gerar a melhoria na “qualidade de vida”. Essa qualidade é a base da dimensão social segundo Garcia e Garcia (2014). Isso corrobora a necessidade de se olhar para a dimensão social e a partir dela para a ambiental e para a econômica (Figura 1).

**Figura 1** – Comparativo das Três Dimensões da Sustentabilidade



**Fonte:** Elaborado com base nos conceitos de Garcia (2016) e Garcia e Garcia (2014).

Para iniciar o processo de comparativo, será recapitulada a reflexão feita por

Freitas e Freitas (2016, p. 55) sobre as características racionais (razão) e emocionais (coração) da sustentabilidade, sendo essas ligadas aos conceitos de sustentabilidade social:

A sustentabilidade, ao contrário do exposto na literatura reducionista, representa atributos da razão e também do coração. Ela é um “bem” universal acessível a todos os povos e um instrumento comprometido com o combate às desigualdades e às inclusões sociais, em todos os lugares e momentos. Por isso, ela encontra-se incrustada às políticas educacionais, principal instrumento de inclusão social, e centrada no tempo breve das necessidades físicas, psíquicas religiosas das pessoas e, simultaneamente, no tempo longo de preservação das gerações, da humanidade e do planeta.

Essa reflexão deixa claro que as políticas educacionais são um fator primordial para que a dimensão social se fortaleça e assim as demais dimensões. Quanto à temática desta dissertação, que busca analisar as Fundações à luz das três dimensões da sustentabilidade, o que se pode ver com clareza é a questão de as três fundações estudadas (FUNIARP, FEDAVI e FUNOESC) estarem voltadas à educação, portanto, o simples fato de terem, entre suas finalidades (Quadro 13,) a promoção do conhecimento por meio do ensino-pesquisa-extensão, mostram-se como socialmente sustentáveis.

**Quadro 13** – Finalidades das Fundações Estudadas

FUNIARP	Art. 2º. Esta fundação tem como finalidade a educação em todos os seus níveis, inclusive a manutenção da Instituição de ensino superior, do Colégio de Aplicação de Caçador e de outras entidades mantidas formalmente ou conveniadas, bem como a associação a empreendimentos legalmente constituídos, desde que com a mesma finalidade da Fundação, podendo prestar seus serviços a pessoas carentes em caráter de assistência social.
FEDAVI	Art. 4º. São finalidades da Fundação UNIDAVI: I - manter o Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí; II - criar e manter outras instituições, objetivando o desenvolvimento do ensino de excelência, da pesquisa, da extensão e da prestação de serviços em todos os níveis e por todas as formas ao seu alcance; III - desenvolver atividades filantrópicas, visando ao bem-estar social; IV - desenvolver e incentivar atividades culturais em prol da comunidade regional; V - desmembrar, agrupar ou extinguir as instituições por ela mantidas; VI - realizar ações de saúde, com vista ao bem estar e à valorização do ser humano; VII - prestar contas de todos os recursos e bens de origem pública; VIII - criar e manter a Editora Universitária – Editora UNIDAVI; IX - criar e manter laboratórios de ensino e de prestação de serviços à comunidade.

	<p>X - criar e manter museus, com seus acervos históricos e tecnológicos, para a recuperação, manutenção e valorização da memória, da cultura e do meio ambiente.</p> <p>XI - desenvolver atividades e serviços de radiodifusão, de televisão, de editoração ou quaisquer outros meios de divulgação, com objetivos de produzir e veicular programas educativos, culturais, esportivos, científicos e jornalísticos de interesse comunitário.</p>
FUNOESC	<p>Art. 2º. A Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina - FUNOESC, por si e através de suas mantidas, terá como finalidades:</p> <p>I - a criação, organização, manutenção e extensão de instituições que desenvolvam atividades de ensino, pesquisa e extensão;</p> <p>II - a criação e o desenvolvimento de atividades e serviços comunitários nas áreas da saúde, assistência social, educacional, tecnológica, ambiental, cultura e de lazer, como forma de promoção da qualidade de vida e do desenvolvimento humano e social;</p> <p>III - a criação e o desenvolvimento de atividades e serviços de radiodifusão, de televisão, de editoração ou outros meios de divulgação, para a produção e veiculação de programas educativos, culturais, esportivos, científicos, jornalísticos, ou de interesse comunitário.</p> <p>IV – promover a saúde da população pelo atendimento médico, hospitalar, ambulatorial e farmacológico.</p>

Fonte: FUNIARP (2012, p. 1); FEDAVI (2013, p. 4); FUNOESC (2017, p. 4).

Quando analisada a missão (Quadro 14) delimitada por cada uma delas, isso se configura ainda com mais força já que o compromisso com a comunidade está, primeiramente, pautado pela educação enquanto propulsora da qualidade de vida (dimensão social).

**Quadro 14** – Missão das Fundações Estudadas

FUNIARP	Promover a formação profissional e cidadã ao vincular o ensino, a pesquisa e a extensão ao desenvolvimento das organizações e à sustentabilidade do entorno socioambiental.
FEDAVI	Promover o conhecimento e o desenvolvimento por meio do Ensino, da Pesquisa e Extensão, sendo esses os três pilares das instituições de ensino e que, embora existam independentemente, sempre estarão interligados em prol da universidade e da comunidade.
FUNOESC	Promover a formação humana e profissional por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, gerando conhecimento para o desenvolvimento regional com sustentabilidade.

Fonte: UNIARP (2019b); UNIDAVI (2020a); UNOESC (2019a, p. 30).

Quando se recordam as bolsas de estudos, pesquisa e extensão promovidas e fornecidas por essas instituições aos seus estudantes, a dimensão social se fortalece por meio da dimensão econômica e, porque não, da ambiental. A Econômica por dar-se através da sustentabilidade econômica da IES pode garantir os vínculos governamentais e assim promover as bolsas ligadas ao Estado ou ao Governo Federal. Também, por ter a característica comunitária e filantrópica, precisam, através

do controle econômico, financeiro e contábil dar conta dessas finalidades, lembrando que são fundações, demonstrar esses aspectos.

A dimensão Ambiental também pode se mostrar como concreta através das bolsas, pois muitas delas, principalmente de pesquisa e de extensão promovem ações, iniciativas e projetos que têm esse cunho, tanto focados em tornar as próprias fundações sustentáveis ambientalmente, quanto promover e conscientizar a comunidade circunvizinhas. Ficou muito claro, na apresentação das ações de sustentabilidade ambiental, o compromisso e a interação com o meio-ambiente no entorno das instituições e, principalmente, por ofertarem cursos com essa temática muito forte e ainda pela própria legislação do Ministério da Educação (MEC) exigir das IES temas transversais e atividades complementares ligadas à preservação ambiental e também à inclusão social.

Considerando a dimensão econômica, nota-se, muito claramente, que a mesma é tratada, pelas três fundações estudadas, de forma muito responsável e transparente, havendo a busca por sua continuidade, não apenas de forma institucional, mas também pelo compromisso que possui com a comunidade local. Fica claro que todas têm como principal fonte de receita as mensalidades dos cursos de graduação e pós-graduação, e ainda os programas dos governos estadual e federal para bolsas aos estudantes tanto voltadas ao estudo, como à pesquisa e à extensão.

Outra fonte de receita que precisa ser mencionada, principalmente, devido à caracterização jurídica das fundações, refere-se aos imóveis recebidos por doação, que acabam impactando de forma positiva nos resultados. Na pesquisa realizada, percebeu-se que a FEDAVI dá muita ênfase a essa informação; no entanto, a FUNIARP e a FUNOESC não mencionam tanto, possivelmente, pelo fato de não terem recebido doações significativas durante o período dos documentos consultados.

Quando se fala em principal item de custos/despesas, pode-se mencionar, por unanimidade, a folha de pagamento, o que é fato, já que são responsáveis pela atividade-fim das três fundações. Porém, todas as três estão conscientes de que, na verdade, não se enquadram em despesas ou custos, mas sim investimento em capital social ou capital humano, essencial para que sua missão se concretiza. Um aspecto já mencionado como envolvendo a dimensão social se relaciona às bolsas de estudos, de pesquisa e de extensão concedidas pelas próprias IES, que se enquadram na

dimensão econômica, já que estão entre custos/despesas e, claro, sua essência filantrópica.

Além das bolsas aos estudantes, há ainda incentivo à formação continuada de docentes e de corpo técnico-administrativo, bem como a seus dependentes, destacando que a missão das fundações começa “dentro de casa”, o que reflete na excelência e no comprometimento aos estudantes e comunidade. Esse incentivo, também, pode-se dizer, seria um investimento naqueles que estão comprometidos com a atividade-fim.

No que toca aos investimentos, estão aqueles inerentes à melhoria e à ampliação da infraestrutura para a oferta de novos cursos ou aperfeiçoamento das instalações para melhor atender aos cursos já existentes. As três fundações demonstram preocupação com a infraestrutura, pois acreditam que isso também está intimamente ligado ao processo ensino-aprendizagem, principalmente, aos cursos que oferecem serviços à comunidade, como Direito, Psicologia, Fisioterapia, Veterinária, Medicina, entre outros.

As três fundações apresentam equilíbrio financeiro, e até mesmo superávit, sendo que esses resultados positivos já são aplicados a outros investimentos para sua perenidade. Para que essas métricas possam ser realizadas, as fundações baseiam-se em estudos frequentes da evolução histórica das receitas; dos níveis de inadimplência, evasão, captação e manutenção de alunos; bem como de manter sua atenção aos índices econômicos do mercado, como inflação, podendo, assim, já prever possíveis reajustes ou corte de despesas e custos.

Ratifica-se que o foco está na manutenção dos serviços de cada uma das fundações, bem como dos seus projetos ligados à sustentabilidade social e ambiental (projetos de pesquisa e extensão), a garantia da qualidade do ensino, a formação continuada de suas equipes pedagógicas e técnicas, além do fornecimento de serviços à comunidade carente local, tais como: NPJ, Contábil, Núcleo de Psicologia, Clínica Escola de Fisioterapia, Hospital, entre outros.

Um aspecto que não se pode deixar de evidenciar é o compromisso demonstrado pelas três fundações quanto à saúde da população, ou seja, tanto que a FEDAVI e a FUNIARP estão em processo de implantação e de maturação do curso de Medicina por meio da ampliação da infraestrutura e investimento em docentes; e a FUNOESC já possui o mesmo consolidado, ainda mais fortalecido pela existência do Hospital Universitário Santa Terezinha (HUST), entidade mantida pela fundação.



Também se pode destacar o envolvimento da FUNOESC com a propulsão de processos de inovação na região que abrange. Fato esse não tão evidenciado pelas duas outras fundações, mas que também se mostra quando observados os projetos de extensão e pesquisa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa no formato de Dissertação de Mestrado, do Programa de Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento e Sociedade - PPGDS, Linha de Pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Educação, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento e Sociedade, objetivou analisar as ações de sustentabilidade ambiental, econômica e social praticadas pelas Fundações Comunitárias de Santa Catarina. Assim, possibilitou-se aprimorar o conhecimento sobre as fundações privadas/comunitárias no contexto das dimensões de sustentabilidade nas fundações, entidades do terceiro setor, que muito contribuem com o Estado, mesmo em suas limitações, cada uma com a sua importância em sua região, no seu contexto geográfico.

Estudou-se, ainda, que as ações de sustentabilidade promovidas pelas fundações aqui pesquisadas oportunizam uma melhor qualidade de vida aos cidadãos que as circunvizinham. Nesse contexto, ficou demonstrado que o problema destacado no presente trabalho *“Quais as ações de sustentabilidade ambiental, econômica e social são praticadas pelas fundações comunitárias do estado de Santa Catarina?”* ficou plenamente respondido, descrevendo que essas ações de sustentabilidade ambiental, econômica e social são praticadas pelas três fundações que fizeram parte da amostra. As fundações são essencialmente sustentáveis, porque elas conseguem manter a sua existência pelas finalidades definidas no código civil e também, principalmente, pelo compromisso com a comunidade que dela depende.

No ensino superior, seu compromisso é de extrema relevância, pois se observa na aplicação da filantropia, que faz parte da sustentabilidade social, impactando na sociedade. Com a mesma clareza, analisou-se que as suas ações via extensão realizam um grandioso impacto na sustentabilidade ambiental. Nesse mesmo entendimento, as fundações necessitam ser economicamente sustentáveis, ou seja, somente assim as fundações conseguem fazer parte dos programas do governo para fornecer as bolsas de estudos.

Destacou-se, ainda, que as ações de sustentabilidade reduzem as diferenças nas classes econômicas menos favorecidas, pois, em diversas ações aqui mencionadas, notou-se abertamente a importância em transformar ações de sustentabilidade ambiental e econômica em ação social.

Nessa perspectiva de estudo, ainda se aprimorou o histórico das fundações, Hülse (2015, p. 7) alerta que “não se tem como especificar a primeira fundação do mundo, pois desde o início das civilizações já se tinha patrimônio destinado à finalidade filantrópica”.

As legislações aqui pautadas, com grande ênfase à norma em vigência, que estabeleceu o novo regime para as fundações por meio de Lei 13.151/2015, tendo em vista anteriormente limitar a constituição das fundações, ampliou, mesmo que com pequenas alterações, a sua finalidade, que instituída por lei somente será conferida às instituições de direito privado, sem fins lucrativos.

Voltolini (2019) afirmou que as organizações possuem “natureza privada e finalidade pública, portanto sem finalidade de lucro, cujas ações estão voltadas para questões como cidadania, emancipação, autonomia e direitos da população em geral, e dos excluídos preferencialmente”.

A partir do estudo, passou-se a conhecer melhor cada ação de sustentabilidade por meio de seus conceitos, pois, para Freitas e Freitas (2016, p. 7), sustentabilidade é mais que a verdadeira e firme “incorporação às pautas científicas e tecnológicas, às políticas públicas e aos modelos de desenvolvimento encontram-se em curso, com impactos imediatos nas formas de organização das matrizes produtivas e das sociedades”. Invocou-se, ainda, um melhor entendimento, relacionando-se cada uma das suas dimensões (ambiental, econômica e social) e sua aplicabilidade em seu contexto regional, entendendo que uma se entrelaça a outra, ou seja, uma dimensão depende da outra para sua melhor aplicabilidade no contexto geral, e, por conseguinte toda uma sociedade que sai à frente, sendo amparada por elas.

O estudo, igualmente, proporcionou uma melhor clareza de que as fundações são de extrema relevância social em seu entorno, que são promotoras de conhecimento, ficando nítido que as fundações impulsionam o crescimento social dos menos favorecidos dentre as dimensões aqui destacadas como ambiental, econômica e social, pois estão compromissadas com o futuro de sua gente, e por não dizer “com o futuro do planeta” (FREITAS; FREITAS, 2016, p.9).

Importante, também, recapitular que a pesquisa se deu pelo método qualitativo, pois realizaram-se análises e interpretações de dados publicados, dentro dos mais recentes sites das instituições Uniarp, Unidavi e Unoesc. Usou-se, ainda, a abordagem dedutiva, com raciocínio lógico nas leituras bibliográficas, bem como em informações institucionais em seus sites, legislações, pois os dados comparativos

tratam-se de resultados específicos encontrados na internet.

Enfatiza-se, na pesquisa ora concluída, que o objetivo geral e os específicos ficaram devidamente executados. Torna-se capaz e notadamente ainda uma nova pesquisa a fim de aprimorar o conhecimento das dimensões executadas por todas as fundações do sistema ACAFE, trazendo suas perspectivas e seus próximos avanços de sustentabilidade que adotarão nos anos seguintes conforme previstos em seu PDI.

Por fim, é notável as fundações fomentadoras aqui estudadas se encontram em parâmetro de extrema consideração diante das ações de sustentabilidade ambiental, econômica e social, abrangendo com derradeira relevância a sociedade que delas dependem.

O presente estudo demonstrou a importância de cada ato, ação por beneficiar cada cidadão e, por conseguinte, toda a sua família. Por vezes, aquele indivíduo, aquele ser humano é o primeiro de uma geração, normalmente, a ser agraciado por uma ação, bem como ainda não menos importante e sim um indicador social, um curso superior.

As ações de sustentabilidade praticadas pelas fundações, aqui estudadas, atingem um IDH baixo ou baixíssimo na visão estadual, percebe-se assim o quanto fazem a diferença em seu entorno, em cada comunidade, em cada família e na vida de cada ser humano.

## REFERÊNCIAS

ACAFE. Associação Catarinense das Fundações Educacionais. **Sobre a ACAFE**. Disponível em: <<https://new.afe.org.br/quem-somos/>>. Acesso em 07 maio 2020a.

\_\_\_\_\_. **Instituições**. Disponível em: <<https://new.afe.org.br/instituicoes/>>. Acesso em 21 ago. 2020b.

AMARAL, Mathews Francisco Rodrigues de Souza do. As Fundações Privadas e a Lei n.º 13.151/15. **Conteúdo Jurídico**. Brasília-DF: 16 nov. 2015. Disponível em: <<https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/45477/as-fundacoes-privadas-e-a-lei-n-o-13-151-15>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

ASSI, Morgana; CAMPOS, Eduardo Erivelton. As dimensões da sustentabilidade em face ao princípio da dignidade da pessoa humana como direito fundamental. **Revista Eletrônica Justiça do Direito**, v. 27, n. 1, p. 34-52, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/4555/3124>>. Acesso em 20 set. 2019.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/joacaba\\_sc#:~:text=O%20%C3%8Dndice%20de%20Desenvolvimento%20Humano,IDHM%20entre%200%2C800%20e%201](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/joacaba_sc#:~:text=O%20%C3%8Dndice%20de%20Desenvolvimento%20Humano,IDHM%20entre%200%2C800%20e%201)>. Acesso em: 28 jun. 2020.

BARBIERI, José Carlos et al. Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. **RAE**, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 146-154, abr./jun. 2010. Disponível em: <[https://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/10.1590\\_s0034-75902010000200002.pdf](https://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/10.1590_s0034-75902010000200002.pdf)>. Acesso em: 26 jul. 2020.

BARBOSA, Maria Nazaré Lins. Os termos de parceria como alternativa aos convênios: aspectos jurídicos. *In*: SZAZI, Eduardo (Org.). **Terceiro setor: temas polêmicos**, Volume 1. Petrópolis, RJ, 2004a. p. 25-44.

\_\_\_\_\_. As “instituições de educação” e a imunidades a impostos. *In*: SZAZI, Eduardo (Org.). **Terceiro setor: temas polêmicos**, Volume 1. Petrópolis, RJ, 2004b. p. 109-118.

BENDLIN, Samara Loss; GARCIA, Denise Schmitt Siqueira. Dimensão social do princípio da sustentabilidade frente ao artigo 6º da constituição da república federativa do Brasil de 1988. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.6, n.2, 2º quadrimestre de 2011. Disponível em: <[www.univali.br/direitoepolitica](http://www.univali.br/direitoepolitica) - ISSN 1980-7791>.

BEVILÁQUA, Clóvis. **Código civil dos Estados Unidos do Brasil**. Edição Histórica. Rio de Janeiro: Rio, 1940.

BOCCHI, Olsen Henrique. **Terceiro setor: uma visão estratégica para projetos de interesse público**. Curitiba: InterSaber, 2013.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é: o que não é**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

BOSELTMANN, Klaus. **O princípio da sustentabilidade: Transformando direito e**

governança. Tradução de Phillip Gil França. Título original: *The principle of sustainability: transformind law and governasse*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em:<[https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_03.07.2019/art\\_6\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_03.07.2019/art_6_.asp)>. Acesso em 22 set. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 3071/1916. Instituiu o Código Civil Brasileiro de 01 de janeiro de 1916. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br/ccivil.htm>>. Acesso em 04 mai. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.151/2015. Altera os arts. 62, 66 e 67 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, o art. 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, e o art. 29 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre a finalidade das fundações, o prazo para manifestação do Ministério Público sobre suas alterações estatutárias e a remuneração dos seus dirigentes; e dá outras providências. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13151.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13151.htm#art1)>. Acesso em 12 jul. 2019.

CAETANO, Marcelo. **Das fundações**. Lisboa: Ática, 1961.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio; GOMES, Cleber Fernando. Responsabilidade Social da educação superior: uma leitura à luz da produção científica brasileira (1990-2009). In: POMPEU, Randal Martins; MARQUES, Carla Susana da Encarnação (Org.). **Responsabilidade social das universidades**. Florianópolis: Conceito editorial, 2013. p. 39-59.

CARNEIRO, Raphael Funchal. Considerações sobre a alteração do parágrafo único do artigo 62 do Código Civil pela Lei nº 13.151/2015. **Revista Jus Navigandi**. Teresina-PI, ano 20, n. 4434, 22 ago. 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/41982>. Acesso em: 21 jul. 2020.

CHILDFUNDBRASIL. Fundo para crianças. O que é e como funcionam entidades do terceiro setor?. Disponível em:<<https://www.childfundbrasil.org.br/blog/entidades-do-terceiro-setor/>>. Acesso em 20 set. 2019.

CICONELLO, Alexandre. O conceito legal de público no Terceiro Setor. In: SZAZI, Eduardo (Org.). **Terceiro setor: temas polêmicos**. Volume 1. Petrópolis, RJ, 2004.

CIMADON, Aristides. **A natureza jurídica das fundações criadas pelo poder público**. Joaçaba: UNOESC, 2002.

COLNAGO, Elizabeth de Mello Rezende. Sustentabilidade ambiental e suas dimensões social, econômica e jurídica. **Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, v. 3, n. 28, p. 67-84, mar. 2014. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12178/94974>>. Acesso em: 21 de jul. 2020.

COSTA, Adriano Soares. Natureza jurídica das fundações públicas. [2009]. **Boletim Jurídico**. Disponível em:<<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=8>>. Acesso em: 19 jul. 2019.

CRETELLA JUNIOR, José. **Direito administrativo brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro. Forense: 2002.

CRUZ, Paulo Márcio; BODNAR, Zenildo. O novo paradigma do direito na pós-modernidade. **Revista de estudos constitucionais, hermenêutica e teoria do direito**, v. 3, n. 1, p. 75-83, jan./jun., 2011.

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior, globalização e democratização. Qual universidade? **Revista Brasileira de Educação**, v. 10, nº 28, p. 164-173, 2005.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

DINIZ, Gustavo Saad. **Direito das fundações privadas**. 3. ed. São Paulo: Lemos e Cruz Publicações Jurídicas, 2007.

ELKINGTON, John. **Canibais com garfo e faca**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2012.

FAGUNDES, Miguel Seabra. Fundação. Âmbito de atuação do Ministério Público em sua defesa: Interpretação do art. 26 do Código Civil: Afastamento imediato de seus administradores: Legalidade e providência, tanto na medida de natureza administrativa, como medida de caráter judicial preventivo. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 50, n. 304, fev. 1961.

FEDAVI, A Fundação Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí. **Estatuto da Fundação Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (Unidavi)**. [2013] Disponível em: <[https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/siteunidavi/2014/02/Estatuto\\_Funda%C3%A7ao-06-11-13.pdf](https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/siteunidavi/2014/02/Estatuto_Funda%C3%A7ao-06-11-13.pdf)>. Acesso em: 25 jul. 2020.

FEIL, Alexandre André; SCHREIBER, Dusan. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. Cadernos EBAPE/FGV. **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, nº 3, Artigo 7, Rio de Janeiro, Jul./Set. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v15n3/1679-3951-cebape-15-03-00667.pdf>>. Acesso em 20 set. 2019.

FERRER, Gabriel Real. El derecho ambiental y el derecho de la sostenibilidad. In: PNUMA. **Programa regional de capacitacion en derecho y políticas ambientales**. [S.l.], [2008]. Disponível em: <<http://www.pnuma.org/deramb/documentos>>. Acesso em: 21 set. 2019.

\_\_\_\_\_. Calidad de vida, medio ambiente, sostenibilidad y ciudadanía ¿construimos juntos el futuro? **Revista NEJ – Eletrônica**, v. 17, n. 3, p. 305-326, set./dez., 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Scheine/Downloads/4202-10652-1-SM%20(1).pdf>. Acesso em: 07. ago. 2020.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

\_\_\_\_\_. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

FREITAS, Marcílio de; FREITAS, Marilene Corrêa da Silva. **A sustentabilidade como paradigma: Cultura, ciência e cidadania**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

FUNIARP, Fundação Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. **Estatuto**. [2012]. Disponível em: < [https://www.uniarp.edu.br/home/wp-content/uploads/bsk-pdf-manager/Estatuto\\_08.01.2014\\_3.pdf](https://www.uniarp.edu.br/home/wp-content/uploads/bsk-pdf-manager/Estatuto_08.01.2014_3.pdf)>. Acesso em: 25 jul. 2020.

FUNOESC, Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina. **Alteração Estatutária**. [2017] Disponível em: <[https://www.unoesc.edu.br/images/uploads/publicacoes\\_legais/Estatuto\\_Funoesc\\_d ez\\_2017.pdf](https://www.unoesc.edu.br/images/uploads/publicacoes_legais/Estatuto_Funoesc_d ez_2017.pdf)>. Acesso em: 25 jul. 2020.

GARCIA, Denise Schmitt Siqueira. Dimensão econômica da sustentabilidade: uma análise com base na economia verde e a teoria do decrescimento. **Veredas o Direito**, Belo horizonte, v. 13, n. 15, p. 133-153, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/487>>. Acesso em 20 set. 2019.

\_\_\_\_\_; GARCIA, Heloise Siqueira. Dimensão social do princípio da sustentabilidade: uma análise do mínimo existencial ecológico. *In*: SOUZA, Maria Claudia da Silva Antunes; GARCIA, Heloise Siqueira. **Lineamentos sobre sustentabilidade segundo Gabriel Real Ferrer**. Itajaí: UNIVALI, 2014. Disponível em: < <http://siaibib01.univali.br/pdf/Lineamentos%20sobre%20Sustentabilidade%20segundo%20Gabriel%20Real%20Ferrer%20-%20E-book.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2020.

GASPARINI, Diogenes. **Direito administrativo**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

GAVAZZONI, Antonio Marcos. **Sustentabilidade e governança na reforma no estado**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. 2. ed. São Paulo: Laoyola, 2004. Disponível em: < <https://books.google.com.br/books?id=XHnajiTNILIC&pg=PA75&dq=Introdu%C3%A7%C3%A3o+%C3%A0+pesquisa+em+ci%C3%A2ncias+sociais&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ah-UKEwji5vSFqq3rAhWPHLkGHV55BtwQ6wEwA3oECAMQAQ#v=onepage&q=qualitativa&f=false>>. Acesso em: 21 ago. 2020.

GOMES, Orlando. **Introdução do direito civil**. 14. ed. Rio de Janeiro. Forense: 1999.

HÜLSE, Levi. **Os limites da intervenção do ministério público nas fundações privadas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

\_\_\_\_\_. **A contribuição do associativismo para a sustentabilidade ambiental, econômica e social: análise da experiência brasileira e estrangeira**. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Jurídica) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2018.

\_\_\_\_\_. **Sustentabilidade nas fundações privadas, associações e cooperativas: a contribuição das fundações privadas, associações e cooperativas para a sustentabilidade ambiental, econômica e social: análise da experiência brasileira e estrangeira**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

IAQUINTO, Beatriz Oliveira. A Sustentabilidade e suas dimensões. **Revista da ES-**



**MESC**, v. 25, n. 31, p. 157-178, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Scheine/Downloads/187-367-1-SM.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2020.

JORNADAS DE DIREITO CIVIL. **Jornadas de Direito Civil I, III, IV e V**: enunciados aprovados. Brasília: Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2012. Disponível em: <<https://www.cjf.jus.br/cjf/corregedoria-da-justica-federal/centro-de-estudos-judiciarios-1/publicacoes-1/jornadas-cej/EnunciadosAprovados-Jornadas-1345.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

KANITZ, Stephen. **Artigos do Terceiro Setor**: O que é o Terceiro Setor? Disponível em: <http://www.filantropia.org/OqueeTerceiroSetor.htm#:~:text=O%20primeiro%20setor%20%C3%A9%20o,comp%C3%B5em%20o%20chamado%20terceiro%20setor>. Acesso em: 14 jul. 2020.

LAGO JÚNIOR, Antonio. **Lei 13.151/15 estabelece novo regime para as fundações (parte 1)**. [2015]. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2015-nov-23/direito-civil-atual-lei-1315115-estabelece-regime-para-fundacoes-parte>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

LOURENÇO, M. L.; CARVALHO, D. Sustentabilidade social e desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 12, n. 1, p. 10, 2013.

MACIEL, Marcela Albuquerque. Unidades de conservação: Breve histórico e relevância para a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. **Revista Jus Navigandi**, Teresina-PI, ano 16, n. 2971, 20 ago. 2011. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/19809>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

MAIA, Andrei Giovanni; PIRES, Paulo dos Santos. Uma compreensão da sustentabilidade por meio dos níveis de complexidade das decisões organizacionais. **Rev. Adm. Mackenzie**, v. 12, n. 3, Edição Especial, São Paulo-SP, p. 177-206, maio/jun., 2011. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-69712011000300008&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-69712011000300008&script=sci_arttext)>. Acesso em: 26 jul. 2020.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

MELMAN, Charles. **O homem sem gravidade**: gozar a qualquer preço. Entrevistas por Jean Pierre Lebrun. Trad. Sandra Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. **Fundação**: conceito, características principais e instituição. Disponível em: <[http://www.mp.sc.gov.br/portal/site/portal/portal\\_08.asp?secao\\_id=233](http://www.mp.sc.gov.br/portal/site/portal/portal_08.asp?secao_id=233)>. Acesso em 09 mai. 2009.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n74/a05v26n74.pdf>>. Acesso em 15 set. 2019.

NALIINI, José Renato. **Ética ambiental**. Campinas: Millennium, 2001.

NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. Enciclopédia Jurídica PUC/SP. Disponível em: <<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/autor/215/vidal-serrano-nunes-junior>>. Acesso em 16 jul. 2019.

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários**. Brasília: Brasília Jurídica, 2003.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=zUDsAQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA13&dq=m%C3%A9todo+dedutivo&ots=db479fveGP&sig=ktRrb0zG0PhWCYI94FiYEu-889s#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 21 ago. 2020.

QUEIROZ, Yuri Augusto dos Santos; GARCIA, Heloíse Siqueira. Deslocamento ambiental: causas e consequências observadas através das dimensões da sustentabilidade. **Unisul de Fato e de Direito revista jurídica da Universidade do Sul de Santa Catarina**, ano IX, n. 18, jan./jun., 2019. Disponível em: <[file:///C:/Users/Scheine/Downloads/DESLOCAMENTO\\_AMBIENTAL\\_CAUSAS\\_E\\_CONSEQUENCIAS\\_OBSE.pdf](file:///C:/Users/Scheine/Downloads/DESLOCAMENTO_AMBIENTAL_CAUSAS_E_CONSEQUENCIAS_OBSE.pdf)>. Acesso em: 22 jul. 2020.

RAFAEL, Edson José. **Fundações e direito 3º setor**. São Paulo: Melhoramentos, 1997.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos avançados**, v. 26, n. 74, São Paulo, 2012. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142012000100006](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000100006)>. Acesso em: 26 jul. 2020.

SANTOS, Vanice dos; CANDELORO, Rosana J. **Trabalhos acadêmicos: uma orientação para a pesquisa e normas técnicas**. Porto Alegre: AGE, 2006. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=REvrU90M2OUC&pg=PA72&dq=Como+elaborar+trabalhos+monogr%C3%A1ficos+em+contabilidade&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjtytqsqK3rAhWPK7kGHQJuAU0Q6wEwAnoECAQQAQ#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 21 ago. 2020.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SOUZA, Maria Claudia da Silva Antunes de; MAFRA, Juliete Ruana. A sustentabilidade e o ciclo do bem-estar: o equilíbrio dimensional e a ferramenta da avaliação ambiental estratégica. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito – UFC**, v. 34, n. 2, p. 345-366, jul./dez., 2014.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não governamentais e o terceiro setor**. São Paulo: Atlas, 2002.

TEIXEIRA, Júlio César. **Sustentabilidade: o que é, tipos, importância e benefícios**. [2018]. Disponível em: <<https://fia.com.br/blog/sustentabilidade/>>. Acesso em: 26 jul. 2020.

TONNERA JUNIOR, João. **Sustentabilidade (s) e os direitos sociais**. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2016.

UNIARP. Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. **Institucional/História**. Disponível em: <<https://www.uniarp.edu.br/home/a-uniarp/institucional/historia/>>. Acesso em 20 set. 2019a.

\_\_\_\_\_. **Missão, Visão e Valores**. Disponível em: <<https://www.uniarp.edu.br/home/a-uniarp/institucional/missao-visao-e-valores/>>. Acesso em: 20 set. 2019b.

\_\_\_\_\_. **Balanco Social**. Disponível em: <<https://www.uniarp.edu.br/home/a-uniarp/institucional/balanco-social/>>. Acesso em: 05 maio 2020a.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Disponível em: <<https://www.uniarp.edu.br/home/a-uniarp/institucional/pdi/>>. Acesso em: 05 maio 2020b.

UNIDAVI. Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí. **História**. Disponível em: < <https://www.unidavi.edu.br/institucional#historia-unidavi>>. Acesso em: 17 fev. 2020a.

\_\_\_\_\_. **Projetos sociais e ambientais**. Disponível em: <<https://www.unidavi.edu.br/institucional/projetosSociais>>. Acesso em: 17 fev. 2020b.

\_\_\_\_\_. **Balanco social 2017**. Disponível em: <[https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/siteunidavi/2018/8/arq\\_Balanco\\_social+2017\\_01.pdf](https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/siteunidavi/2018/8/arq_Balanco_social+2017_01.pdf)>. Acesso em: 05 maio 2020c.

UNOESC. Universidade do Oeste de Santa Catarina. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022**. Joaçaba, SC: Editora Unoesc, 2019a. Disponível em: <[https://www.unoesc.edu.br/images/uploads/atendimento/PDI\\_-\\_web\\_2019.pdf](https://www.unoesc.edu.br/images/uploads/atendimento/PDI_-_web_2019.pdf)>. Acesso em: 21 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Relatório Social 2018**. Edição Especial. Joaçaba, SC: Editora Unoesc, 2019b. Disponível em: <[https://issuu.com/editoraunoesc/docs/relat\\_rio\\_social\\_2018](https://issuu.com/editoraunoesc/docs/relat_rio_social_2018)>. Acesso em: 21 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. **Sobre a FUNOESC**. Disponível em: <<https://www.unoesc.edu.br/unoesc/funoesc/sobre>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

UNOESC VIDEIRA. Universidade do Oeste de Santa Catarina, Campus Videria. **Serviços oferecidos**. Disponível em: <<https://www.unoesc.edu.br/unoesc/servicos-oferecidos/videira>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

UNOESC CHAPECÓ. Universidade do Oeste de Santa Catarina, Compus Chapecó. **Serviços oferecidos**. Disponível em: <<https://www.unoesc.edu.br/unoesc/servicos-oferecidos/chapeco>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

UNOESC JOAÇABA. Universidade do Oeste de Santa Catarina, Campus Joaçaba. **Serviços oferecidos**. Disponível em: <<https://www.unoesc.edu.br/unoesc/servicos-oferecidos/joacaba>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

UNOESC XANXERÊ. Universidade do Oeste de Santa Catarina, Campus Xanxerê. **Serviços oferecidos.** Disponível em: <<https://www.unoesc.edu.br/unoesc/servicos-oferecidos/xanxere>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

UNOESC CNV. Universidade do Oeste de Santa Catarina. **Clínica Veterinária.** Disponível em: <<https://www.unoesc.edu.br/unoesc/clinica-veterinaria-cnv>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável:** o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

\_\_\_\_\_. **Para entender o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Editora 34, 2015.

VOLTOLINI, Ricardo (Org.). **Terceiro setor:** planejamento e gestão. 4. ed. São Paulo, SP: Ed. Senac São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=aSOsDwAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=terceiro+setor&hl=pt-BR&as=X&ved=2ahUKEwi8kszM7NTqAhUMHrkGHUBQAA0Q6AEwAXoECAYQAg#v=onepage&q=terceiro%20setor&f=false>>. Acesso em: 17 jul. 2020.

WERBACH, Adam. **Estratégia para Sustentabilidade:** Uma nova forma de planejar sua estratégia empresarial. Tradução de Donaldson Garschagen. 2. ed. São Paulo: Elsevier, 2010.